DOCUMENTOS

Partido Comunista do Brasil

Política e Revolucionarização do Partido

EDIÇÕES MARIA DA FONTE

EDIÇÕES MARIA DA FONTE

TÍTULO: **Política e Revolucionarização do Partido**

AUTOR: **PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**

EDITOR: **MARIA ISABEL PINTO VENTURA**

DISTRIBUIDOR: **DIGLIVRO**

CONTA ----------

60$00

Edições Maria da Fonte

EDIÇÕES MARIA DA FONTE

Livros publicados:

Colecção «TEXTOS MARIA DA FONTE»

1 – Trotsky e o Trotskismo – Vários (2a. Edição).
2 – Marx e os Sindicatos – Losovski (4a. Edição).
3 – Mao Tsé-tung e a Política de Partido – Mao Tsé-tung.
4 – O P.T.A. e a Luta contra o revisionismo – Enver Hoxha.
5 – Dimitrov e a Luta Sindical – Georges Dimitrov.
6 – Lenine, a Vida de um Revolucionário – E. Yaroslavski.
7 – Combater o Revisionismo, uma Tarefa Revolucionária – Enver Hoxha.
8 – Sobre a Guerra e a Paz – Lenine.
9 – Os Sindicatos da Classe Operária – Lenine.
10 – As Classes, a Economia e a Frente Única – Mao Tsé-tung.
11 – Os Sindicatos da Classe Operária (II) – V.I.Lenine.
12 – A Organização Comunista – Lenine.
13 – A Estratégia e a Táctica dos Comunistas – Staline.
14 – O Método e o Estilo de Trabalho Leninistas – Enver Hoxha.
15 – O P.T.A. e a Luta de Libertação Nacional – Enver Hoxha.
16 – Uma Linha de Luta e de Vitória contra o Revisionismo Krutchevista – Ramiz Alia, E. Hoxha.
17 – O «Esquerdismo», Doença Infantil do Comunismo – Lenine.
18 – Que Fazer? – Lenine.
19 – Lenine – Staline.
21 – 3 Anos de Luta contra o Fascismo em Espanha – José Díaz.
22 – Política e Revolucionarização do P.C. do Brasil.

Colecção «ESTUDOS»

1 – A Metade do Céu – Claudie Broyelle (3a. Edição)
2 – Castro-Debray contra o Marxismo-Leninismo – Antoine Petit.
3 – A Transformação Socialista da Economia Nacional na China – Siné Mou-Kiao, Sou Sing e Lin Tsé-li.
4 – A Inteligência no Poder – Um Mundo Novo: a China – – Michelle Loi.
5 – Revolução Cultural e Organização Industrial na China – Charles Bettelheim.

Colecção «DOCUMENTOS»

1 – Sobre o Trabalho de Propaganda – Um Congresso Histórico – Mao Tsé-tung, Chu En-lai e Wang Hong-Wen.
2 – A Linha Política Revolucionária do Partido Comunista do Brasil (M-L).
3 – Proclamação-Programa dos Comunistas (Bolcheviques) Revolucionários Soviéticos.
4 – Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil.
5 – Programa e Estatutos da Internacional Comunista
6 – Sobre a Experiência da Guerra de Libertação Nacional da Albânia – Mehmet Shehu.
7 – Têmpera no Fogo da Luta – Resumo Breve da História do Exército de Libertação Nacional do Povo Albanês (1941-1944) – Lefter Kasneci.
8 – Primeiro Congresso do Partido Comunista da Bélgica (M-L).
9 – Informe da Actividade do C.C. do P.T.A. – Enver Hoxha.
10 – História do Partido dos Trabalhadores do Vietname.
11 – 50 Anos de Luta – Partido Comunista do Brasil.
12 – Teoria da Construção Económica do Socialismo – Kim Il Sung.
13 – Escritos I (1920-1954) – Ho Chi Minh.
14 – Escritos II (1954- 1969) – Ho Chi Minh.
15 – I Congresso do P.C.E. (M-L) (I Parte).
16 – Dos Presos Políticos Brasileiros.
17 – I Congresso do P.C.E. (M-L) (II Parte).
18 – Relatório sobre o V Plano Quinquenal (1971-1975), Apresentado ao VI Congresso do Partido do Trabalho da Albânia – – Mehmet Shehu.
19 – Os Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista (1919-1923).
20 – História da Revolução de Agosto.

Colecção «LUTA OPERÁRIA»

1 – Contra o Governo Provisório – José Staline.
2 – Relatório sobre a Situação Internacional – A. Jdanov.
3 – Os Comunistas e as Eleições – V.I.Lenine.
4 – Os Ensinamentos do Processo de Moscovo –1936.

Colecção «CULTURA POPULAR»

1 – A Filosofia e a Arte ao Serviço da Revolução – Lu Sun, Michelle Loi, Alfredo Uçi, Tcheu Kien-jen, Jdanov.
2 – Os Tambores da Chuva – Ismail Kadaré.
3 – Memo Kovaçi – Dritero Agolli.
4 – A Criança-do-Inverno – Li Xintian.

Colecção «LIBERTAÇÃO NACIONAL»

1 – Quem é o Inimigo? Qual é o nosso Objectivo? – Agostinho Neto (1a. Edição esgotada).

2 – Manual Político do PAIGC (2a. Edição).

3 – Textos e Documentos do MPLA sobre a Revolução Angolana – Vários.

4 – A Frelimo e a Revolução em Moçambique – Mondlane, Machel.

Colecção «TEXTOS MANUEL QUIRÓS»

1 – Para a Reconstrução do Partido Comunista (M-L) – Manuel Quirós.

2 – A Luta contra o Subjectivismo no Seio do Partido Comunista Chinês – Mao Tsé-tung.

Colecção «TEXTOS MARTE»

1 – Arte e Ciência da Guerra – Clausewitz.

Colecção «TEXTOS CONFRONTO»

1 – Um Mundo Melhor – Jean Baby.

EDIÇÕES MARIA DA FONTE
Rua da Fé, 26 - 2o.
Telef. 562693

LISBOA

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

POLÍTICA E REVOLUCIONARIZAÇÃO DO PARTIDO

COLECÇÃO «DOCUMENTOS»

Editor: MARIA ISABEL PINTO VENTURA.
Capa: MARIA JOSÉ SACADURA.

POLÍTICA E REVOLUCIONARIZAÇÃO DO PARTIDO

NOTA: A presente edição obedece, na íntegra, aos documentos publicados pelo Partido Comunista do Brasil. Não alterámos nem a ortografia nem a sintaxe porque são a expressão particular do povo a que o Partido Comunista do Brasil se dirige.

DEVER DO MILITANTE

«A Classe Operária»
Fevereiro de 1968

A idéia de que as massas fazem a revolução é um conceito básico do marxismo-leninismo. A justeza dêsse princípio foi muitas vêzes comprovada em diferentes países. Quando um povo adquire consciência da sua fôrça e se lança à luta por elevados objetivos torna-se invencível. Os elementos mais decididos, abnegados, capazes e corajosos do povo constituem a sua vanguarda.

Os comunistas aspiram a ser a vanguarda das massas. Para bem cumprir esta tarefa, precisam transformar-se em pessoas inteiramente devotadas à causa revolucionária, em lutadores das primeiras linhas de combate, dispostos a enfrentar tôdas as dificuldades e a servir sinceramente ao povo. O ideal de um verdadeiro comunista é poder dedicar tôda a sua vida, cada dia e cada hora, à revolução, à luta para libertar os trabalhadores da exploração do homem pelo homem e para construir uma nova sociedade.

Ao ingressar no Partido, o militante assume um compromisso com a organização e consigo mesmo de empenhar-se, com o máximo de suas energias, no cumprimento das tarefas partidárias. Ser fiel a êsse compromisso é motivo de orgulho para o membro do Partido. O autêntico revolucionário sabe subordinar

seus problemas pessoais, por mais respeitáveis que sejam, aos interêsses da causa que abraçou. Nada se sobrepõe ao cumprimento do dever de militante. Nenhuma razão de ordem particular pode afastar o comunista do pôsto para o qual foi designado. Não escolhe tarefa e se regozija quando lhe são atribuídos os encargos mais difíceis. Por maiores que sejam os sacrifícios que a luta lhe impõe, jamais se lamenta ou revela insatisfação. Se os militantes colocassem em primeiro plano questões de sua vida privada, quando muito seriam revolucionários pela metade. Estariam na posição de quem deseja a revolução, mas espera que outros a façam.

Quando se aguçam as contradições no campo internacional e quando a ditadura militar espesinha o povo brasileiro, mais necessário se torna que os comunistas se desprendam de tudo que possa entravar sua atividade revolucionária. Ir às massas, fortalecer o Partido e propagar a sua linha, organizar e dirigir lutas, elevar a consciência política do povo e despertá-lo para a guerra popular — são tarefas inadiáveis que reclamam dedicação e perseverança.

Os êxitos do Partido dependem de cada um e dos militantes em seu conjunto.

A POLÍTICA ESTUDANTIL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Resolução do CC
Maio de 1968

O Comitê Central do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, tendo por base a linha geral e a tática do Partido, decide traçar a orientação específica para o trabalho dos comunistas no movimento estudantil. Os estudantes desempenham, e devem desempenhar cada vez mais, um papel destacado nas lutas libertadoras do povo brasileiro. Oprimidos por um regime reacionário e arrostando enormes dificuldades para adquirir cultura, ocupam posições avançadas no combate à reação e opõem-se ao sistema educacional obscurantista vigente no país.

Ardorosos defensores da democracia e da soberania nacional, os estudantes estão nas primeiras linhas dos que se colocam contra a ditadura e o imperialismo norte-americano e reivindicam um governo autenticamente popular. Situam-se, assim, ao lado dos jovens que, em todos os continentes, se erguem com vigor e coragem contra os regimes retrógrados e, com seu espírito indomável, abalam as velhas estruturas da sociedade.

A orientação do Comitê Central tem em vista organizar e unir o máximo de forças entre os estudantes e ampliar as ações revolucionárias do povo contra o

governo militarista, antipopular e pró-ianque, e pela vitória da revolução.

A política estudantil do Partido servirá para elevar o nível político e ideológico de todos os militantes que atuam nas escolas, capacitando-os a defender a linha partidária e a aplicá-la com flexibilidade e audácia. Permitirá recrutar combatentes destemerosos para suas fileiras, ajudará os comunistas a ocupar o posto de vanguarda no movimento estudantil e a propagar a chama revolucionária entre os estudantes.

I
CALAMITOSA A SITUAÇÃO DO ENSINO E DA CULTURA

Uma das manifestações mais chocantes da crise crônica que o país atravessa é a situação atual do ensino. O imenso atraso do Brasil reflete-se nos baixíssimos padrões culturais. Milhões de brasileiros vivem na ignorância mais atroz e não têm acesso a nenhuma das conquistas do conhecimento humano. Só tardiamente os avanços da ciência chegam ao país e assim mesmo em escala muito limitada. Nas estatísticas mundiais, o Brasil ocupa um dos últimos lugares na instrução pública.

Nação pobre e oprimida, com uma população em constante crescimento, o Brasil apresenta reduzidos índices de escolarização, de preparação de técnicos e de desenvolvimento cultural. O analfabetismo atinge mais da metade da população adulta. No interior do país a quase totalidade dos habitantes não sabe ler. Ínfima é a parcela dos brasileiros que estudam e adquirem cabedal científico.

O último Censo Escolar, realizado em 1964, mostrou que mais de 4 milhões de crianças de 7 a 11 anos não frequentavam escolas. No conjunto dos alunos matriculados no curso primário, 7,3% atingiam a 5ª série, o que evidencia a precariedade do ensino nesse nível. Quase 50% dos municípios brasileiros não contam com um único estabelecimento de ensino médio. Do enorme contingente de jovens de 12 a 18 anos, somente 11,2% iam à escola. E entre os de 19 a 25 anos, a percentagem não ultrapassava 1,1%. É doloroso constatar que os alunos do curso superior correspondem a 0,2% da população, índice bastante

inferior ao da maior parte dos países da América Latina. Insignificante é o número dos que chegam às etapas finais da pirâmida do ensino e alcançam grau universitário. A juventude estudiosa vê-se frustrada nos seus anseios de cultura e de conseguir a profissão que almeja. Acresce ainda que a qualidade do ensino deixa muito a desejar. As faculdades estão desaparelhadas para cumprir suas funções e os professores mal remunerados, não podem dedicar-se inteiramente à sua cátedra.

Somente nas últimas décadas, foram introduzidas pequenas reformas no arcaico sistema educacional. Diversificou-se o ensino, novos ramos do conhecimento passaram a ser ministrados e surgiram universidades em diversos Estados, que, no entanto, não passavam da junção das faculdades existentes. Para atender exigências de sua expansão, a burguesia nacional estimulou, em certa medida, a formação de quadros especializados. Os governos sob sua influência tentaram atenuar o panorama sombrio da instrução pública, mas foram incapazes de enfrentá-lo devidamente ou mesmo de encaminhar as soluções reclamadas. Fizeram tentativas de reformular a orientação educacional. Se bem que timidamente, a Lei de Diretrizes e Bases é uma expressão dessas tentativas. Embora o projeto desta lei contivesse elementos de democratização do ensino, sofreu profundas alterações em seu conteúdo e, depois de aprovado, tornou-se um instrumento ineficaz para superar as deficiências na educação. Campanhas de alfabetização de adultos foram realizadas, mas não lograram resultados apreciáveis. Por sua vez, os estudantes alcançaram, através de lutas, algumas conquistas. Obtiveram do governo livros didáticos a preços mais reduzidos, a instalação de restaurantes universitários com alimentação quase gratuita e o aumento do número de salas de aula. As organizações estudantis conseguiram certa autonomia e liberdade de ação. Sob o influxo do movimento democrático, inúmeros professores procuravam transmitir aos alunos noções atualizadas e expendiam idéias progressistas. Perdurou, contudo, o elevado quociente de analfabetismo, proliferou a comercialização do ensino e a instrução continuou sendo privilégio de uma minoria. Foram mantidos, no fundamental, os princípios e normas antiquados que freiam o desenvolvimento cultural. Isto retrata o caráter reacionário do regime econômico-social dominante.

Com o golpe de 1º de abril, tornaram-se mais graves os problemas relacionados com o ensino. A ditadura investiu contra as conquistas obtidas nos anos anteriores e tratou de imprimir um rumo mais reacionário à educação. Uma de suas primeiras providências foi o expurgo nas escolas dos professores e alunos de idéias democráticas e a instauração do terrorismo cultural. Cerceou a investigação científica, sufocou a liberdade de pensamento e de cátedra e suprimiu o direito de livre associação. Perseguiu a intelectualidade progressista. Colocou mais ainda as instituições do ensino nas mãos de grupos capitalistas. A camarilha militar encara a cultura como simples instrumento a serviço das oligarquias dominantes e dos neocolonialistas norte-americanos.

As metas do governo militar de Costa e Silva para o período de 1968/70 revelam claramente os planos da ditadura. Seu chamado programa estratégico da educação volta-se diretamente contra os estudantes, o progresso e a cultura. Um dos objetivos primordiais deste programa é acabar com a gratuidade do ensino superior e limitar mais ainda o acesso dos jovens às escolas superiores, mediante o estabelecimento de pesadas anuidades. Sob o pretexto demagógico de que os ricos têm que pagar seus estudos, o governo fecha, de fato, as portas das academias às camadas menos favorecidas. A ditadura visa a transformar as Universidades em Fundações, o que significa a privatização do ensino superior. Este ensino seguiria o modelo adotado nos Estados Unidos, onde as universidades são mantidas e dirigidas pelos monopólios capitalistas e estão articuladas com o Pentágono. Trilhando por um caminho de submissão crescente aos norte-americanos, a ditadura conspira para entregar a universidade brasileira ao controle ianque. Devido ao subdesenvolvimento do país, o capitalismo nacional é débil e não tem condições financeiras para sustentar as Fundações. Neste sentido é convincente o exemplo da Universidade Nacional de Brasília. Estruturada nos moldes de uma Fundação, a UNB deveria ter, por lei, como uma de suas fontes de receita, parte da renda anual da Companhia Siderúrgica Nacional. Mas esta empresa jamais cumpriu o dispositivo legal, invocando constantes prejuízos financeiros. Assim, as atuais universidades, se transformadas em Fundações, iriam depender basicamente dos subsídios dos trustes internacionais, em particular ianques, que dispõem de

recursos e estão interessados em controlar a formação do que denominam a elite dirigente do país.

A política da ditadura de restringir o acesso às escolas superiores choca-se frontalmente com os anseios de cultura da mocidade e com o aumento considerável de jovens que aspiram a cursar as faculdades. Para enfrentar esta situação, a ditadura promove os maiores entraves ao ingresso no ensino superior e tenciona criar, com a «ajuda» norte-americana, cursos intermediários de caráter técnico. Sem dúvida, o país necessita de escolas técnicas, mas não pode abrir mão de uma política que vise a formar em ampla escala, seus próprios pesquisadores e não simples operadores de maquinaria estrangeira importada como planeja o governo de Costa e Silva.

A ditadura tem, igualmente, por meta enquadrar os estudantes no esquema da chamada política de segurança nacional. É uma orientação que tem por fim manter a dominação ianque e salvaguardar as instituições reacionárias e caducas. Com este propósito, os militares intentam estabelecer normas para todos os setores da educação, realizar ativo intercâmbio entre as academias militares e as escolas superiores civis, e, sob a máscara de instrução moral e cívica, incutir na juventude idéias tacanhas e obscurantistas. Trata-se de um plano de militarização do ensino. A obrigatoriedade do estágio nas Forças Armadas dos formandos de medicina, farmácia, odontologia e veterinária é parte deste plano. Sentindo que a massa estudantil repudia energicamente a ação antipopular do Exército, utilizam diferentes meios e formas de ganhar a simpatia dos jovens, como excursões, visitas a unidades militares, atividades sociais e artísticas, programas esportivos, etc. A Operação Rondon, levantando demagogicamente a bandeira da interiorização do país, é uma destas tentativas de colocar os estudantes em contato mais direto com as Forças Armadas.

Os fatos denunciam o caráter antipopular e antinacional da ditadura. De ano para ano, em relação ao número de candidatos, diminuem as vagas nas escolas superiores. Em 1965, para 125.404 candidatos haviam apenas 58.929 vagas em todo o país. No Estado da Guanabara, em 1967, dos 18 mil pretendentes aos cursos universitários só foram aproveitados 6 mil. Em São Paulo, no mesmo ano, inscreveram-se 33.406 candidatos para disputar 9.755 vagas em 24 dos

principais estabelecimentos de ensino superior. Agrava-se, assim, o clamoroso problema dos excedentes.

Incapaz de resolver este problema, a ditadura adotou um critério de classificação dos candidatos aos cursos superiores subordinado ao número de vagas existentes. Exige-se uma soma de conhecimentos muito acima dos que são ministrados no 2º ciclo do ensino médio. Considera-se reprovado candidato que não obtém a média de aprovação de acordo com o índice imposto pela quantidade de vagas. E nega-se ao vestibulando o direito elementar de exigir a revisão de provas ou a aferição de notas. Com a finalidade de tornar mais rigorosa a seleção dos candidatos e mais difícil o acesso às escolas superiores, foi criado o CESCEM, organização privada de inspiração norte-americana, que recebe subvenções da Ford e de outros consórcios estrangeiros. Cobra elevadas taxas de inscrição para os vestibulares, elabora os testes para os exames nos moldes ianques e faz o julgamento das provas. Deste modo, enquanto se avolumam as necessidades de médicos, engenheiros, agrônomos e outros profissionais são relativamente menores as possibilidades para a formação de técnicos e cientistas. De outra parte, esse novo critério de habilitação conduziu ao incremento da indústria do ensino. Multiplicam-se os chamados Cursinhos que exigem mensalidades escorchantes para preparar os alunos que desejam ingressar nas escolas superiores.

Cresce o número de estabelecimentos de nível médio em mãos de particulares, o que torna o ensino secundário ainda mais proibitivo. Cerca de 50º/o dos alunos desse nível cursam ginásios particulares. No que se refere às escolas normais a percentagem é maior. No ensino primário, a ditadura tratou de reduzir o número de horas de aula. Atualmente, as escolas primárias dão apenas 3.600 horas-aula, em média, durante o período de cinco anos.

As verbas destinadas à educação no Orçamento Federal diminuiram: 1965, 11º/o; 1966, 9,7º/o; 1967, 8,7º/o; e 1968, 7,7º/o. E da reduzida verba para o corrente ano, o governo de Costa e Silva, a título de combate à inflação, mandou cortar quase 90 milhões de cruzeiros novos. Se se tem em conta que em 1963 as dotações para a educação representavam 19º/o das despesas orçamentárias, pode-se aquilatar o quanto o governo dos militares está voltado contra a cultura.

Enquanto isso, as verbas orçamentárias para o Ministério do Exército aumentaram: 1964, 7°/o; 1965, 9°/o; e 1966, 11°/o. Para 1968, são bem maiores — 1 bilhão e 90 milhões de cruzeiros novos, representando um acréscimo de 45°/o em relação a 1967. Além disto, novas despesas são previstas com a criação absurda de mais 500 postos de oficiais do Exército.

Em consequência da redução e retenção de verbas para a educação, inúmeras faculdades estão ameaçadas de colapso. Assim, por exemplo, a Escola Nacional de Química cujo orçamento, em 1967, era de pouco mais de 81 milhões de cruzeiros novos, recebeu apenas 12 milhões. Devido a isto, muitos de seus departamentos já não funcionam. A Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, segundo declaração de seu diretor, «está ameaçada de fechar suas portas por falta de verbas». E tal fato se repete em quase todas as escolas superiores do país. Com a redução das verbas, a ditadura quer justificar a transformação das Universidades em Fundações.

A falência do ensino no país se agrava ainda mais com a situação em que se encontra o corpo docente e os funcionários dos cursos médio e superior. Os professores são obrigados a trabalhar em diferentes lugares, prejudicando seriamente a eficiência de sua atividade pedagógica. Os vencimentos dos mestres e funcionários, além de pouco compensadores, atrasam-se frequentemente. Os pesquisadores não têm estímulo e vêem-se a braços com a carência de aparelhagem.

De forma sistemática, o governo ditatorial tenta submeter o ensino brasileiro aos interesses dos monopolistas ianques. Não só facilita e incentiva a propaganda do estilo de vida norte-americano, através dos canais de penetração e difusão a seu dispor, como também assina acordos desnacionalizantes com os Estados Unidos. Entre estes, destacam-se os acordos MEC-USAID que asseguram aos imperialistas estadunidenses a prerrogativa de orientar diretamente a educação no Brasil. Apoiados nesses acordos, técnicos de Washington, sob o pretexto de ajuda e assistência, determinam os tipos de currículos, os métodos didáticos, os programas de pesquisas e se intrometem na vida estudantil. Participam inclusive dos procedimentos administrativos e da indicação dos quadros do pessoal. A USAID treina funcionários do setor educacional e mestres brasileiros nas universidades norte-americanas, a fim de que sirvam a seu objetivo de

controlar o ensino. Os acordos MEC-USAID baseiam-se nas «recomendações» do Relatório Atcon, elaborado a pedido do governo ianque para facilitar sua ingerência nos problemas educacionais da América Latina. Segundo esse relatório, aos círculos dirigentes dos Estados Unidos compete «desenvolver uma filosofia educacional para o Continente», «estabelecer programas de ação em todos os níveis educacionais» e favorecer «a transformação da Universidade estatal em Fundação privada».

De modo especial, a ditadura militar investe contra as organizações estudantis e tenta por todos os meios liquidar o movimento de massas, democrático e independente, dos estudantes. Aplica a «recomendação» do Relatório Atcon, que visa «a eliminação da interferência estudantil, tanto colegiada como gremial», na vida das escolas.

A política da ditadura contra as organizações estudantis teve início com a Lei Suplicy. Golpeando os direitos de autonomia e de livre associação conquistados em longos anos de luta, esta lei, e posteriormente o Decreto Aragão, criaram novas organizações inteiramente contrárias aos interesses dos estudantes. A UNE, as UEEs e a UBES foram colocadas na ilegalidade. Os estudantes são perseguidos e não podem realizar livremente assembléias ou congressos para discutir seus problemas.

Diante de tão calamitosa situação do ensino e da cultura, da perseguição aos democratas e da descarada intromissão norte-americana nas questões educacionais, é natural que as massas estudantis entrem em conflito irreconciliável com o sistema ditatorial vigente. Tal conflito não pode deixar de produzir tensões agudas e contínuas em cada escola, em cada universidade, no país inteiro. E a tendência é para uma radicalização maior dos choques entre os anseios e reivindicações dos estudantes e a negação desses anseios e reivindicações por parte dos que se encontram no Poder.

As correntes e os elementos progressistas, exprimindo sua constante preocupação pelo atual estado de coisas na esfera da educação, buscam caminhos para vencer, neste terreno, o atraso do Brasil. Defendem reformas no sistema universitário, reclamam maiores verbas e indicam as mais diferentes soluções para êste ou aquele setor do ensino. A crise educacional, contudo, não será resolvida nos quadros

do atual regime reacionário e pró-americano. A premissa básica para solucionar o problema da educação e da cultura para o povo é a extinção do latifúndio e do domínio do imperialismo. Como demonstrou a experiência dos países que fizeram a revolução popular, somente liquidando os privilégios da minoria exploradora, é possível dar instrução às grandes massas e disseminar a cultura. Também no Brasil, será com a revolução que o povo conquistará o direito de ser culto, livre e de ter uma vida feliz.

II
OS ESTUDANTES E A REVOLUÇÃO

Destacado é o papel que os estudantes estão chamados a desempenhar na revolução. Nunca no Brasil o movimento estudantil teve uma participação tão acentuada nos acontecimentos políticos como na atualidade. Cresce a oposição à ditadura e espraia-se o sentimento anti-norte-americano. Intensificam-se as greves nas escolas e as manifestações de protesto nas ruas. Os estudantes resistem valentemente à repressão policial e prosseguem nas lutas em defesa da cultura e pela liberdade.

Esta extraordinária combatividade dos estudantes não é um fenômeno que se limite ao Brasil. Repete-se em diferentes partes do mundo capitalista, tanto nos países coloniais e dependentes como nas grandes metrópoles imperialistas. A veemência da ação política dos estudantes imprime seu selo nos grandes choques que se verificam no cenário internacional. A juventude das escolas revela alto espírito revolucionário, desde a França, onde o movimento estudantil fez tremer os alicerces da dominação burguesa, passando pela Espanha, Itália e Alemanha, onde os estudantes lançam-se audazmente contra a reação, até a América Latina, onde os jovens estão à frente da luta contra as ditaduras militares e os governos reacionários.

Ante a impetuosidade e a amplitude do movimento estudantil, os ideólogos da burguesia apresentam as mais estranhas teorias para explicar esse fenômeno. Dizem que se trata de um choque de gerações, da revolta dos moços contra os velhos, da rebeldia dos filhos contra os pais, de angústias, neuroses e desajustamentos sociais da juventude. São elocubrações visando esconder o verdadeiro conteúdo das

manifestações estudantis. Trata-se, na realidade, de um profundo movimento de protesto contra a podridão dos regimes em decadência. É um reflexo da crise geral do capitalismo cujo agravamento prenuncia o colapso deste iníquo sistema. Os jovens vivem num mundo em que são imensas as possibilidades de progresso social, em que a ciência e a técnica atingiram elevado grau de desenvolvimento e em que existem condições para um vasto crescimento das forças produtivas. A juventude toma consciência de que é possível uma vida melhor e mais digna para todos e que tem o direito de exercer ampla função social. No entanto, suas aspirações se chocam com a realidade do regime capitalista que propicia a riqueza e o luxo a uma pequena minoria de ociosos e impede o acesso das grandes massas ao bem-estar e à cultura. Os jovens deparam-se com universidades desaparelhadas, métodos arcaicos de ensino, reduzido número de vagas nas faculdades. O capitalismo restringe e turva os horizontes para a juventude. O que ele proporciona é a escravidão assalariada, o desemprego, a pauperização, o embrutecimento, a reação e a guerra. Cada vez é relativamente menor o número de pessoas que pode usufruir os benefícios da civilização. E é também cada vez maior o número dos que não conseguem o mínimo de conforto e de saber. O capitalismo, em sua etapa final, é um freio ao desenvolvimento da sociedade, um cadáver putrefato que, há muito, já devia ter sido enterrado.

Precisamente para acabar com as injustiças sociais e, em essência, com o sistema que as engendra — ainda que isto nem sempre esteja formalmente expresso — e em busca de novas perspectivas é que os estudantes se lançam às ruas nos países capitalistas desenvolvidos. É para varrer a opressão estrangeira e as oligarquias reacionárias que a juventude dos países coloniais e dependentes se incorpora às demonstrações nas cidades e às guerrilhas no campo.

No Brasil, a combatividade do movimento estudantil já é uma tradição. Os estudantes participaram vigorosamente das campanhas populares contra a reação e o fascismo, contra o Estado Novo, pela formação da FEB e a favor da guerra antifascista, das jornadas democráticas e patrióticas do após-guerra. Atualmente, magníficos são seus exemplos na luta contra a ditadura militar. Derramam seu sangue

generoso por elevados ideais. Em grandes demonstrações de massa, exigem a anulação dos acordos MEC-USAID. Promovem atos de solidariedade ao Vietname e repudiam os imperialistas norte-americanos. Seus grandiosos protestos contra o assassinato do jovem Edson Luis e contra o descalabro do ensino comoveram o país, abalaram a ditadura e alcançaram repercussão internacional.

Objetiva e subjetivamente, os estudantes têm condições de cumprir importante papel na revolução brasileira. Como jovens intelectuais de uma nação pobre e atrasada, não encontram oportunidades para desenvolver sua capacidade criadora. São audazes nas formas de pensar e de agir, não estão presos a maiores compromissos e podem transformar-se em revolucionários consequentes.

Ao começar os estudos secundários, os jovens travam os seus primeiros embates para serem admitidos nos ginásios do Estado. Devido à exiguidade de vagas boa parte deles tem de recorrer aos estabelecimentos particulares de ensino, onde as taxas de anuidade são escorchantes e as despesas cada vez mais elevadas. Da grande massa que deseja adquirir conhecimento de nível superior, ínfimo contingente atinge as universidades. Durante os cursos, os estudantes se defrontam com obsoletos programas de ensino, currículos desatualizados, diretores e reitores prepotentes, professores desinteressados. Em plena fase da vitória do socialismo, dos satélites e da energia atomica, o materialismo dialético, base da ciência, é quase desconhecido nas escolas. Na grande maioria dos estabelecimentos de ensino, e mesmo em cursos de economia política, sequer se menciona o nome de Karl Marx, o criador da teoria social mais avançada. As idéias de outros notáveis pensadores, que contribuíram para o patrimônio comum da cultura universal, são simplesmente ignoradas. Esta discriminação obscurantista tem sua origem no próprio regime reacionário vigente no país, no qual se fazem sentir fortemente as sobrevivências feudais e escravistas, e que sempre representou um imenso obstáculo à expansão da cultura. Na medida em que os estudantes procuram conhecer a verdade e se interessam pelos problemas do povo e do país, combatem as arbitrariedades e as injustiças, pugnam pelo progresso e a liberdade e reclamam a democratização do ensino. Contra eles voltam-se raivosamente as forças reacionárias.

Nesta tomada de consciência da realidade e dos dramas e tensões que dela surgem, os estudantes, através dos livros, debates e lutas, ganham outra visão dos problemas políticos e sociais, avançam no sentido de novas afirmações de atitudes. Por isso, engajam-se facilmente nas ações reivindicatórias e políticas. Muitos deles compreendem a necessidade da luta armada, da revolução nacional e democrática. E não são poucos os que abraçam os ideais socialistas.

Os universitários atingiram um grau de organização que lhes permitiu exercer certa influência na vida política do país, influência que se fez notar, especialmente, a partir de 1937, quando, por iniciativa dos comunistas, foi fundada a União Nacional de Estudantes. Os Congressos da UNE passaram a constituir acontecimentos de relevo. As agitações e as lutas dos estudantes por suas reivindicações específicas e por soluções democráticas despertaram a atenção das mais diversas forças políticas para a importância do movimento estudantil.

Este movimento transformou-se, assim, em área de acirrada disputa política. O partido do proletariado procura ganhar as massas estudantis para as posições revolucionárias. Também os reformistas e a pequena burguesia radical esforçam-se para influir entre os universitários e os secundaristas. Por sua vez, o governo e os partidos das classes dominantes tentam controlar a mocidade das escolas. Da mesma forma, o imperialismo ianque, particularmente depois da repulsa dos estudantes latino-americanos à visita do ex-vice-presidente Richard Nixon, preocupa-se com o movimento estudantil brasileiro. E hoje a CIA despende vultosas verbas para corromper as organizações estudantis e seus líderes e nelas introduzir seus agentes.

As posições que o movimento estudantil adotou nos últimos decênios refletem a maior ou a menor influência desta ou daquela corrente política. Quando o Partido Comunista, que sempre contou com grande prestígio entre os estudantes, caiu no revisionismo e ficou a reboque do nacional-reformismo, houve um descenso na combatividade dos estudantes e alguns dirigentes universitários atuaram como instrumentos do Ministério da Educação. Com a reorganização do PC do Brasil, em 1962, os comunistas iniciaram uma nova fase em sua atuação. Presentemente, várias correntes de esquerda gozam da simpatia das massas estudantis e tentam dirigí-las. A direita, abertamente reacionária ou

conservadora, é pouco numerosa e acha-se isolada. Ultimamente a Igreja Católica procura também penetrar e consolidar posições no movimento estudantil, apoiando-se na rede de ginásios e universidades que possui no país. Alguns núcleos políticos, pretensamente radicais, tentam dar às entidades estudantis caráter partidário.

Com a ascensão dos estudantes a um plano proeminente na arena política, surgiram opiniões apresentando-os como vanguarda da revolução. São opiniões errôneas. Esta função só pode ser exercida pela classe operária, tendo à frente seu partido marxista-leninista. Ao contrário do proletariado, os estudantes não representam uma força homogênea e estável. Provêm de diferentes classes e camadas sociais e renovam-se periodicamente, com o término dos cursos e o ingresso de novas turmas. Não se deve confundir a possibilidade que, em determinados momentos, têm os estudantes de se colocar à vanguarda de certas lutas com a possibilidade, que êles não têm, de ser a força dirigente da revolução. Em virtude de condições históricas, sociais e políticas, os estudantes podem refletir, e refletem muitas vêzes antes que outros setores, os anseios populares, lançando-se a lutas pioneiras em favor de aspirações nacionais e democráticas. Mas, nem por isso, constituem a vanguarda do povo, a força que orienta as demais. Só uma classe como o proletariado, vinculado à grande produção e diretamente interessada na vitória do socialismo, pode ser firme e consequente e tem condições de agrupar em seu redor todas as massas exploradas e oprimidas na luta por sua total emancipação.

O movimento estudantil é parte integrante do amplo movimento democrático e de libertação nacional. Os principais objetivos que persegue só serão alcançados com a vitória da revolução. Por isso, mantendo sua feição própria, tem, necessariamente, de se ligar à luta dos operários, camponeses e outros setores da população, defendendo as reivindicações gerais do povo. Tem que apoiar, impulsionar e desenvolver as lutas democráticas, antiimperialistas e em favor da cultura e cooperar em todos os sentidos com as massas populares.

Os comunistas precisam esforçar-se para dirigir o movimento estudantil e conduzí-lo de forma correta. Sua direção, como vanguarda proletária consequente, é

imprescindível para acelerar a potencialidade revolucionária do movimento estudantil e imprimir-lhe feição verdadeiramente de massas. Torna-se necessário, por isso, ter uma política justa, trabalhar entre os estudantes e atuar, sem exclusivismo e sem concessões de princípio, com as forças democráticas que exercem influência no movimento dos estudantes.

III
A POLÍTICA E AS TAREFAS DO PARTIDO NA FRENTE ESTUDANTIL

A política estudantil do Partido visa a mobilizar, organizar e unir os universitários, secundaristas e demais estudantes em função das lutas revolucionárias do povo. Consiste em encontrar as formas mais adequadas de luta, empregar os melhores métodos de trabalho e de liderança e lançar as palavras-de-ordem mais oportunas no sentido de ganhar os estudantes para a revolução.

1. Elementos básicos da política estudantil do Partido

A orientação para o trabalho entre os estudantes constitui a aplicação concreta e específica da linha geral e da tática do Partido. O Manifesto-Programa definiu o caráter e o caminho da revolução brasileira, precisou os objetivos e as tarefas do movimento revolucionário em sua etapa atual e indicou a necessidade da união das grandes massas do povo para mudar radicalmente o regime imperante. «A unidade da esmagadora maioria da Nação — diz o Manifesto-Programa — é necessária e possível e, sob a direção da classe operária, será a força capaz de varrer todas as barreiras que se ergam no caminho da emancipação nacional e social do povo brasileiro». A VI Conferência Nacional, ao formular a tática do Partido para a presente situação, mostrou que, para avançar na realização dos objetivos programáticos, se torna indispensável seguir uma política ampla de união dos patriotas, concentrar os ataques na ditadura e no imperialismo ianque, promover ações de massas sempre mais elevadas, dar primazia ao trabalho nas áreas rurais, utilizar todas as formas de luta, preparar e

desencadear a luta armada a fim de levar a cabo a guerra popular. A Resolução do Comitê Central de novembro de 1967 esclarece e desenvolve a tática aprovada naquela Conferência.

É apoiado nestes fundamentos que o Partido fixa sua política estudantil. Os elementos essenciais desta política são os seguintes:

1º Concentrar o fogo do ataque na camarilha militar reacionária e entreguista e nos imperialistas ianques, levar as massas estudantis a lutar pela derrubada da ditadura e por um poder popular.

2º Levantar as reivindicações mais sentidas e imediatas dos estudantes, relacioná-las com os problemas políticos gerais, procurando ao mesmo tempo elevar o nível das lutas e de consciência política das massas estudantis.

3º Organizar e unir os estudantes nas lutas e para as lutas, utilizando tanto as velhas formas de organização e unidade ainda válidas como as novas formas criadas pelo movimento estudantil, tendo presente que, sob as condições da ditadura, é preciso saber combinar as formas legais com as ilegais e conquistar firmes pontos de apoio em cada escola.

4º Desenvolver a ação comum entre os universitários, secundaristas e estudantes técnico-profissionais para tornar mais sólidas as organizações estudantis. Propugnar a frente-única com os professores e intelectuais democratas e progressistas como também com os trabalhadores das cidades e do campo a fim de ampliar as lutas.

5º Manter posição independente no movimento estudantil e não se deixar confundir com as demais correntes que nele atuam. Aplicar a política de unidade e luta para fortalecer os setores que defendem posições progressistas, ganhar a maioria, isolar e derrotar os direitistas, trotsquistas e agentes da ditadura. Conquistar a liderança no movimento estudantil.

6º Esclarecer os objetivos do Partido, difundir as idéias da guerra popular, propagar o marxismo-leninismo. Fazer da linha do Partido a linha das massas estudantis.

Nestes elementos básicos está implícita a necessidade de converter o movimento estudantil numa atividade genuinamente de massas e de oposição consequente à ditadura, num dos esteios da ampla união democrática e antiimperialista do povo brasileiro.

2. Concentrar o fogo do ataque na ditadura e no imperialismo ianque

Para aplicar corretamente a política estudantil do Partido é preciso, antes de tudo, aprender a distinguir, em cada momento e em cada lugar, as contradições fundamentais das não fundamentais, a fim de resolvê-las com acerto, fugindo ao subjetivismo e à desorientação. Isto significa que se deve fazer distinção entre os inimigos principais e os secundários, diferenciar os inimigos dos amigos e estabelecer para cada um deles o tratamento correspondente.

Na atual situação, o imperialismo norte-americano e a ditadura militar constituem os inimigos principais a combater. Embora outras forças também se oponham aos supremos interesses do povo, na presente conjuntura não podem ser consideradas o alvo imediato dos ataques das lutas das massas. É claro que se as circunstâncias se modificarem elas poderão se converter nos adversários mais perigosos do movimento revolucionário.

Os fatos vêm demonstrando a necessidade de que o fogo das lutas estudantis seja concentrado no imperialismo ianque e na ditadura militar, antinacional e antipopular. Faz-se sentir cada vez mais no país o guante dos monopólios ianques, que prosseguem na política neocolonialista, ameaçam apoderar-se da Amazônia, intensificam a espoliação das riquezas nacionais e são os principais sustentáculos da reação e do atraso. As aspirações a uma cultura democrática são inconciliáveis com a política do governo de Costa e Silva, a serviço dos imperialistas norte-americanos e das forças internas mais reacionárias. As dificuldades e os problemas que se agravam no campo educacional estão relacionados com o regime caduco e com a política militarista vigorante no país. Não há cabimento para o diálogo entre os estudantes, privados dos mais elementares direitos e liberdades, e os fâmulos da ditadura. Para os atuais governantes, o diálogo não passa de manobra para ludibriar a opinião pública e de

uma tentativa de fazer os estudantes aceitar o sistema instituído com o golpe de 1º de abril. Por isso, têm razão os estudantes que desmascaram o governo, exigindo, como condição prévia para qualquer diálogo, o reconhecimento oficial da UNE, a liberdade dos estudantes presos, a cessação das perseguições ao movimento estudantil, etc, e que este diálogo seja realizado com a participação das massas.

3º Ampliar o movimento estudantil

A orientação do Partido demanda que o movimento estudantil seja realmente amplo. É necessário que as grandes massas de estudantes participem das lutas pelas reivindicações específicas e das ações políticas em defesa dos objetivos democráticos e patrióticos. A melhoria do ensino, a liquidação ou redução das anuidades e taxas, a abertura de novos restaurantes e o barateamento das refeições, a cessação da perseguição e da discriminação dentro das escolas são algumas das numerosas reivindicações em cada turma, série, curso, faculdade, etc. A questão dos excedentes, a insuficiência de verbas, o absurdo sistema de seleção dos vestibulares preocupam extensos setores de jovens. Os acordos MEC-USAID, a transformação das Universidades em Fundações, a obrigatoriedade dos formandos em medicina, farmácia, odontologia e veterinária fazerem estágios nas Forças Armadas constituem problemas de interesse de toda a massa estudantil. Tais reivindicações, fatores constantes de mobilização dos estudantes, são inseparáveis do combate à ditadura. De igual modo, a solidariedade ao Vietname, o combate ao militarismo, à Constituição fascistizante, à Lei de Segurança, e à de Imprensa, a defesa da Amazônia, o apoio aos operários e camponeses são, também, deveres de todos os estudantes. Se as reivindicações específicas servem de motivo justo e permanente às lutas dos estudantes — e devem merecer especial atenção dos comunistas — as questões políticas, em muitas circunstâncias, são as determinantes da mobilização das massas estudantis e da realização de grandiosas manifestações.

As denúncias das violências e das medidas reacionárias da ditadura e o desmascaramento do

imperialismo ianque, assim como a divulgação da atividade dos estudantes têm especial importância na mobilização da massa estudantil. Valiosa experiência, nesse sentido, é a dos comícios relâmpagos e a dos jornais murais, preparados pelos próprios alunos, que alcançam grande repercussão.

Com o objetivo de desenvolver as lutas, os comunistas devem ter em conta o nível de consciência das massas bem como as manobras da reação tendentes a confundir a opinião pública e a isolar a vanguarda revolucionária. Todas as ações devem ter uma justificação política clara que possa ser aceita pelas massas, o que exige apresentar sempre uma argumentação convincente que esclareça as razões da luta e desmascare os manejos do inimigo. Os comunistas só poderão cumprir sua missão se compreenderem que entre os estudantes há um processo diferenciado e dinâmico de tomada de consciência dos problemas e da ligação destes com as questões políticas gerais. Se bem que o ambiente estudantil seja de inconformismo, descontentamento e mesmo de revolta, há nele, grande diversidade de posições e de opiniões, existem também os apolíticos e os indiferentes. É necessário, portanto, trabalhar entre as massas estudantis, saber organizá-las, uní-las e abrir-lhes perspectivas revolucionárias. Somente assim os protestos e as ações poderão alcançar maiores êxitos. O esforço contínuo dos comunistas será o de elevar o nível de consciência das massas através da ação política.

4. Organizar os estudantes nas lutas e para as lutas

A fim de organizar-se ainda melhor e unir-se mais estreitamente, os estudantes devem utilizar as formas tradicionais de organização, a exemplo da UNE, UEEs e Centros Acadêmicos. A famigerada Lei Suplicy pôs à margem estas organizações e criou novas entidades. Em consequência, existem hoje as chamadas entidades estudantis enquadradas e as entidades livres. Aquelas oficialmente reconhecidas pelo governo e estas com atuação mais ou menos aberta. Os dirigentes das entidades livres — perseguidos pela polícia — são pouco conhecidos das massas como tais. Na maioria das vêzes porém, as palavras-de-ordem das organizações que

representam são acatadas pelos estudantes. Seria um êrro não apoiar a UNE, UEEs e CAs. Deve-se trabalhar nessas organizações tendo em vista fortalecê-las, ampliar sua influência e lutar por sua legalidade. Também seria incorreto não realizar atividades nos DAs enquadrados. É possível, em certos casos, utilizá-los e obrigá-los a defender as reivindicações dos estudantes. Os comunistas devem atuar em todas as organizações estudantis de massas e nelas difundir a orientação do Partido.

Ao mesmo tempo, o movimento estudantil, necessita buscar outras formas de unidade e organização nas lutas e para as lutas, formas de estruturação flexíveis e que possibilitem a união dos estudantes de baixo para cima, favoreçam o desenvolvimento de grandes campanhas e dêem confiança aos estudantes em suas próprias forças. Por isso, é necessário criar Grupos nas séries e outras formas de organização que permitam reforçar o movimento estudantil pela base. Com a existência de organizações ativas nas turmas e séries, as lutas adquirem maior firmeza e os estudantes não se dispersam com facilidade. Na medida em que o trabalho pela base ganha solidez e se articula por escola, os estudantes vão às ruas mais organizadamente, fazem demonstrações vigorosas e melhor enfrentam a repressão policial. Quando surgir, por exemplo, a necessidade de decretar greve de solidariedade ou cumprir palavras-de-ordem das entidades dirigentes do movimento estudantil, o trabalho de base em cada turma ou série terá preparado o terreno para que estas iniciativas sejam vitoriosas.

É preciso estar atento, igualmente, às novas formas de organização e de luta criadas pelos estudantes não importa o nome que tenham, ou seu caráter temporário, pois o que vale são os seus objetivos e seu sentido de massas. Uma primeira tentativa de unidade e organização das massas para as lutas, após o golpe de abril, foi o movimento pró-UNE que, no entanto, resultou numa espécie de super-partido das forças de esquerda, com programa próprio, estrutura rígida e até recrutamento selecionado. Teve por isto curta duração. Nas últimas campanhas estudantis surgiram outras tentativas, algumas bem sucedidas, como os Grupos de Trabalho e Grupos de Estudo, em São Paulo. Também alcançaram êxito os Grupos de 5 e 6, articulados por escola, na Guanabara. Formados há algum tempo atrás, em momento agudo de luta, atuaram como núcleos de

agitação política e de autodefesa. Experiência positiva é a da Frente de Trabalho, por turma ou ano, recentemente criada no Rio. Qualquer que seja o tipo de organização, o importante é que tenha caráter de massas e adote métodos democráticos, capazes de assegurar a participação efetiva e organizada dos estudantes na preparação e no desencadeamento de todas as ações, seja qual for o seu nível.

Os comunistas devem orientar e dirigir o movimento estudantil visando à acumulação de forças para impulsionar o processo revolucionário. Não se justifica empreender ações que conduzam desnecessariamente ao desgaste, à perda de posições conquistadas e ao enfraquecimento das organizações. A acumulação de forças requer que as lutas sejam preparadas e conduzidas de forma adequada, objetivando obter triunfos, ainda que pequenos. O movimento estudantil deve atacar ou contra-atacar a ditadura onde, quando e como lhe parecer mais oportuno e utilizar o avanço ou o recuo quando o momento exigir, tendo em mira reforçar suas posições. Ao preparar cuidadosamente as manifestações de rua, as greves e outras demonstrações, os estudantes terão melhores condições de transformá-las em ações poderosas, com elevado conteúdo político. Assim irão aprendendo, na própria luta, as formas e os meios mais justos de enfrentar a violência da ditadura, forjar seu espírito combativo e revolucionário e acumular forças para novas e mais elevadas ações.

5. Desenvolver a ação comum e realizar a frente única

A existência de interesses e reivindicações comuns entre universitários, secundaristas e estudantes técnico-profissionais possibilita congregá-los em torno de suas aspirações. É necessário unir, no setor estudantil, todos os que, de uma ou outra forma, se colocam contra a ditadura e contra o domínio ianque no país.

Para ampliar e fortalecer o movimento estudantil, os comunistas devem atuar tanto entre os universitários, que já atingiram um nível mais elevado de organização, como entre os secundaristas e os alunos dos cursos técnico-profissionais. O movimento secundarista e o

técnico-profissional englobam vastas massas de jovens que atravessam dificuldades de toda ordem e representam papel ativo nas lutas estudantis e populares. A experiência demonstra que os secundaristas são impetuosos, protestam contra o aumento das taxas escolares, a elevação do preço dos transportes, as arbitrariedades policiais, etc. Os universitários e suas organizações precisam estreitar relações com as entidades ou grupos representativos dos estudantes secundários e técnico-profissionais, procurando com eles estabelecer ações comuns. A unidade de ação dos universitários com os secundaristas e estudantes técnico-profissionais facilitará a ampliação e a radicalização de suas lutas.

Simultaneamente com a luta por sua unidade, o movimento estudantil se reforça na medida em que realiza a frente única com os professores e demais setores da intelectualidade. A luta dos estudantes encontra geralmente apoio nos mestres que não concordam com a interferência norte-americana no ensino e nos que se destacam no combate às idéias obscurantistas. A exigência de verbas para as Universidades é denominador comum para a frente única de professores e alunos. Entre jornalistas, escritores e artistas — quase todos atingidos pela censura e pelo terrorismo cultural — os estudantes encontram também simpatia e solidariedade. O entendimento e o trabalho com os intelectuais ampliam a luta comum em defesa da cultura e das liberdades, dão maior ressonância às manifestações contra a ditadura.

Preocupação constante dos comunistas deve ser a integração do movimento estudantil com o movimento democrático e revolucionário das massas populares. Para se libertar do sistema do latifúndio e do domínio imperialista, o povo brasileiro necessita forjar a união da maioria esmagadora de seus filhos e travar uma luta consequente. Sua vanguarda é a classe operária, tendo à frente o Partido Comunista do Brasil, e seu principal instrumento social e político é a aliança operário-camponesa. O movimento estudantil terá que se unir estreitamente ao movimento popular, democrático, e antiimperialista, pois as reivindicações básicas dos estudantes só serão satisfeitas com a vitória da revolução.

6. Política de união e luta

Um dos aspectos da política estudantil do Partido diz respeito à posição que os comunistas devem assumir no trabalho com as demais correntes que atuam entre os estudantes. Em síntese, esta posição é a seguinte: aplicar uma tática de unidade e crítica, no que se relaciona às forças efetivamente aliadas; opor-se às idéias e práticas errôneas dos revisionistas e ultra-esquerdistas, atrair os elementos equivocados para o terreno democrático; e combater firmemente a minoria direitista.

A política do Partido no movimento estudantil visa a consolidar a esquerda, ganhar o centro e isolar a direita. A esquerda, em muitos Estados, é numerosa. A direita, de um modo geral, é reduzida. Mas, no conjunto da massa estudantil, a parcela maior é constituída pelo centro. Ganhar esta massa intermediária para a ação contra a ditadura e o imperialismo norte-americano é um dos principais objetivos do Partido no movimento estudantil. Os ultra-esquerdistas acham que a esquerda se auto-satisfaz e que pode desprezar a massa do centro, impor suas palavras-de-ordem sem considerar a repercussão na parcela majoritária dos estudantes. A tentativa de utilizar a UNE como partido político de feição sectária, não tendo em conta seu caráter de organização de massas, reflete esta posição ultra-esquerdista.

A fim de forjar a unidade nas lutas e para as lutas torna-se imperativo saber distinguir as correntes de cunho democrático das de caráter reacionário ou aventureiro. O Partido está sempre disposto a realizar a unidade de ação com outras forças, visando a alcançar objetivos comuns. É favorável aos entendimentos com os dirigentes de outras facções, mas não admite os métodos de conchavo ou os acordos sem princípio. O estilo de trabalho e de liderança dos comunistas exigem que eles dêem amplo conhecimento às massas dos entendimentos e com elas debatam obrigatoriamente os acordos entabulados com outras correntes. O PC do Brasil considera que o mais importante é a elevação do nível de consciência revolucionária das massas. A conquista de postos de direção nas organizações estudantis deve servir à mobilização de massas e à intensificação de suas lutas. Ao realizar entendimentos e acordos com outras correntes, o Partido não renuncia

ao seu direito de criticá-las no que elas apresentam de errado e prejudicial ao movimento estudantil.

A iniciativa audaz e as propostas concretas no movimento estudantil contribuirão para fortalecer as posições do Partido e para delimitar as divergências com as demais correntes políticas. Quanto mais vigoroso e revolucionário for o movimento de massas dos estudantes e quanto mais amplitude ele tiver, tanto melhor se revelarão as correntes que se colocam a favor ou contra as aspirações dos estudantes e tanto maior será o contraste entre as opiniões certas e erradas. Tornar-se-ão mais claras as posições justas e as posições oportunistas, tanto de direita como de «esquerda».

7. Esclarecer os objetivos do Partido e propugnar a guerra popular

Como combatentes de vanguarda, os comunistas divulgam entre os estudantes a linha do Partido e, em especial, a idéia da guerra popular. Uma linha política — expressão das necessidades revolucionárias — só se transforma em força material quando as massas dela se apoderam. O povo brasileiro, para desatar plenamente sua energia criadora, precisa ter visão clara do caminho a trilhar, dos objetivos imediatos e mediatos a alcançar, da maneira como lutar contra seus inimigos — visão, objetivos e maneira de lutar que se encontram sintetizados na linha do PC do Brasil. É uma orientação que, uma vez posta em prática, conduzirá o povo à conquista de um governo popular revolucionário.

A idéia da guerra popular deve ser levada aos estudantes. As reformas e as soluções pacíficas não livrarão o país do jugo do imperialismo norte-americano e do regime das forças reacionárias internas. A ação armada é a principal forma de luta para lograr a libertação nacional e social do povo brasileiro. A guerra popular é uma guerra das grandes massas. Desde a formação dos pequenos agrupamentos armados até as grandes operações do exército popular, só se obterá êxito, contando com o apoio e a participação das massas. Num país como o Brasil, a guerra do povo terá como cenário mais importante a zona rural, sendo os camponeses a massa fundamental dos combatentes. As cidades, onde se concentram a classe operária e grandes massas da pequena burguesia,

podem dar valiosa contribuição para a vitória desse tipo de guerra. O povo deve criar o seu próprio exército. «Sem exército popular — assinala Mao Tsetung — o povo nada terá». Unicamente assim será possível destruir as forças armadas das classes dominantes, instrumento para reprimir e massacrar os trabalhadores, os estudantes e as massas populares.

O caminho da guerra popular demanda a vinculação e a combinação da luta armada com as diferentes lutas reivindicatórias e políticas de massas. Uma concorre para o fortalecimento das outras e ambas mutuamente se reforçam.

Os estudantes, além da propaganda da guerra popular, devem se preparar concretamente para tomar parte ativa na luta armada emancipadora do povo. Com a agitação política, as ações de massas, os choques de rua com a polícia e o exército e os levantes populares, segundo as diferentes fases do processo revolucionário, os estudantes, nas cidades, ajudarão eficazmente a preparação e o desenvolvimento da guerra popular. Aprenderão com a própria experiência a melhor maneira de defender-se dos ataques da reação e organizarão grupos de autodefesa de massas para elevar o nível das lutas. Do meio estudantil sairão muitos elementos para integrar os efetivos do exército popular.

Simultaneamente com a aplicação da política e das tarefas do Partido no setor estudantil, torna-se indispensável propagar e defender o marxismo-leninismo. O combate às concepções falsas difundidas entre os estudantes por diversas correntes é uma exigência do próprio avanço do movimento revolucionário.

IV
TRAVAR A LUTA IDEOLÓGICA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Numa época como a atual em que se multiplicam em todo o mundo as ações revolucionárias, afloram no cenário político as mais diversas teorias e orientações. Pelo fato de que os estudantes têm revelado combatividade e procuram soluções radicais para os problemas que os preocupam, os ideólogos do imperialismo e do revisionismo tratam de difundir, com

tinturas de esquerda, concepções que se contrapõem aos interesses do socialismo. Realizam astutamente uma ofensiva contra o marxismo-leninismo, fingindo-se defensores desta doutrina. Apresentam o marxismo como simples humanismo burguês, à margem da luta de classes, a exemplo de Garaudy, Schaff e outros. Negam a necessidade do partido de vanguarda do proletariado como proclama Regis Debray. Avaliam distorcida e caluniosamente a história do movimento comunista, como fazem Lukacs e Sweezy. Todos eles, adversários da ditadura do proletariado, dizem que o marxismo precisa ser reformulado. Opõem-se ao fundador do socialismo científico, exaltando o jovem Marx quando ele ainda não era materialista dialético. Desacreditadas idéias ultra-esquerdistas, há muito sepultadas pela luta de classes, como as de Bakúnin e de Trotsky, são ressucitadas.

Estas concepções também têm curso no Brasil. O fato de os estudantes constituirem uma camada da intelectualidade faz com que as questões de natureza teórica assumam excepcional importância para eles. No movimento estudantil acentua-se a luta de opiniões sobre a posição dos estudantes face aos problemas nacionais, a questões ideológicas e aos rumos que deve seguir esse movimento. Particularmente entre as forças de esquerda, a disputa no terreno das idéias alcança grande intensidade. Os pontos-de-vistas do marxismo-leninismo penetram na massa estudantil e ganham continuamente novos partidários. As opiniões revisionistas são desmascaradas pela própria vida e vão-se desacreditando. No entanto, certas teses ultra-esquerdistas encontram receptividade no imediatismo e no subjetivismo pequeno-burguês de uma parcela dos estudantes e causam confusão política e ideológica, com graves prejuízos para o movimento estudantil. O marxismo-leninismo é a única teoria capaz de guiar corretamente a luta emancipadora do povo brasileiro e orientar os estudantes por um justo caminho. Sem combater as concepções falsas, é impossível unir a maioria dos estudantes em torno de objetivos revolucionários e colocar o movimento estudantil à altura da missão que lhe incumbe.

Várias são as correntes políticas que atuam entre os estudantes e que expressam diferentes tendências ideológicas. Algumas dessas correntes, apesar das opiniões errôneas que esposam, contribuem, em certa medida, para desenvolver o movimento estudantil.

Outras, porém, são profundamente nocivas e entravam a ação revolucionária.

Entre os estudantes firmou-se, durante algum tempo, como tendência político-ideológica, a representada por um setor católico de esquerda. Seu principal porta-voz é a Ação Popular, que faz esforços para colocar o movimento estudantil inteiramente sob sua direção. A AP opõe-se à ditadura militar e, em muitos Estados, toma posição antiimperialista e democrática. Vem contribuindo para o desencadeamento de numerosas lutas estudantis. Caracteriza, porém, de maneira falsa a revolução brasileira, defendendo a tese de que esta revolução é socialista de libertação nacional, confundindo as duas etapas do processo revolucionário. Encara erroneamente o papel do estudante na revolução, atribuindo-lhe função de vanguarda. Utiliza as organizações estudantis sob seu controle como partido político de sua filiação. Emprega métodos exclusivistas e seu estilo de liderança baseia-se principalmente em entendimentos de cúpula e na tutela das massas.

Tendência mais antiga, o revisionismo esforça-se por conduzir o movimento estudantil pela senda do reformismo burguês. Considera que a solução dos problemas brasileiros pode ser alcançada, gradativamente, através de reformas nos marcos do atual regime. É partidário da linha oportunista do XX Congresso do PCUS. Não tem em mira a saída revolucionária, mas conseguir, com a pressão de massas, que a ditadura faça uma «abertura democrática». Sua concepção do caminho pacífico leva-o a opor-se à radicalização de qualquer luta. O PC Brasileiro é a expressão desta tendência. Seus militantes procuram cingir o movimento estudantil às reivindicações imediatas e de curto alcance. Os revisionistas visam a amainar o vigor e a disposição de luta dos estudantes, traem o movimento revolucionário. Antes do golpe de 1964, dispunham de certo prestígio de massas, mas presentemente acham-se bastante debilitados no setor estudantil. Por sua atuação oportunista e pelos métodos de conchavo que utiliza, são cada vez mais repudiados.

Também o fidelismo tem seguidores no movimento estudantil. Suas teses ultra-esquerdistas estão presentes em vários agrupamentos políticos que aí atuam. Proclama-se marxista-leninista, mas seus conceitos fundamentais contrariam princípios básicos da doutrina fundada por Marx e Engels. Embora pregue a revolução

e a luta armada, suas opiniões a esse respeito não são corretas. Afirma que a revolução é uma só na América Latina e seu caráter é socialista. Com esta posição, inteiramente fora da realidade, estreita o movimento revolucionário e o condena ao fracasso. Orienta-se pela chamada teoria do «foco», dos pequenos grupos ativos desligados das massas, que, por si sós, conduziriam a revolução à vitória. Deste modo, contradiz a verdadeira teoria da guerra popular, a única capaz de garantir o êxito das forças revolucionárias. Desdenha a atividade de massas dos estudantes nas cidades, considerando-a desprovida de maior importância.

Recentemente, nova tendência aparece no movimento estudantil. É representada por uma parte dos elementos que, há pouco, romperam com o PC Brasileiro e criaram o intitulado Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Constitui uma tendência tipicamente centrista, aparentemente de equidistância entre o marxismo-leninismo e o revisionismo contemporâneo. Tem inúmeros pontos de contato com o fidelismo e guarda muitos resquícios do XX Congresso do PCUS. Diz-se também marxista-leninista. Suas concepções, no entanto, são ecléticas e distam muito da doutrina do proletariado. O surgimento do PCBR serve objetivamente aos que procuram impedir o fortalecimento da vanguarda da classe operária.

Os trotsquistas e os neotrotsquistas, disfarçados de revolucionários, conseguiram penetrar no movimento estudantil. Denominam-se marxistas e procuram passar como adeptos da linha chinesa. Na realidade, não são marxistas nem partidários da China Popular. Negam o caráter democrático e antiimperialista da revolução brasileira e pregam, como tarefa imediata, a revolução socialista, revelando seu charlatanismo político. Infiltram-se nas outras correntes, escondendo sua verdadeira fisionomia, para destilar suas intrujices aventureiras e fomentar o divisionismo. As tendências trotsquistas e neotrotsquistas têm como portadores a POLOP, que hoje se identifica como POC, os partidários da hipotética IV Internacional e um pequeno grupo rotulado de Dissidência. Seu ultra-esquerdismo ajuda a ditadura e tem em vista levar ao isolamento as correntes de esquerda. Quando dirigem qualquer organização de massas o fazem de maneira facciosa, antidemocrática e grupista. Os adeptos da «IV Internacional», por exemplo, querem de fato, a liquidação do movimento político estudantil

de massas e, assim, prestam serviço à reação. A POLOP, a «IV» e a Dissidência exprimem diferentes formas de oportunismo de «esquerda». Seus membros são uzeiros e vezeiros na política de conchavos e de intrigas. Por sua conduta e por seus métodos constituem organizações contra-revolucionárias.

Com objetivo de provocação, age também no setor estudantil, em alguns lugares, um grupelho de arrivistas que se autodenomina de Ala Vermelha do PC do Brasil. Seus componentes procuram apresentar-se como comunistas e membros do Partido, quando na realidade são renegados e nada têm a ver com a organização de vanguarda do proletariado.

Finalmente, os elementos da direita se agrupam, em geral, sob a bandeira da aceitação da Lei Suplicy e opõem-se a qualquer reivindicação que não seja especificamente estudantil, tomada no sentido mais estrito. São defensores do apoliticismo entre os estudantes. Quando não podem impedir as lutas, usam os processos do boicote, da provocação policial e da divisão do movimento. Contam com o apoio e o estímulo da ditadura e dos imperialistas norte-americanos, que, por seu intermédio, tratam de corromper os líderes estudantis com empregos, bolsas de estudo e viagens aos Estados Unidos.

Na intensa luta ideológica que se trava no movimento estudantil, o Partido Comunista do Brasil tem como tarefa permanente a defesa do marxismo-leninismo dos ataques das correntes que lhe são adversas e o desmascaramento das teorias que deformam a doutrina do proletariado. Os membros do Partido devem conservar sua fisionomia política e ideológica própria, não se deixando confundir com nenhuma das correntes em atividade no meio estudantil. Defendem a linha geral e a tática do Partido e procuram ganhar os estudantes para a orientação revolucionária do proletariado. Criticam as opiniões erroneas das demais correntes, sem cair, no entanto, em posições sectárias. Tudo fazem para esclarecer politicamente as massas e para indicar as tarefas que facilitem sua mobilização.

V
A CONSTRUÇÃO DO PARTIDO ENTRE OS ESTUDANTES

A fim de que o movimento estudantil possa cumprir seu papel revolucionário, convertendo-se num movimento de massas combativo, consistente e unificado, é imprescindível e urgente desenvolver e fortalecer o PC do Brasil como núcleo dirigente de suas lutas. A realização desta tarefa essencial exige que se consolide ideológica e organizativamente o Partido nas escolas e que se considere o fator político-ideológico e a prática da luta de massas como os dois principais componentes da formação revolucionária dos comunistas.

Há todas as condições para construir um numeroso e forte Partido entre os estudantes. Mas a construção do Partido não será conseguida de maneira fácil e espontânea. Os inimigos de classe do proletariado tratam por todos os meios de impedir que se estruture e fortaleça a vanguarda política da classe operária. Estimulam o liquidacionismo, promovem campanhas contra os comunistas, apregoam a substituição do Partido pela frente única ou por agrupamentos guerrilheiros. Urdem intrigas e provocações. Tudo isto impõe uma luta persistente e sistemática para construir o Partido como vanguarda do proletariado e força dirigente da revolução brasileira.

Diferentemente de outras organizações que atuam nas escolas, o Partido Comunista do Brasil dá ênfase ao seu caráter de classe. Não é um partido de estudantes, mas uma organização revolucionária da classe operária. Guia-se pela doutrina marxista-leninista e pelos princípios do internacionalismo proletário. Sua organização norteia-se pelo centralismo democrático, pelo trabalho coletivo, planificado e controlado, pela estreita ligação com as massas. A unidade e a disciplina são inerentes à sua natureza e aos seus fins revolucionários.

Milhares de jovens estudantes podem ingressar nas fileiras do Partido, desde que aceitem as condições fixadas nos Estatutos. É preciso que os comunistas tenham audácia de recrutar os melhores e mais combativos elementos do meio estudantil e de estruturar novas organizações de base e comitês partidários, capazes de coordenar e dirigir a atividade

dos militantes no nível das escolas, universidades, no âmbito municipal, estadual, etc, de acordo com as normas estatutárias e as conveniências do Partido.

Em seu trabalho organizativo, os comunistas devem ligar-se intimamente às massas nas escolas e conhecer profundamente seus problemas a fim de se tornarem legítimos porta-vozes de suas aspirações e de se colocarem à frente de suas lutas. O comunista estudante deve compreender o caráter transitório de sua militância no meio estudantil e estar sempre pronto a servir ao Partido onde quer que as necessidades da revolução exijam. Desenvolve sua atividade principalmente nas escolas. Mas deve trabalhar também entre as massas populares, inclusive nos meios rurais, difundindo a linha do Partido, recrutando novos militantes e estimulando a organização e a luta dos trabalhadores. Ajuda, dentro de suas possibilidades, a formação e o desenvolvimento de organizações partidárias nas fábricas, nos bairros, e no campo. Os membros do Partido desenvolvem o máximo de iniciativa, aplicam o método da direção coletiva combinado com a responsabilidade pessoal utilizando, simultaneamente, a crítica e a autocrítica para examinar os erros e as falhas no trabalho e reforçar a unidade entre todos os camaradas.

Os comunistas adotam um estilo de trabalho vivo, dinâmico e revolucionário. O Partido não é uma organização burocrática nem um clube de debates, mas um instrumento das massas oprimidas para fazer a revolução. Seus militantes não podem ficar passivos diante dos problemas que afligem o povo, têm de se comportar antes de tudo como agitadores e organizadores políticos que aproveitam cada acontecimento, suscetível de sensibilizar as massas, para despertá-las e colocá-las em ação. São lutadores abnegados, servidores do povo, e consideram honroso trabalhar nas tarefas mais duras e difíceis. Não se confundem com os carreiristas, sempre preocupados com os postos dirigentes e as tarefas brilhantes, nem com os intrigantes e comodistas. São firmes e leais nas atitudes, corajosos na ação, intransigentes com os inimigos, modestos, pacientes e solidários com os companheiros, amigos e aliados.

Os comunistas devem manter constante vigilância revolucionária para resguardar a organização partidária. A ditadura e os agentes da reação tentam por todos os meios causar danos ao Partido. Procuram infiltrar-se em

suas fileiras para desferir-lhe golpes. Neste particular, destaca-se o trabalho dos trotsquistas e polopistas que enviam camufladamente seus elementos ao Partido com o propósito de combater sua orientação, enfraquecer sua atividade e desagregá-lo. Impõe-se zelar pelos segredos do Partido e observar rigorosamente as regras do trabalho conspirativo, criticando o liberalismo em todas as suas manifestações. O trabalho legal deve ser combinado com o ilegal, de maneira que se possa reforçar a organização clandestina do Partido e aproveitar ao máximo as possibilidades para ligá-lo às massas e desenvolver a atividade revolucionária.

Ao lutar pelo aumento de seus efetivos e pelo fortalecimento de suas organizações, o Partido considera que o fator decisivo é a qualidade de seus membros. A luta pela formação política e ideológica dos militantes consiste, antes de tudo, em fazê-los situar-se nas posições de classe do proletariado, ajudá-los a assimilar as idéias marxistas-leninistas e a linha do Partido. É desta maneira que os comunistas estarão em condições de enfrentar e resolver os problemas concretos da revolução e de lutar contra todas as falsas teorias que entravam a luta revolucionária. Combatendo as idéias estranhas ao marxismo-leninismo, os comunistas elevarão seu nível teórico e ideológico.

A luta pela formação política e ideológica dos militantes exige também esforços no sentido de erradicar as idéias não-proletárias que se manifestam nas fileiras do Partido. As concepções dogmáticas, sectárias, liberais e individualistas precisam ser atacadas incessantemente. Tampouco podem ser subestimados o subjetivismo e o unilateralismo. Estas manifestações expressam sempre o menosprêzo pelo estudo das particularidades concretas da realidade, o apego a formas acabadas, a desatenção para com as massas, o desdém pelas opiniões alheias, a autosuficiência e a aversão ao centralismo e à disciplina. Se os comunistas, ao traçar suas tarefas, não tiverem em conta a situação objetiva, o estado de espírito das massas e as observações dos aliados, nem examinarem as condições efetivas para desencadear as lutas, o resultado será o fracasso. Cairão em posições de direita, oportunistas, se se atrazarem na apreciação da realidade e em face das exigências das massas; e cairão em posições

ultra-esquerdistas, aventureiras, se exagerarem as condições existentes em cada momento e as aspirações do povo.

É imprescindível retificar continuamente, através da crítica e da autocrítica, as idéias e práticas pequeno-burguesas, tanto no trabalho partidário como no trabalho com as massas, assimilar as concepções ideológicas do proletariado e agir em conformidade com elas. No curso das lutas e na realização das tarefas partidárias, cumpre fazer periodicamente o balanço das atividades para recolher e generalizar as experiências, manter-se atento à iniciativa das massas, aprender com elas e valorizar suas justas opiniões.

A formação ideológica do militante reclama um esforço constante de autoeducação. Cada membro do Partido tem que lutar contra os hábitos e costumes nocivos da sociedade capitalista, cultivar o espírito de Partido, ser devotado à causa do povo e revelar desinteresse pessoal. Não pode aceitar a concepção burguesa de educação que conduz à preparação de quadros técnicos e políticos para servir aos exploradores. O comunista aprende para servir ao povo, para se tornar um bom soldado da revolução. Na escola, combina a dedicação ao estudo com a atividade político-partidária abnegada.

Os comunistas precisam, enfim, estudar os principais documentos do Partido e as obras dos clássicos do marxismo-leninismo. Neste sentido, deve ocupar importante lugar o estudo vivo e criador do pensamento de Mao Tsetung.

O movimento estudantil, com suas magníficas tradições, está chamado a cumprir importantíssimo papel na luta revolucionária do povo brasileiro. Desde há muito, combate corajosamente as ditaduras, condena as injustiças, denuncia com vigor o imperialismo norte-americano e seus agentes. Defende a necessidade da democratização da cultura e os interesses legítimos dos estudantes. Hoje, o movimento estudantil descortina novos horizontes. A par da luta diária contra os que se opõem ao progresso e à liberdade, ajudará o desencadeamento da guerra popular.

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, ao tomar esta Resolução, está convencido de que ela contribuirá para impulsionar a atividade dos comunistas e fortalecer o movimento estudantil. Sua aprovação se

verifica no momento em que a revolução mundial ingressa numa nova fase e se inicia no país poderoso auge das lutas populares, quando nas grandes batalhas de classe se destaca uma juventude rebelada e intrépida.

A revolução, e somente ela, dará ao povo brasileiro uma nova cultura, uma nova democracia e uma verdadeira independência nacional.

Rio de Janeiro, maio de 1968

O Comitê Central do
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

AMPLIAÇÃO E RADICALIZAÇÃO

«A Classe Operária»
Julho de 1968

Novamente os estudantes e as massas populares voltaram a se manifestar nas ruas das principais cidades do país contra a ditadura militar e os imperialistas norte-americanos. Desta feita, foi muito maior a participação do povo nos protestos em praça pública, o que demonstra o crescimento irreprimivel das ações antiditatoriais. O povo não se deixou intimidar pelas ameaças dos generais nem pela violência de seus esbirros. A luta não somente se ampliou como também se radicalizou.

Na Guanabara, juntaram-se aos estudantes a parte mais expressiva da intelectualidade, numerosos operários, sacerdotes progressistas, donas de casa e outros setôres populares. Em São Paulo, os estudantes desfilaram sob os aplausos da população. Na capital do Ceará realizou-se a maior passeata estudantil dos últimos tempos naquele Estado. Também em Salvador, Pôrto Alegre e São Luís tiveram lugar manifestações estudantis. Tôdas as demonstrações foram feitas, apesar das proibições e enfrentando a repressão policial.

Nas grandes cidades, clamava-se «Abaixo a Ditadura», bandeiras norte-americanas eram

incineradas, vivia-se uma ambiente favorável a lutas cada vez mais enérgicas. Era evidente o processo de radicalização das massas, mais avançado ainda que no período das jornadas de março-abril. Às medidas de repressão de Costa e Silva o povo vai respondendo com a elevação do nível de suas ações.

Face à combatividade dos estudantes e das massas populares, que não recuam em seus propósitos, a ditadura tenta manobrar objetivando esvaziar o movimento estudantil e, assim, golpeá-lo mais facilmente. Seus agentes e os eternos conciliadores procuram tomar a direção das lutas com o intuito de estabelecer diálogo com o govêrno e encontrar pseudo-soluções para os problemas que se encontram na ordem-do-dia. Evidentemente, estas manobras não conseguirão êxito. Os estudantes não se deixarão levar pelas promessas e manejos da camarilha militar que assaltou o Poder nem pelos cantos-de-sereia de seus intermediários.

A luta que se vem desenvolvendo em todo o país só deverá terminar com a completa vitória do povo. E esta vitória só será alcançada se as lutas forem conduzidas com acêrto. Por isto, é indispensável ampliar sempre o movimento de massas e ao mesmo tempo radicalizá-lo, no que diz respeito às formas de ação e às palavras-de-ordem. Há os que propugnam apenas a radicalização, sem ter em conta a amplitude do movimento, isto é, a incorporação de novos e mais vastos setôres da população. E há os que só pensam na amplitude, sem considerar a necessidade de elevar o nível das lutas. Ambas as tendências são profundamente prejudiciais. Uma conduz ao isolamento e a outra à capitulação.

Os choques que ora se verificam não são mais do que os embates iniciais das grandes batalhas que estão por vir. Dia a dia, a luta tenderá a se estender. É preciso, agora, fazer com que a classe operária e os camponeses tenham uma participação mais ativa nos acontecimentos a fim de que os protestos populares adquiram maior envergadura e a luta tenha mais conseqüência.

A união dos patriotas contra a ditadura e o imperialismo norte-americano, baseada nos trabalhadores das cidades e do campo, é o caminho da revolução nacional e democrática no Brasil.

CERRAR FILEIRAS EM TÔRNO DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Resolução do CC
«A Classe Operária»
Julho de 1968

O documento abaixo trancrito é uma carta que o Comitê Central do PC do Brasil dirigiu aos comunistas divergentes do PC Brasileiro na Guanabara. A medida adotada pelo CC coincidiu com a decisão tomada pelo Comitê Estadual da Maioria Revolucionária do PC Brasileiro na Guanabara de romper com o chamado PCBR e de unir-se ao Partido Comunista do Brasil. Esta decisão expressa posição de princípio e encontra-se fundamentada amplamente no documento intitulado UM REENCONTRO HISTÓRICO.

Aos comunistas divergentes do PC Brasileiro no Estado da Guanabara.

Prezados camaradas

O Comitê Central do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL acompanha, desde há muito, a luta árdua e difícil que vocês vêm travando firmemente contra o

oportunismo de direita. Iniciada após o golpe de abril, esta luta se avolumou até abarcar a grande maioria dos membros do PC Brasileiro na Guanabara.

Muitos elementos honestos e dedicados à causa do proletariado, que militavam na organização revisionista, puderam avaliar, com o fracasso da linha do V Congresso nos acontecimentos de 1964, o quanto eram erradas as soluções indicadas por Prestes e seu grupo. A implantação da ditadura militar, com seu cortejo de crimes e violências, mostrou na prática a inviabilidade do caminho pacífico. Ficou claro que o imperialismo norte-americano e a reação interna estão decididos a manter, a ferro e fogo, a nação subjugada e a conservar, por todos os meios, o atual regime de opressão cruel e exploração brutal. As Fôrças Armadas, tão exaltadas pelos revisionistas que as apresentavam como democráticas, revelaram-se de corpo inteiro como poderoso instrumento das classes mais retrógradas e dos monopolistas ianques para esmagar os anseios de liberdade e independência do povo. Assim, tornou-se mais gritante ainda a necessidade da revolução e a falência das teses reformistas.

Vocês, prezados camaradas, que constituíam a quase totalidade do PC Brasileiro na Guanabara, compreenderam a falsidade da linha revisionista e a ela decidiram opor-se resolutamente. Acreditando que no Partido a que pertenciam vigorava o centralismo democrático, julgaram ser possível mudar a orientação oportunista, seguindo os trâmites estatutários. Que sucedeu então? Em pouco tempo, os camaradas da Guanabara constataram o real significado da democracia interna num partido revisionista e verificaram a hipocrisia de seus dirigentes. Visando a sustentar, a todo custo, suas fracassadas teses, tais dirigentes — da mesma forma como fizeram em 1960-62 contra os que combatiam o revisionismo — recorreram novamente às mais sujas manobras, realizaram pressões e ameaças de tôda ordem, difundiram infames calúnias contra os divergentes, substituiram arbitrariamente dos postos de direção os que a êles resistiam e, através de cínicas manipulações, chegaram à farsa do VI Congresso para consagrar a mesma linha revisionista e expulsar os elementos discordantes. Vocês, porém, não se deixaram intimidar e prosseguiram na luta. Defenderam princípios revolucionários e deram valiosa contribuição no desmascaramento da camarilha prestista. Souberam

também repudiar o liquidacionismo daquêles que, ao se afastar da organização revisionista, caíram no ultra-esquerdismo e passaram a negar o papel do Partido. Tudo isto constitui um mérito dos camaradas da antiga capital da República.

Infelizmente, preocupados em encontrar rumos certos para sua estruturação permanente, vocês participaram da fundação do chamado Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. É verdade que vocês tinham em vista, tomando parte na organização de tal partido, chegar à unidade com o PC DO BRASIL. No entanto, êsse objetivo não se concretizou. Na Conferência que criou o PCBR predominaram opiniões incorretas que não se coadunam com o marxismo-leninismo, nem correspondem às concepções que vocês vinham defendendo. O documento básico aprovado nessa conferência mostra claramente que o nôvo agrupamento político é tipicamente centrista, exprime as vacilações e a inconsequência da pequena burguesia. Representa os pontos-de-vista de alguns intelectuais temerosos de tomar posição aberta e decidida ante o aguçamento da luta de classes, de pessoas que, no embate de vida e morte entre o marxismo-leninismo e o revisionismo contemporâneo, procuram situar-se numa terceira posição, insustentável sob todos os aspectos, e dissimular as divergências.

Os autôres do documento básico do chamado PCBR, ainda que tenham condenado, após o golpe de 1º de abril, o revisionismo e se declarem adeptos do marxismo-leninismo, na realidade, não se livraram do liberalismo burguês e da influência das concepções ecléticas propagadas pelo XX Congresso. Tentando aparecer como revolucionários, resvalam no sectarismo mais grosseiro e evidenciam absoluta falta de clareza sôbre os problemas da revolução brasileira. Mesclam idéias marxistas-leninistas com teses aparentemente radicais de fundo trotsquista. Dizendo-se contrários às teorias do «foco», encampam entusiasticamente o pragmatismo da OLAS, que enaltece os pequenos grupos ativos, despreza as massas e contesta a necessidade do Partido. Declaram-se em oposição ao revisionismo contemporâneo, mas não denunciam os dirigentes do PCUS como os principais defensores do oportunismo, responsáveis pela divisão do movimento comunista e traidores da causa socialista e da emancipação dos povos. Silenciam sôbre a restauração do capitalismo na União Soviética. Em sua opinião, a

URSS e outros países revisionistas continuam sendo baluartes do socialismo e da revolução mundial. Não hesitam em afirmar que um suposto sistema de países socialistas — no qual incluem a União Soviética, Checoslováquia, Polônia, Rumânia, Iugoslávia, etc. — «é um poderoso obstáculo à expansão do capitalismo e uma base de apoio decisiva dos povos que lutam por sua libertação». É uma vergonha! A realidade indica justamente o contrário. Que ajuda o PCUS e o govêrno soviético prestam ao movimento revolucionário brasileiro? O PCUS apóia o partido revisionista de Prestes e o govêrno soviético, que colabora estreitamente com os Estados Unidos, concede empréstimos vantajosos à ditadura militar no Brasil.

A linha do PCBR, exposta em seu documento básico, é de equidistância entre o PCUS, que lidera o revisionismo em todo o mundo, e o PC da China, que defende conseqüentemente os princípios revolucionários do marxismo-leninismo. É uma conduta falsa que nenhum comunista honrado pode aceitar. O movimento operário é por sua natureza internacional, embora guarde, em cada país, suas características nacionais. A classe operária dos diferentes países tem interêsses comuns e os partidos comunistas são destacamentos do grande exército mundial do proletariado. A posição de cada um dêles repercute, positiva ou negativamente, sôbre os demais. A traição dos revisionistas soviéticos, por exemplo, atingiu duramente a luta dos trabalhadores em tôda parte, enquanto a defesa intransigente do marxismo-leninismo e da revolução levada a cabo pelo PC da China fortalece o movimento operário e a frente mundial dos povos contra o imperialismo.

Seria um crime contra a causa do socialismo ter idêntica posição face a um PCUS revisionista e a um PC da China marxista-leninista como faz, jactanciosamente, o PCBR alardeando «independência». Esta «independência», não passa de terceira posição, de atitude centrista tão prejudicial quanto a dos revisionistas. O internacionalismo proletário exige definição clara e firme. Não pode haver neutralidade entre o marxismo-leninismo e o revisionismo. Ou se fica com os partidos marxistas-leninistas ou com os partidos revisionistas; ou se está a favor da estreita unidade entre os partidos marxistas-leninistas ou contra esta unidade; ou se presta

solidariedade aos revolucionários proletários, vilmente atacados, ou se é cúmplice, pelo silêncio, com aquêles que os atacam. Não há meio têrmo. A «equidistância» só interessa aos inimigos do povo brasileiro e aos adversários do partido operário. Resulta, quase sempre, de manejos dos revisionistas. Os dirigentes do PCUS não se limitam a pôr em prática e a divulgar as teorias do XX Congresso. Quando em certos partidos a luta ideológica se acirra e a resistência ao kruschovismo leva a uma definição dos campos, estimulam, através de seus agentes, a posição intermediária, tentando impedir o aparecimento de vanguardas marxistas-leninistas ou seu fortalecimento.

A criação do chamado PCBR é contrária aos interêsses do proletariado revolucionário. Êste agrupamento pequeno-burguês serve de veículo para semear confusão e de instrumento para atacar a vanguarda da classe operária. Como poderiam vocês, camaradas da Guanabara, harmonizar suas convicções revolucionárias com uma organização centrista do tipo PCBR? Depois de haver travado, durante alguns anos, uma luta tão dura e aguda contra o revisionismo de Prestes, permanecer no PCBR seria um imenso retrocesso, significaria deter-se no meio do caminho, renunciar à posição de classe e afundar no charco da conciliação. O Comitê Central do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL está convencido de que vocês serão conseqüentes na luta em que se empenham e não desejarão colocar-se entre os que adotam a terceira posição. Juntar-se-ão aos demais revolucionários proletários para erguer bem alto a bandeira do marxismo-leninismo e levar a revolução à vitória.

O Partido que congrega os revolucionários proletários já existe. Foi fundado em 1922 e, com a traição dos revisionistas, reorganizado em fevereiro dè 1962. A classe operária, na luta por sua emancipação, forja a sua vanguarda. E somente pode haver um partido do proletariado. Este é o PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, fôrça atuante no cenário político nacional, reconhecido pelos marxistas-leninistas de todos os países. Desconhecê-lo seria negar a realidade e buscar um caminho fora do socialismo científico. A reorganização do PC DO BRASIL constitui um marco na história do movimento operário. A vida comprovou que esta decisão foi

inteiramente acertada. Graças a ela, a gloriosa bandeira do Partido, que durante quarenta anos fôra sustentada com honra por milhares e milhares de abnegados lutadores e engrandecida pelo sangue e o sofrimento de muitos heróis e mártires, continuou a tremular em todo o país.

Nestes seis anos, o PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL soube ser fiel às melhores tradições revolucionárias dos trabalhadores brasileiros. Resistiu denodadamente ao liquidacionismo dos revisionistas que, sob a máscara de marxismo-criador, pretendiam acabar com a organização política do proletariado, mudar seu nome e repudiar seu passado. Não se deixou levar pela euforia do reformismo que dominou no período do govêrno de Goulart. Nem pelas teorias pseudo-revolucionárias tão em moda na América Latina. Tirando experiências dos erros e acertos do passado, formulou um programa marxista-leninista, que indica ao povo o caminho da revolução. Traçou uma orientação tática de acôrdo com a realidade brasileira, tendo em vista mobilizar as massas para a luta revolucionária. Estruturou-se em quase todo o país, multiplicou seus efetivos e transformou-se numa fôrça que influi, cada vez mais, nos acontecimentos políticos. Combatendo o dogmatismo, vem aplicando a verdade universal do marxismo-leninismo às condições concretas do Brasil. No curso dêste período, tem sido o destacamento mais resoluto e conseqüente no combate ao revisionismo, sem se atemorizar jamais com as diatribes dos Prestes e Kruschov. A reorganização do PC DO BRASIL assinalou o início da profunda crise em que atualmente se debate a corrente revisionista no país. Nesta corrente proliferam as defecções em número sempre maior.

Desde a sua reorganização, o PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL não vacilou um só momento em prestar decidido apoio ao PC da China e ao Partido do Trabalho da Albânia, principais alvos dos raivosos ataques de todos os traidores do proletariado. Orgulha-se, por outro lado, em contar com o apoio fraternal dêstes dois grandes destacamentos da classe operária. Guiando-se pelo internacionalismo proletário e considerando questão básica a unidade dos partidos marxistas-leninistas, o PC DO BRASIL defende, ao mesmo tempo, o princípio da igualdade e independência entre os partidos da classe operária. Cada um dêles, sem qualquer imposição estranha, traça

sua própria linha política e é responsável pelo seu êxito ou fracasso. Para ser justa, a orientação política tem que levar em conta as peculiaridades do país. Não pode ser decalcada da linha de outros partidos. As transposições mecânicas das experiências alheias são inadmissíveis e profundamente prejudiciais. O exemplo do PC Brasileiro, copiando servilmente as teses do XX Congresso do PCUS, é por demais ilustrativo.

O dever dos comunistas é cerrar fileiras em tôrno do seu Partido. Nêle há lugar para todos os que têm no comunismo o supremo ideal de sua vida e orientam-se pela invencível doutrina do proletariado. As portas do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL estão abertas aos camaradas da Guanabara e de outros Estados que também aspiram à revolução e são partidários do marxismo-leninismo. A luta que vocês travaram dentro do PC Brasileiro é a mesma dos comunistas que reorganizaram o Partido, tendo por centro o combate ao revisionismo contemporâneo e a procura do caminho revolucionário. É oportuno recordar que, em 1956, quando um grupo de renegados propugnava idéias revisionistas, chegando mesmo a se apoderar da imprensa partidária, os comunistas da Guanabara levantaram-se energicamente em defesa do Partido. Esta atitude concorreu, em grande medida, para afastar o perigo que então ameaçava a vanguarda da classe operária. Muitos entre vocês são antigos militantes que dedicaram tôda uma existência a serviço da causa dos trabalhadores. Por isso, sua adesão ao PC DO BRASIL será, em verdade, um reencontro entre velhos camaradas. Durante alguns anos, as fileiras partidárias estiveram desfalcadas de inúmeros elementos da Guanabara que, por equívoco, se mantiveram no PC Brasileiro mas que, posteriormente, tiveram a capacidade de se rebelar contra o revisionismo. Agora, é o momento de ocupar novamente o honroso pôsto de combate nas hostes do PC DO BRASIL.

Estejam certos, prezados camaradas, que serão recebidos como irmãos de luta. Vocês, que detêm larga soma de experiências, muito poderão contribuir para o fortalecimento do Partido e para impulsionar a ação revolucionária das massas. A tarefa que todos temos a cumprir, sob a legenda indestrutível do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, é grandiosa e digna dos maiores sacrifícios.

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL tem diante de si um brilhante futuro. Apesar dos ataques

incessantes dos reacionários, revisionistas, liquidacionistas e de outros agentes da burguesia, visando a destruí-lo, êle vive e atua. É a organização de esquerda mais coerente, mais esclarecida e mais importante do país. Iluminado pelo marxismo-leninismo, saberá conduzir as grandes massas à guerra popular, único meio para varrer a espoliação estrangeira, liquidar o latifúndio e conquistar um govêrno popular revolucionário. Será capaz de fazer ondear vitoriosamente no Brasil a gloriosa bandeira do socialismo.

Recebam, prezados camaradas, as mais cordiais saudações comunistas.

Rio de Janeiro, junho, 1968

O Comitê Central do
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

MANIFESTO AO POVO

Resolução do CC
Janeiro de 1969

AOS TRABALHADORES!
A TODOS OS PATRIOTAS E DEMOCRATAS!

Ressoa por todo o Brasil o grito de ABAIXO A DITADURA! Altivo e cioso de sua liberdade, o povo brasileiro não se conforma com a situação a que foi levado o país. Condena veementemente o regime atual e manifesta sua indignada repulsa aos militares que pisoteam a nação.

Uma vez mais, os generais reacionários e fascistas investem raivosamente contra os patriotas e democratas. Impotentes diante do impetuoso movimento de massas e desesperados com a desmoralização crescente do governo, recorrem a novas e brutais violências. Instauraram, com o Ato Institucional nº 5, o regime do mais completo arbítrio, um sistema político com poderes ilimitados e absolutos. A nação brasileira jamais conheceu governo tão despótico como o atual.

As cadeias e as masmorras dos quartéis já não são suficientes. Outra vez a Ilha Grande é transformada em presídio político como nos negros dias do Estado Novo. O pouco que existia de liberdade de imprensa foi reduzido a frangalhos e os censores militares ditam o

que os jornais podem publicar. Não mais existem os direitos do cidadão. Foi suprimido o recurso do *habeas-corpus* a fim de manter indefinidamente na prisão, sem culpa formada, os que se opõem à ditadura. Cassa-se às dezenas mandatos de parlamentares, destitui-se juizes dos mais altos tribunais, suspende-se direitos políticos de numerosas pessoas, expulsa-se estudantes de escolas secundárias e superiores, milhares de funcionários públicos são ameaçados de perder seus cargos. As medidas arbitrárias voltam-se inclusive contra elementos que apoiaram os golpistas de 1964. A vida dos brasileiros está ao sabor de uma camorra de generais energúmenos cujos atos não podem ser apreciados sequer pelos tribunais da reação.

Somente os militares podem falar. Eles impõem a sua lei, a lei do crê ou morre.

Os generais levantam novamente, com o Ato Institucional nº 5, a esfarrapada bandeira do pseudo-combate à subversão e à corrupção. Mas, para eles, o «combate» à subversão não é mais do que máscara para esconder férrea ditadura militar e imunda cortina para encobrir a liquidação das liberdades mais elementares, não é mais do que disfarce para justificar a perseguição indiscriminada a todos os cidadãos. Os generais fascistas consideram crime opor-se à espoliação do país pelos imperialistas norte-americanos, lutar por melhores condições de vida, criticar a inépcia dos governantes, protestar contra o militarismo, desenvolver livremente a arte, defender a cultura, exigir a democratização do ensino. Até mesmo a pregação religiosa de sacerdotes ligados ao povo é subversão!

Por seu reacionarismo empedernido, os militares têm ojeriza à palavra liberdade. Seu ideal supremo é ver o Brasil convertido em imensa caserna onde todo o povo vivesse sob o regime da «ordem-unida».

Não tem paralelo o cinismo dos atuais detentores do Poder. Derrubaram o governo, rasgaram a Constituição de 1946, revogaram discricionariamente leis básicas do país. Não satisfeitos, colocaram de lado a própria legislação reacionária que eles mesmos elaboraram. E acusam os outros de subversão! Insolentes e imbuídos de preconceitos de casta, os militares atribuem-se o monopólio da subversão e o fazem para manter o Brasil no atraso, na ignorância, no obscurantismo e na dependência crescente dos Estados Unidos. Permitem-se tudo subverter, mas não toleram qualquer luta do povo. Os brasileiros, porém, têm pleno direito

de rebelar-se contra a tirania, contra o jugo imperialista norte-americano, contra o militarismo reacionário. Têm completa razão ao pugnar pela liberdade, o progresso e a independência da pátria. É dever irrecusável empenhar-se na tarefa de derrubar a ditadura.

E o que dizer do «combate» à corrupção! Não passa de ignominiosa farsa. Sob a ditadura militar, campeia o roubo dos dinheiros da nação. Ministros e oficiais de alta patente estão envolvidos em sujas negociatas e à sua sombra enriquece ilicitamente toda uma camada de afilhados e protegidos dos governantes. Costa e Silva, Andreazza, Portela, Gama e Silva, Passarinho, Leonel Miranda e Márcio de Souza Melo são os mais destacados corruptos e corruptores do país. Não pode haver maior descaramento do que se proclamar contrário à corrupção, como fazem os militares, e, ao mesmo tempo, elevar abusivamente seus soldos e gratificações, que passaram a ser duas ou três vezes mais altos do que os vencimentos dos funcionários civís da União. Terminou a paridade de vencimentos, instituiu-se odioso privilégio para os homens de farda.

A subversão e a corrupção constituem simples pretexto utilizado pelos generais para tentar engabelar a opinião pública e dissimular a política de traição nacional, para ameaçar os adversários políticos e perseguir os patriotas. É motivo para prender pequenos comerciantes, enquanto os tubarões cevam-se na exploração desenfreada do povo. Acaso os militares adotam medidas contra os trustes e monopólios estrangeiros que arrancam ilegalmente fabulosos lucros do país e espoliam brutalmente a nação? Acaso tomam providências para acabar com a maior fonte de corrupção no país, o domínio dos imperialistas norte-americanos que, com seus dólares, compram jornais, revistas, estações de rádio e televisão, subornam políticos venais e militares inescrupulosos?

Não! Os monopolistas ianques fazem o que bem entendem. Não só saqueiam o país como interferem em todas as esferas da vida nacional. Apossam-se de vastíssimas áreas de território brasileiro e assenhoreiam-se de ramos inteiros da economia. Foram os imperialistas norte-americanos os inspiradores da quartelada de 1964. São eles que orientam a política antinacional e antipopular da ditadura.

Monotonamente, os governantes batem na surrada tecla do combate à inflação. Alinham números, manipulam índices percentuais, teorizam sobre o

orçamento, justificam emissões, procurando provar que a inflação vem sendo debelada. Nunca, porém, se emitiu tanto no país e jamais a inflação teve tão duros reflexos na vida do povo. As massas populares encontram-se hoje, em condições muito piores do que antes do golpe de 1º de abril e seu poder aquisitivo é muito mais baixo. A chamada política antiinflacionária do governo não serve aos interesses do Brasil. Beneficia tão-somente os monopólios estrangeiros e um pequeno grupo de exploradores do povo, empobrece e esfomeia amplos setores da população. Em apenas três anos, de 1965 a 1967, os monopólios ianques remeteram lucros para o exterior no montante de 359 milhões de dólares, além dos 300 milhões enviados clandestinamente para os Estados Unidos, nos anos 1966-67, segundo relatório do Banco Central.

O regime militarista redundou em completo fracasso, agravando todos os problemas nacionais. Aprofunda-se a crise econômico-financeira. A produção nacional, em particular a produção agrícola, reduz-se em relação às necessidades do país. Cresce o desemprego e a carestia torna-se insuportável. A interferência norte-americana no ensino, baseada nos acordos MEC-USAID, é cada vez maior. Aumenta consideravelmente o número de excedentes nas escolas superiores. Não há vagas para os que querem estudar. Os Estados e Municípios, que já se defrontavam com enormes dificuldades financeiras, são agora duramente atingidos com a arbitrária redução da parte que lhes cabia na arrecadação de impostos. Os Estados do Norte e Nordeste ver-se-ão assim em situação ainda mais catastrófica.

Por mais que Costa e Silva e seus ministros alardeiem medidas salvadoras, seu palavrório sobre as reformas, inclusive a reforma agrária, soa como a mais deslavada demagogia. Serviçais do imperialismo, do latifúndio e dos setores da grande burguesia ligados aos monopólios ianques, não podem resolver qualquer problema em favor do povo. Anunciam controle de preços, mas tudo não passa de fogo de palha. Investem contra as barbearias e lavandarias, porém, os aluguéis sobem sem quaisquer restrições, como se elevam igualmente os impostos que pesam sobre os inquilinos. Taxas escolares, transportes urbanos e gêneros de primeira necessidade são frequentemente majorados. Congelado, mesmo, só o salário. Sob o regime militarista, a vida

para os trabalhadores das cidades e do campo tornou-se verdadeiro martírio.

A calamitosa administração dos militares coloca o Brasil em posição humilhante no campo internacional. No exterior o país aparece com a imagem de uma nação sem lei, onde os direitos fundamentais do homem não são respeitados, um país no qual bandos de policiais, os chamados «esquadrões da morte», decretam e executam, com requintes de perversidade, a eliminação física de pessoas por eles consideradas criminosas. O governo de Costa e Silva é uma vergonha nacional!

Basta de tantos crimes e de tanta infâmia! Chega de generais fascistas!

Por que o Brasil chegou a uma tal situação? Porque o povo brasileiro ainda não está suficientemente unido contra a ditadura e o imperialismo norte-americano, porque ainda não foram totalmente banidas as ilusões numa saída pacífica e de conciliação com os opressores, porque as grandes massas do povo ainda não se empenharam em vigorosas ações capazes de sacudir até os alicerces o regime que avilta a nação. Unir-se para derrubar a ditadura e acabar com a dominação imperialista ianque é tarefa histórica do povo brasileiro.

Nos cinco anos de ditadura, o povo já demonstrou que não ficará de braços cruzados. Enfrentou em ações de rua, enérgicas e corajosas, truculências policiais e o banditismo das Forças Armadas. Agora, precisa elevar ainda mais o nível de suas lutas, congregar suas forças e golpear profundamente a ditadura. Os generais, vaidosos e fanfarrões, brandem as armas contra o povo, julgando assim amedrontá-lo. Mas eles não são tão fortes como pensam. Nada poderá deter a luta de um povo oprimido e decidido a conquistar seus direitos.

BRASILEIROS! A nação marcha, a passos acelerados, para grandes choques e comoções sociais. Persistem, atuando com mais força, os fatores que determinam o crescente descontentamento das massas. Acentuam-se as contradições entre o povo e o regime ditatorial e aumenta a oposição ao governo. Germina no país uma nova crise política, ainda mais séria que as anteriores. A ditadura isola-se cada vez mais e está cercada pelo ódio da esmagadora maioria da nação. Personifica o que há de pior e mais retrógrado na sociedade brasileira. As violências que comete são sinal de fraqueza. Sua base política tornou-se demasiadamente estreita. Não terá forças para impedir

explosões populares que serão inevitáveis, tanto nas cidades como no campo. O governo ditatorial é forte na aparência, mas na realidade é um poder precário e bastante débil. Intensificará a repressão, cometerá toda sorte de crimes, mas não poderá evitar que as grandes massas populares se levantem e lutem.

O povo, que não quer ser escravo ou viver num regime de caserna, terá de apelar para as formas de luta cada vez mais elevadas, a fim de livrar-se da espoliação norte-americana e das garras do militarismo. Terá de recorrer à guerra popular. Deverá preparar-se, em todos os terrenos, para fazer frente ao inimigo. A ditadura soçobrará ao impacto da luta revolucionária. E sobre suas ruínas, os milhões de brasileiros edificarão uma pátria livre, progressista e independente.

TRABALHADORES! Organizai vossas forças e preparai-vos para a luta. A greve é poderosa arma no combate ao arrocho salarial e à repressão da ditadura. Arrancai vossos sindicatos das unhas dos pelegos e criai organizações combativas nas empresas. É necessário varrer a interferência do Ministério do Trabalho nas organizações da classe operária. Se o proletariado erguer-se, vigoroso e unido, na defesa de seus interesses, não haverá quem seja capaz de detê-lo. Tomai em vossas mãos calosas a grandiosa bandeira, já desfraldada pelos estudantes, de combate à ditadura e ao imperialismo norte-americano e marchai à frente de todo o povo!

HOMENS DO CAMPO! Levantai-vos para acabar com as injustiças, com o abandono em que vivem as populações do interior. Exigí melhores remunerações pelo vosso trabalho e fortalecei vossas entidades de classe. Reclamai preços compensadores para os produtos agrícolas. Ocupai as glebas de que necessitais e resistí energicamente às tentativas dos grileiros e jagunços para vos expulsar da terra. Pugnai pela reforma agrária. Não permitais que autoridades atrabiliárias vos espanquem, humilhem e roubem impunemente. Criai organizações para defender vossos interesses e formai grupos clandestinos armados para castigar os inimigos do povo. É preciso acender a chama da luta revolucionária no campo!

ESTUDANTES! Prosseguí em vossa destemida luta contra a ditadura e o imperialismo ianque. A nação se volta cheia de esperanças para a sua juventude. A

semente lançada pelo movimento estudantil frutifica em toda parte. O exemplo das grandes manifestações de rua na Guanabara, Brasília, São Paulo, Salvador, Fortaleza, Belo Horizonte e Curitiba indicam o caminho. Prendendo e torturando vossos líderes, os generais querem atemorizar os estudantes. A mocidade já provou que não tem medo dos militares. Combatei mais firmemente ainda os opressores!

INTELECTUAIS E ARTISTAS! Usai mais amplamente a afiada arma da crítica. O povo brasileiro orgulha-se dos intelectuais e artistas que não baixam a cerviz e fustigam por todos os meios a ditadura. É preciso opor-se com todas as energias ao obscurantismo e à reação. É necessário lutar contra a censura e o terrorismo cultural. Juntai vossas forças às dos operários, camponeses e estudantes nas grandes jornadas pela liberdade e contra a interferência ianque!

SOLDADOS E MARINHEIROS! Os generais, brigadeiros e almirantes querem transformar-vos em verdugos do povo. Não deveis aceitar o infame papel de cães-de-fila da reação. Confraternizai com os trabalhadores, estudantes e adversários da ditadura. Reforçai as fileiras dos que lutam contra a tirania e o imperialismo norte-americano!

MÃE BRASILEIRA! Protestai contra a prisão e o massacre de vossos filhos. Participai, lado a lado dos jovens, nas manifestações por maior número de vagas nas escolas, contra a perseguição a estudantes e professores, em defesa da liberdade e da cultura. Erguei vossa voz para denunciar os crimes da ditadura e a sua política de fome!

PATRIOTAS E DEMOCRATAS! Homens e mulheres de todas as classes e camadas sociais que não compactuam com a reação e o entreguismo! Incorporai-vos mais amplamente à luta comum para livrar o Brasil da ditadura e da dominação ianque. Quando se abate sobre a nação uma noite negra de despotismo, quando são desrespeitados os direitos mais elementares do homem e feridos os mais profundos sentimentos patrióticos do povo, todos os brasileiros

amantes da liberdade e defensores da dignidade nacional devem unir-se para derrubar os opressores!

ABAIXO A DITADURA! FORA O IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO!
ABAIXO A CENSURA! LIBERDADE PARA OS PRESOS POLÍTICOS!
VIVA A UNIÃO DOS PATRIOTAS PELA INDEPENDÊNCIA, O PROGRESSO E A LIBERDADE!
VIVA A GUERRA POPULAR!

Rio de Janeiro, janeiro de 1969

O Comitê Central do
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

RESPONDER AO BANDITISMO DA DITADURA COM A INTENSIFICAÇÃO DAS LUTAS DO POVO

Resolução do CC
Dezembro de 1969

Desde a última reunião do Comitê Central, verificaram-se no país sérios acontecimentos que precisam ser analisados a fim de que o Partido se oriente de maneira correta na presente situação. Em conseqüência, é necessário também indicar o modo pelo qual os comunistas devem se conduzir no cenário político e debater questões relacionadas com a tarefa de colocar o Partido à altura de sua missão.

Nos meses mais recentes agravou-se sobremodo a situação nacional. Assustados com a envergadura do repúdio popular à ditadura e desmoralizados com a inépcia dos governos surgidos do golpe de 1964, os generais fascistas levaram seus desmandos e violências a um grau de exacerbação pouco conhecido na história do país. Sob o pretexto da enfermidade de Costa e Silva e sem nenhuma consideração às leis por êles mesmos ditadas, os militares, nos postos-chave de comando, instituíram uma Junta Militar. Intensificaram

a perseguição aos democratas e patriotas e, como senhores absolutos do Poder, em apenas dois meses, decidiram despoticamente sôbre questões que, por sua magnitude, dizem respeito a tôda a nação. Modificaram a seu bel-prazer aspectos essenciais da organização estatal. Decretaram a pena de morte, de banimento e de prisão perpétua e puseram em vigor nova e mais draconiana Lei de Segurança. Promulgaram uma Lei de Inelegibilidades, verdadeiro mostrengo antidemocrático. Outorgaram uma Constituição mais reacionária que a anterior e tão fascista quanto a da época do Estado Nôvo, mantendo, ao mesmo tempo, o famigerado Ato Institucional nº 5. E como se isto tudo não bastasse, avocaram a si o direito de escolher outro presidente da República. A escolha foi feita por 107 generais e a decisão final coube a sete generais-de-exército. Através dêsse processo abusivo foi imposto *manu militari* o ultra-reacionário general Garrastazu Médici para governar discricionariamente o Brasil por mais quatro anos e meio.

Está, assim, o país submetido a uma ordem instaurada por um punhado de militares fascistas, destituída de qualquer legitimidade, ordem que torna ainda mais tirânica a ditadura implantada em 1964. Como se o Brasil fôsse uma senzala, o povo vive sob o látego de déspotas fardados que fazem o que bem entendem, negam os mais elementares direitos do cidadão, esfomeiam os trabalhadores e conduzem a nação à ruína.

O govêrno de Garrastazu é uma ditadura militar de caráter terrorista e nada tem de comum com os interêsses nacionais. Está a serviço do que há de mais reacionário no país, assim como dos imperialistas norte-americanos, que se aprestam a fornecer-lhe armas modernas para reprimir os movimentos populares, a treinar e melhor aparelhar as suas fôrças policiais. O relatório do bandido Rockefeller, encomendado por Nixon, mostra à saciedade que os monopolistas ianques preparam-se para sustentar, de forma ainda mais direta, na América Latina, regimes chefiados por generais, a exemplo do que atualmente vigora no país.

Nomeado pelo Alto Comando das Fôrças Armadas, o govêrno de Garrastazu é uma continuação dos governos anteriores advindos com o golpe de 1º de abril. Entretanto, mais do que Castelo Branco e Costa e Silva está subordinado aos generais fascistas e dêles depende. Como seus antecessores, encara os problemas

básicos do Brasil sob o mesquinho prisma dos quartéis, que resume, de maneira simplista, as questões mais complexas à chamada política de segurança nacional. Esta política, tal como a compreendem os generais, não é mais do que a defesa do atual estado de coisas e o combate permanente a tudo que se identifique com a liberdade, o progresso, a verdadeira independência e com melhor destino para o país. Defendendo o atraso e a ignorância, esta «concepção» de segurança nacional considera não só os comunistas e outras fôrças progressistas, mas também sacerdotes católicos e até mesmo políticos conservadores como elementos perigosos que se deve vigiar e punir. As primeiras declarações de Garrastazu e a composição do ministério revelam bem o caráter militarista e retrógrado do govêrno, sua política antinacional e antipopular.

O ministério inclui conhecidos entreguistas, reacionários empedernidos, negocistas categorizados e, sobretudo, membros ativos dos serviços secretos e de órgãos de repressão. Ocupa a pasta da Justiça um advogado de grandes emprêsas e inimigo jurado dos estudantes. No ministério do Exército encontra-se antigo nazista e defensor acérrimo do militarismo. Foi conservado na Aeronáutica um dos «gorilas» mais raivosos, patrocinador do plano terrorista de extermínio, através do PARA-SAR, de adversários da ditadura. Chefia a Marinha um almirante que, há pouco tempo, era diretor do CENIMAR, responsável por bárbaros crimes contra presos políticos. Para o Itamarati foi chamado um agente do Departamento de Estado norte-americano. Continua a gerir os negócios da Fazenda um homem vinculado aos monopólios ianques e aos grandes empresários nacionais. No setor do Planejamento pontifica um economista com vários cursos de «aperfeiçoamento» nos Estados Unidos e serviçal dos banqueiros norte-americanos. Detém o cargo de ministro da Educação e Cultura um coronel do Serviço Secreto do Exército, demagogo vulgar, encarregado, no período de Costa e Silva, de aplicar a política do arrôcho salarial. Para o ministério do Trabalho foi guindado um representante patronal e lacaio dos militares, cujo mérito é haver «cursado» a Escola Superior de Guerra. À frente da pasta da Agricultura está um elemento ligado ao latifúndio e no ministério da Indústria e Comércio acha-se um defensor dos interesses dos açambarcadores de gêneros alimentícios de São Paulo. Permanece nos Transportes

um coronel apontado no govêrno passado como corrupto. Outro coronel, da 2ª Seção do Exército, comanda as Comunicações. Dirige a pasta do Interior, militar entrosado com os usineiros do Nordeste. Tal é o ministério de um govêrno encabeçado por um velho oficial dos órgãos de inteligência e chefe do Serviço Nacional de Informações no govêrno Costa e Silva.

A orientação econômico-financeira de Garrastazu, segundo êle próprio declarou, é a mesma de seus antecessores, que se mostrou nefasta ao país. O chamado combate à inflação não passa de aumento escorchante dos impostos, contenção dos salários dos trabalhadores e vencimentos dos funcionários públicos, retração do crédito e paralização de atividades produtivas. Enquanto cresce sempre mais a arrecadação fiscal da União, o povo brasileiro empobrece dia a dia, agravando a situação do mercado interno, já por si tão debilitado, fato que acarreterá, inevitavelmente, crise econômica ainda mais profunda. Embora o govêrno afirme que se reduz a taxa inflacionária, as emissões de papel-moeda continuam se processando em ritmo acelerado e a desvalorização constante do cruzeiro é incontestável. A política antiinflacionária do govêrno serve fundamentalmente aos trustes estrangeiros e a certos setores da grande burguesia e dos latifundiários. À sombra desta política, acentua-se a transferência de indústrias básicas para o contrôle de grupos norte-americanos, como ainda recentemente aconteceu com ramos importantes da indústria petroquímica, entregues à emprêsa ianque Ultrafértil.

A principal missão do atual govêrno é esmagar por todos os meios o movimento democrático e patriótico. Os métodos de repressão são tipicamente fascistas. O Brasil nunca conheceu uma onda de perseguição tão extensa e violenta como a que se observa presentemente. Milhares de presos superlotam os presídios e a tortura se tornou rotineira nos interrogatórios policiais. A perseguição atinge parte da Igreja Católica, com a prisão de inúmeros padres. A população é surpreendida constantemente pelas batidas policiais, feitas com o concurso das fôrças armadas, em que são vasculhadas pequenas cidades e bairros inteiros das capitais. Os assassinatos de patriotas se sucedem e proliferam as execuções dos denominados marginais pelos «Esquadrões da Morte». O início do govêrno Garrastazu foi marcado para sempre com a infâmia do assassinato covarde de Carlos Marighella. Vive o país

sob o jugo de um Estado policial-militar. O Exército, a Marinha e a Aeronáutica transformaram-se em departamentos de polícia e o ministro do Exército assumiu o comando direto da repressão em todo o território nacional.

O govêrno de Garrastazu propõe-se, antes de tudo, a esmagar as fôrças mais combativas e radicais do movimento patriótico e democrático, indo até à liquidação física dos lutadores mais conseqüentes. Trata, simultaneamente, de destroçar a oposição popular à ditadura, perseguindo as organizações democráticas, prendendo e condenando seus elementos mais ativos. Ao mesmo tempo, acena com a promessa de permitir certos movimentos reivindicatórios, desde que não contrariem em nada o regime vigente, e uma «oposição» que não conteste de forma alguma a ditadura. Quer que o povo brasileiro baixe a cabeça e aceite, conformado, o sistema despótico instaurado à fôrça pelos militares.

Para justificar sua bestial repressão, Garrastazu e os altos escalões das Fôrças Armadas dizem que estão combatendo o terrorismo. Procuram acusar os patriotas e democratas dos crimes que êles mesmos cometem a fim de confundir a opinião pública. No entanto, quem aplica o terrorismo como norma política, em vasta escala, são os militares no Poder. Arbitrariamente matam, torturam e prendem centenas e centenas de pessoas, invadem residências, escolas e conventos, detêm e espancam familiares de suspeitos, estimulam os atos terroristas do CCC e do MAC, implantam no país um clima de insegurança generalizada. Os carrascos proclamam descaradamente na imprensa e na televisão suas atividades infames, vangloriam-se dos crimes que perpetram. Os policiais têm carta branca para matar e são promovidos ou condecorados por seu banditismo. E o govêrno ainda tem o cinismo de dizer que está empenhado na luta contra o terrorismo. Imita o ladrão que, pilhado em flagrante, sai a gritar «pega ladrão».

Ao mesmo tempo que realiza uma política de terror e do mais completo arbítrio, Garrastazu procura apresentar-se como chefe de um govêrno legalmente constituído, tentando mascarar a ditadura militar que êle representa. Formalmente reconhece o Legislativo e o Judiciário como podêres da República. Mas é visível para todos que o Congresso e o Judiciário não têm nenhuma autoridade e estão sob a canga dos militares. O Parlamento estava fechado desde 13 de dezembro de

1968 e somente foi reaberto pela Junta Militar para sacramentar a pantomima da «eleição» presidencial. Com a maior hipocrisia, Garrastazu declara seu respeito aos congressistas e tem o descaramento de solicitar-lhes que critiquem o govêrno. Êle sabe que êste Parlamento nada significa. Dêle foram alijados quase uma centena de seus participantes, a maioria da qual não quis ser conivente com a ditadura. Além do mais, com a Constituição outorgada pelos militares, os deputados e senadores perderam, de fato, suas imunidades, não podem, sob pena de serem cassados, opor-se ao regime vigorante no país nem denunciar as tropelias dos generais. A manifestação de suas discordâncias só é tolerada nos limites fixados pelos governantes. Por determinação governamental, as figuras mais reacionárias e fascistas, como Filinto Müller, Raimundo Padilha, João Cleofas, Geraldo Freire e outros, retêm os principais postos do Senado e da Câmara.

Ao ocupar o cargo para o qual foi designado pelos seus comparsas do Exército, Garrastazu proclamou que governaria com a lei e jurou respeitar a nova Constituição. Mas a suprema lei em vigor é o Ato Institucional nº 5, que dá ao chefe do govêrno podêres de monarca absoluto. Sob a vigência dêste Ato, êle pode legislar, demitir juízes, pôr em recesso o Parlamento, cassar mandatos, intervir nos Estados e municípios, assassinar impunemente presos políticos, prender em massa patriotas e democratas sem que êstes possam apelar sequer ao recurso do *habeas corpus*. Em seu primeiro discurso, Garrastazu prometeu que, no fim de seu govêrno, seria «definitivamente instaurada a democracia», isto é, prevaleceria integralmente a Constituição. Mas que é a nova Constituição? É uma Carta de tipo fascista, a mais reacionária que o país já teve. Institui um sistema de govêrno no qual o Conselho de Segurança Nacional, onde predominam os militares, é o órgão decisivo. A êle cabe «estabelecer os objetivos nacionais permanentes e as bases para a política nacional». O presidente da República pode baixar decretos-leis sôbre o que considere atinente à segurança nacional. O Parlamento tem suas funções reduzidas e o mandato de seus membros pode ser cassado por outro Poder. Os congressistas terão que votar obedecendo cegamente às cúpulas partidárias que, em última instância, decidirão dos resultados de tôda a atividade parlamentar. A esfera de ação do Supremo Tribunal Federal foi drasticamente limitada. O ensino

público de grau médio e superior passa a ser pago. Além das penas de morte, banimento e prisão perpétua, por motivos políticos, é institucionalizada a cassação de direitos políticos bem como de direitos e garantias individuais.

A promessa de Garrastazu de «instaurar a democracia» no fim de seu mandato e de fazer o «jôgo da verdade» é um grosseiro embuste com a finalidade de alimentar ilusões entre a oposição e de obter uma trégua para aplicar as diretrizes reacionárias do Alto Comando das Fôrças Armadas. Enquanto fala em democracia para 1974, vai tentando consolidar um regime dos mais arbitrários.

O govêrno esforça-se para aparentar estabilidade e fôrça, mas é fraco e instável. Surgido da manipulação de alguns oficiais-generais, sua base política é mais estreita do que a de Costa e Silva. Não representa nem mesmo o conjunto das fôrças militares comprometidas com o golpe de 1964. Embora pretenda unificar tais fôrças não o conseguirá. Tampouco conseguirá aplacar o sentimento de oposição, evitar que o descontentamento popular se estenda e o movimento revolucionário cresça. Estará sujeito a crises constantes e de profundidade sempre maior. Para se manter no Poder, Garrastazu recorrerá a uma repressão mais vasta, alcançando novas áreas políticas, atingindo, inclusive, elementos que ainda se encontram em posições de mando.

Em que pesem os golpes assestados pela reação no movimento de massas, a resistência à ditadura tende a se alargar e o povo encontrará formas e meios para lutar contra o govêrno fascista. À medida que Garrastazu aplica sua política antinacional e antipopular, maior será o número de combatentes que se levantarão contra êle. Quanto mais crimes a ditadura cometer, mais se isolará e maior será o desejo das massas de derrubá-la.

II

Tem sido uma calamidade para o Brasil o govêrno dos militares. O país atravessa uma grave situação econômica. A carestia de vida pesa duramente sôbre as massas e o desemprego avança continuamente. Num Estado industrial como São Paulo, várias grandes empresas paralizam a produção, anunciando férias coletivas. Cresce a capacidade ociosa de importantes

indústrias, muitas das quais não empregam nem a metade de suas possibilidades produtivas. Os níveis de remuneração estão muito aquém das necessidades mínimas dos trabalhadores. Todos os que vivem de salários e vencimentos debatem-se com dificuldades crescentes, salvo insignificante minoria que serve mais diretamente aos interêsses dos exploradores, em particular, os militares cujos soldos, gratificações e vantagens elevam-se incessantemente. A classe média sofre as conseqüências da política do govêrno. Os estudantes, que já enfrentavam problemas graves nas escolas, agora terão que custear o ensino. No campo, a situação é seriíssima. Os preços dos produtos agrícolas, na fonte, são os mais vís. Acentua-se a pauperização dos camponeses, que passam fome e vivem em completo abandono. São freqüentes as expulsões da terra. Milhares de famílias vão de uma região para outra em busca de trabalho ou de terra, famintas e maltrapilhas, sem encontrar onde se fixar.

Os militares no Poder declararam guerra ao povo que é tratado como inimigo. As menores reivindicações das massas são combatidas brutalmente. Simples pedido de aumento de salário constitui motivo de prisão para inúmeros trabalhadores. O protesto de camponeses contra grileiros é rechaçado por tropas da Polícia ou do Exército. Qualquer movimento estudantil é reprimido com grande severidade como se fôsse crime. Para atemorizar as massas, as Fôrças Armadas realizam sucessivas manobras ou operações militares, gastando rios de dinheiro, ostensivamente dirigidas contra os trabalhadores, os patriotas e democratas.

O povo brasileiro não se conforma com o atual estado de coisas. Opõe, sob distintas formas, resistência à ditadura. Nestes últimos meses, o proletariado tem realizado paralizações parciais e protestado contra o arrôcho salarial. Os estudantes fizeram greves, promoveram algumas demonstrações, desmascararam os acôrdos MEC-USAID e mantiveram erguida a bandeira da UNE. Os camponeses, em diferentes lugares, defenderam a posse da terra e exigiram preços compensadores para seus produtos. Em certos casos, recorreram a formas mais enérgicas de luta. Verificaram-se pronunciamentos contra o entreguismo e manifestações de repulsa à visita de Rockefeller ao Brasil. Teve grande repercussão no país e no exterior o seqüestro do embaixador norte-americano que resultou

na libertação de vários presos políticos e representou uma derrota da ditadura. Sucedem-se as ações de pequenos grupos revolucionários nas cidades. Repetem-se os protestos da Igreja Católica contra a prisão de sacerdotes. Inicia-se um movimento de condenação às torturas e aos massacres de presos políticos. A censura à imprensa e o terrorismo cultural são verberados por setores da intelectualidade.

Estas lutas, porém, não expressam suficientemente o grau de revolta do povo e seu ódio crescente à ditadura. Contidas pela brutalidade da reação e devido à sua fraqueza organizativa, as massas têm sofrido certos reveses e encontrado dificuldade para desenvolver suas lutas. No entanto, não se consideram derrotadas. Não se deixam abater, conservam seu ânimo combativo, procuram as maneiras de prosseguir na luta e reclamam lideranças esclarecidas. A reação tudo faz para esmagar o movimento revolucionário, mas não conseguiu alcançar êste objetivo. A qualquer momento as massas podem romper o cêrco da reação e se engajar em poderosas lutas. Neste sentido, o exemplo de 1968 é ilustrativo. Apesar da repressão, as massas ganharam as ruas e obtiveram grandes êxitos. Hoje o sentimento popular em favor da revolução é muito grande embora não encontre ainda sua expressão na prática, seu verdadeiro leito. Existe, atualmente, uma situação em que se acumulam fatôres favoráveis a novas e mais altas ações populares. O país vive um momento em que uma fagulha pode transformar-se numa chama vigorosa que as fôrças reacionárias jamais conseguirão apagar.

Quando a ditadura vai num crescendo de violências e trata de impedir qualquer atividade política das massas, é mister golpear o inimigo em tôda parte, desenvolver o trabalho de massas tanto aberto como clandestino. Tôdas as lutas, grandes ou pequenas, contribuem para desgastar a ditadura. O Brasil passa por uma situação que exige o emprêgo de ações revolucionárias de diferentes modalidades. As massas buscam saídas para enfrentar a reação fascista e conquistar seus direitos. Uma forma elevada de luta que obtem êxito e pode ser empreendida pelas massas propaga-se facilmente. Não há dúvida que as formas de luta provêm da prática das massas. Todavia, as fôrças mais conscientes desempenham importantes papel no surgimento e generalização dessa prática. «Não devemos esquecer — diz Lênin — que todo movimento popular reveste-se de formas infinitamente diversas, elaborando

constantemente novas formas, jogando fora as velhas formas e criando variantes ou novas combinações das velhas com as novas. E nosso dever consiste em participar ativamente dêsse processo de elaboração de métodos e meios de luta». Impõe-se, portanto, às forças conscientes estudar as condições concretas de cada lugar e tomar a iniciativa de ações revolucionárias que tenham sentido de massas. Estas ações pioneiras só terão valor na medida em que sejam assimiladas e multiplicadas pelas próprias massas.

É possível e sumamente necessário ampliar e desenvolver a luta contra a ditadura. Seria errôneo considerar que, devido à repressão brutal, esgotaram-se as possibilidades de realizar lutas de massas nas cidades e no campo. A deflagração de tais lutas não depende só da maior ou menor atividade repressiva do inimigo. Depende, no fundamental, da disposição e da organização das massas, de sua consciência política, do grau de opressão e exploração a que estão submetidas. Apesar de momentaneamente contidos, os trabalhadores e os estudantes, utilizando formas adequadas à atual conjuntura, podem levar a cabo ações em defesa de seus interêsses econômicos e políticos.

A derrubada da ditadura constitui aspiração nacional. É uma bandeira que mobiliza as mais vastas camadas da população. Agora, mais do que antes, faz-se necessário desenvolver em todos os aspectos o movimento de oposição popular ao govêrno dos militares. Para atingir êste objetivo, tem particular importância a formulação de palavras-de-ordem que sirvam para organizar amplos setôres da população e unir diferentes correntes políticas democráticas e patrióticas. Atualmente, são anseios comuns dos brasileiros, entre outros, a revogação do Ato Institucional nº 5, a abolição da Carta fascista outorgada pela Junta Militar e a elaboração pelo povo de uma Constituição democrática; a anulação de todos os atos de perseguição política, a libertação de todos os presos políticos e a plena vigência das franquias democráticas; uma política externa independente e combate à espoliação do país pelos trustes norte-americanos; a reforma agrária e proteção aos trabalhadores do campo; a restauração das conquistas da classe operária, direito de greve e liquidação do arrôcho salarial; a gratuidade do ensino e autonomia universitária. Êste movimento de oposição popular terá que se orientar no sentido da luta radical e

irreconciliável contra o sistema político instaurado com o golpe militar a fim de contribuir para a liquidação da ditadura. Não pode seguir o caminho da oposição de certos setores das classes dominantes, a exemplo do MDB, que, não obstante as críticas que faz à atual situação, procura se compor com o govêrno Garrastazu, defendendo o «diálogo democrático». A oposição popular, já bastante estendida, precisa avançar ainda mais, encontrar as formas de unidade e fazer sentir com mais vigor sua presença política nos acontecimentos nacionais. Cabe-lhe desmascarar tôdas as manobras de Garrastazu e seus ministros e lançar-se à luta.

Importante aspecto do combate à ditadura é a denúncia do terrorismo dos militares e da violenta onda de repressão que varre o país. Os crimes que vêm sendo cometidos pelo govêrno ferem os preceitos mais elementares da dignidade humana. Os assassinatos e as torturas selvagens de presos políticos enchem de indignação qualquer pessoa honrada. Os que lutam pela democracia e a independência da pátria são, em sua maioria, jovens desprendidos, sedentos de renovação e justiça, continuadores de Tiradentes, Frei Caneca, Castro Alves, Siqueira Campos e outros paladinos da liberdade no Brasil. Por isso mesmo, ressalta ainda mais a abjeção dos crimes da ditadura. Uma campanha nacional de denúncias das torturas e assassinatos de presos e de lutas pelos direitos do cidadão ajudará a mobilizar a opinião pública contra o govêrno militarista e a revelar, em toda a sua dimensão, o verdadeiro caráter antipopular e banditesco do regime ditatorial vigente. Ela atrairá novas fôrças para a luta democrática e contribuirá para isolar os generais fascistas que tiranizam a nação.

Juntamente com esta campanha, é imprescindível pugnar pela libertação dos presos políticos e pela revogação da Lei de Segurança e de outras leis liberticidas. Aplicando a monstruosa Lei de Segurança, a Justiça Militar decreta, diariamente, a prisão preventiva e condena, a diversas penas, numerosos cidadãos. A ditadura começa a construir presídios especiais numa demonstração de que pretende continuar encarcerando um número sempre maior de brasileiros por motivos políticos. Reclamar a liberdade dos presos e a anulação de leis fascistas é uma forma de lutar contra o militarismo e pela democracia.

Parte integrante do combate à ditadura é a luta contra a carestia e a fome, pelas reivindicações

econômicas das massas populares. Apesar da reação que se alastra pelo país e de os sindicatos estarem manietados, os trabalhadores precisam manifestar seu descontentamento e pleitear suas reivindicações salariais. Os camponeses terão que se empenhar com mais ardor na luta pela terra, enfrentando latifundiários e grileiros. Necessitam estender seu movimento em favor de melhores preços para seus produtos e a rebaixa dos preços dos artigos que consomem. As lutas por aumento de salário, pela posse da terra e outras reivindicações econômicas conduzem inevitavelmente ao desmascaramento da ditadura que se opõe a qualquer movimento reivindicatório das massas. Assume, por isso, um caráter político destacado, uma vez que põe em ação amplas massas contra o govêrno reacionário.

Merece especial atenção a luta intransigente contra o entreguismo da ditadura. Os generais, conluiados com os imperialistas norte-americanos, servem de apoio à espoliação do Brasil pelos Estados Unidos. Por mais que procurem mascarar sua política de traição nacional com discursos na ONU de resistência aparente a certos aspectos da orientação da Casa Branca, na verdade, são instrumentos dóceis nas mãos dos monopolistas estrangeiros. A luta antiimperialista está, presentemente, ligada à solidariedade do povo brasileiro aos seus irmãos do Vietname, que se acham nas primeiras linhas de batalha aos agressores de Washington.

Tôda a atividade de oposição hoje realizada contra a ditadura deve conduzir ao desencadeamento da guerra popular. O povo brasileiro não conseguirá livrar-se do militarismo e do regime reacionário senão através da luta armada. Terá que se empenhar na guerra popular para responder à guerra imunda que a reação vem movendo contra a esmagadora maioria da nação.

Certas correntes políticas que se intitulam de esquerda negam êste caminho. O partido revisionista de Prestes, prosseguindo na senda do oportunismo, indica como saída para a situação atual a união do povo com um setor das Fôrças Armadas que considera nacionalista. Segundo êle, a êste setor incumbe a iniciativa e o papel mais importante na modificação do quadro político, cabendo às massas criar ambiente propício à intervenção dos militares «nacionalistas» e também respaldar os seus atos. Por isso, condena o ataque em bloco às Fôrças Armadas e o

«aprofundamento da divisão entre civis e militares». Tenta, assim, enganar as massas, atribuindo uma pretensa missão democrática a setôres militares, e visa a resguardar as Fôrças Armadas do ódio popular. Estas fôrças estão a serviço das classes mais reacionárias e do imperialismo norte-americano. Sem destruí-las o povo brasileiro jamais conseguirá sua completa libertação. Os renegados revisionistas objetivam unicamente alcançar «aberturas democráticas» e continuar a velha política de colocar as massas a reboque das classes dominantes. Somente que, agora, pretendem jungir o povo a um grupo de generais reacionários que fazem demagogia antiimperialista. Com esta atitude, ajudam a sustentar o atual regime e se colocam abertamente no campo da contra-revolução.

De outra parte, os grupos radicais de tendência «foquista» qua atuam no país seguem o caminho das ações isoladas. Embora várias destas ações tenham caráter revolucionário, elas não conduzirão o povo à vitória. Nessa atividade expressa-se o revolucionarismo pequeno-burguês que não leva em conta que a revolução é feita pelo povo. Tais ações não tendem a mobilizar e organizar as massas e, por mais numerosas que sejam, não abalam, no fundamental, o aparêlho de repressão da ditadura e muito menos as Fôrças Armadas, base principal do regime.

O único caminho da libertação do povo brasileiro é o da guerra popular, apontado pelo Partido Comunista do Brasil. Consiste em enfrentar e derrotar as fôrças reacionárias e o imperialismo norte-americano através de uma luta armada de cunho eminentemente popular. Ela se travará fundamentalmente no interior e terá como sustentáculo principal as grandes massas camponesas. Será uma luta prolongada que se apoiará nos recursos do próprio país, empregará o método da guerrilha em larga escala, forjará um exército popular e criará bases de apoio no campo. Sob distintas formas, se desenvolverá também nas cidades, com a participação da classe operária, dos estudantes e de outros setôres da população, em vinculação estreita com as ações armadas no interior.

A guerra popular, no seu início, não será um movimento armado de grandes proporções. Pode partir de pequenas ações revolucionárias que, expressando os anseios das massas, tenderão a se multiplicar e desenvolver. É possível desencadear com êxito tais ações nos mais diferentes recantos do país.

Eis porque na situação que atravessa o Brasil é imprescindível fazer esforços destinados a acelerar a preparação e o desencadeamento da guerra popular. Trata-se de problema básico que está na ordem-do-dia, vital para o povo brasileiro. É uma questão de salvação nacional e como tal precisa ser encarada.

III

É decisivo o papel dos comunistas na elevação do nível de luta das massas e no desencadeamento da guerra popular. Organização de vanguarda que se orienta pelo marxismo-leninismo, o PC do Brasil é uma fôrça que tem clareza de objetivos e possui visão nítida do curso da revolução. Somente êle assegura ao povo uma perspectiva correta.

O Partido tem procurado imprimir à sua atuação um caráter revolucionário. Esta, porém, não exprime ainda a necessária amplitude e conseqüência, capaz de traduzir, plenamente, em fatos o conteúdo da linha política partidária. Em certos aspectos, as palavras não encontraram até agora a indispensável correspondência nos atos. Embora tenha aumentado sua influência entre a população e dirigido movimentos populares, o Partido precisa avançar mais rapidamente no cumprimento das tarefas que lhe competem. Deve organizar todo o seu trabalho de maneira revolucionária a fim de preparar, educar e levar as massas para a revolução.

O Partido tem uma linha justa. Mas isto não basta. É fundamental aplicar esta linha, expressá-la na atividade quotidiana. Um partido revolucionário vale principalmente pelo que faz e seus êxitos só podem ser aferidos pelo que realiza. Através da luta é que êle se liga às massas e exerce sua função dirigente. Por isso, todo o Partido tem que se empenhar profundamente na tarefa de aplicação da linha política. Neste particular, torna-se imperioso examinar o que entrava a execução desta tarefa. É uma questão fundamental para que o Partido possa cumprir seu papel de vanguarda.

Atualmente, os principais entraves à aplicação da linha do Partido são: métodos e estilo de trabalho inadequados; certas manifestações oportunistas de direita e de «esquerda» nas fileiras partidárias; e concepção conservadora e conduta rotineira impróprias de um partido revolucionário.

No Partido ainda pesam, de alto a baixo, métodos e estilo burocráticos que impedem, em certa medida, a execução da linha partidária. Não se organiza suficientemente a luta para levar a cabo as diretrizes traçadas e nem sempre se definem as tarefas práticas e quando são definidas nem sempre se atribuem as responsabilidades coletivas e individuais para que sejam cumpridas. Também é débil o contrôle da atividade das organizações e dos militantes. Há dispersão de esforços porque não se tem em conta a fôrça real do Partido. Em conseqüência, não se procura sistematicamente concentrar naquilo que é essencial e muitas vêzes se desperdiça fôrças do Partido em tarefas secundárias.

É preciso adotar métodos corretos de direção e de trabalho e assimilar um estilo revolucionário. As organizações partidárias não se podem limitar à discussão e ao estudo dos materiais e diretrizes do Partido. O mais importante é transformá-los em ações concretas, debater e pôr em prática as tarefas que dêles decorrem. Assim, por exemplo, os documentos do Partido dizem que o trabalho entre os camponeses é questão primacial. Entretanto, êste trabalho não é assim encarado por todos. Os Comitês Regionais e os Comitês Municipais devem tomar as medidas que assegurem o envio de elementos para o campo, estudar as reivindicações das massas camponesas, organizar o recrutamento de trabalhadores rurais e desenvolver suas lutas. Outro exemplo. O Partido, em janeiro de 1969, lançou o Manifesto ao Povo. A tôdas as organizações e membros do Partido, a começar pelo Comitê Central, cabia fazer êste manifesto chegar às grandes massas, através dos mais diferentes meios, inclusive dos que lhe assegurassem ampla e intensa repercussão. Nesta tarefa de agitação e propaganda tem muita importância o sentido criador e a iniciativa revolucionária dos militantes para descobrir as mais variadas formas de divulgação.

Torna-se indispensável realizar um contrôle eficiente, ajudando a superar as debilidades, criticando os erros e indicando soluções. Não é correto satisfazer-se em ouvir simplesmente uma informação geral sôbre a situação e o trabalho das organizações partidárias. Justamente através do contrôle é que se pode recolher as experiências tanto positivas como negativas do esfôrço realizado e avaliar a capacidade dos quadros.

Para empregar justos métodos de trabalho, é fundamental utilizar como norma a crítica e a autocrítica. O método da crítica e da autocrítica educa os militantes à base dos erros, facilita a localização dos defeitos, ajuda a corrigir o que é falso, serve para encontrar os meios para cumprir com êxito as tarefas e, enfim, contribui decisivamente para aplicar com acêrto a linha política do Partido.

Sôbre o estilo de trabalho, tanto a VI Conferência como o Documento do Comitê Central de maio de 1968 abordaram êste problema e deram indicações que, no entanto, não são ainda inteiramente seguidas. Hoje esta questão se tornou mais premente. O Partido tem que adotar um estilo leninista de trabalho em correspondência com sua linha e com o momento político que vive o país. Isto implica para cada militante levar uma vida simples e de trabalho duro, em combinar o impulso revolucionário com o espírito prático. Por impulso revolucionário compreende-se a decisão e a audácia na realização das tarefas revolucionárias, na mobilização das massas e na superação das dificuldades. Por espírito prático entende-se a planificação e a execução concreta das lutas, a iniciativa na aplicação da linha do Partido e a solução dos problemas que se apresentam. A atividade do Partido é incompatível com o burocratismo e a passividade. O comunista não teme a luta, liga-se às massas, põe em prática de maneira viva a linha do Partido e empenha-se, decididamente, em ações revolucionárias.

Na aplicação da linha do Partido constituem também entraves as manifestações oportunistas de direita e de «esquerda». Manifestação de direita consiste em opor-se à realização de ações revolucionárias sob a alegação de que a situação objetiva não comporta tais ações e que estas só servem para provocar a fúria da reação. É falso tal ponto-de-vista. Sem dúvida, o Partido repele o aventureirismo e não se deixa levar pela provocação política. Mas as ações revolucionárias são imprescindíveis e existem condições propícias ao seu desencadeamento. O fato de que a reação reprima ferozmente o movimento popular não significa que êste deva se retrair. Diante da ação repressiva da ditadura, êle forja novas formas de ataque e de defesa. A reação se intensifica atualmente não porque o movimento popular encontra-se batido, mas precisamente porque a

resistência à ditadura aumenta sem cessar. As condições objetivas são bastante favoráveis à revolução. O ponto débil reside no atraso das condições subjetivas. Êste atraso somente será liquidado tendo-se intrepidez e determinação na luta e uma política correta e clara. Se se aceita a tese de que, nas circunstâncias atuais, as ações revolucionárias servem apenas para incitar a fúria da reação e desorganizar o movimento democrático e antiimperialista, então não se poderá nunca iniciar a guerra popular porque esta surgirá das pequenas ações no campo e, fatalmente, provocará nova e mais raivosa repressão. Não só no campo é indispensável iniciar as ações revolucionárias. Estas devem ser desencadeadas também nas cidades. Aí elas terão suas características próprias. Para isso deverão levar em conta as peculiaridades dos grandes centros urbanos.

Realizar ações revolucionárias não significa copiar o que fazem certos agrupamentos pequeno-burgueses radicais, prática que não contribui para desenvolver num justo sentido o movimento revolucionário. A luta levada a cabo pelo Partido contra o «foquismo», que adota esta prática, é perfeitamente correta. No entanto, seria errado confundí-la, sob os mais diferentes pretextos, com a negação de ações revolucionárias. O que os comunistas combatem no «foquismo» não é a iniciativa revolucionária e sim a sua concepção estreita e simplista da revolução, que reduz tudo à ação de pequenos grupos isolados das massas e nega a necessidade do partido da classe operária. Segundo a linha do Partido, as ações revolucionárias, mesmo quando efetuadas por pequenos grupos, devem ter em vista mobilizar e organizar as massas, ganhá-las para a participação direta na luta contra a ditadura, despertar a consciência de setôres cada vez maiores da população para fazer a guerra popular.

Manifestação de direita é também a tendência de condicionar a atuação do Partido às explosões espontâneas de massas, abstendo-se de tomar qualquer iniciativa de luta. Tal posição representa uma atitude seguidista, estimula a passividade e nega o caráter de vanguarda do Partido. Sem dúvida os comunistas aspiram a dirigir o movimento espontâneo, mas não podem ficar à espera e na dependência dêste movimento. A finalidade do Partido não é assinalar simplesmente como vivem e como pensam as massas. Seu papel consiste em educá-las revolucionariamente e impulsionar as suas lutas. Como parte mais avançada do

povo, os comunistas tomam iniciativas que, muitas vêzes, não contam com a participação de amplas massas, mas que, por expressar seus anseios mais sentidos, ganham fôrça e conseguem o apoio decidido de vastos setôres populares. O exemplo é sempre um fator poderoso para despertar a consciência revolucionária das pessoas e levá-las à ação.

Cabe aos comunistas, neste sentido, ter o máximo de iniciativa. O Partido é um instrumento da revolução, existe, basicamente, para levar as massas a posições revolucionárias. Desempenha sua missão de vanguarda e dá o exemplo. É uma organização para a luta, que pensa e age em função da revolução. Se se deixa impregnar pelos métodos ronceiros, o imobilismo corrosivo, a espera das melhores condições e pela idéia da conquista certa do êxito, o Partido degenerará, perderá sua razão de ser, cairá no mais pôdre oportunismo. Não é revolucionário quem pensa que só se pode fazer a revolução quando tudo marcha às maravilhas e quando se tem garantia prévia de que não haverá sacrifícios nem fracassos. Preocupar-se seriamente com a revolução e atrever-se a lutar é dever primordial de todo membro do Partido. Se êle ajuda as massas a desfechar dezenas, centenas de golpes, ainda que pequenos, nas fôrças da reação, contribuirá para abalar o poder da ditadura e para transformar a resistência aos militares no oceano da guerra popular que afogará os reacionários internos e os imperialistas norte-americanos.

Ao propugnar a necessidade de intensificar as ações revolucionárias, o Partido defende a utilização de tôdas as formas de luta, abertas ou clandestinas, considerando, porém, a luta armada como a decisiva. Depois do surgimento da ação armada, no plano nacional, subsistirá também a forma de luta de massas não-armada. Haverá sempre, no país, até a vitória a combinação destas duas formas de luta. Por isso, simultaneamente com a preparação da luta armada, é preciso realizar ações de massas de diferentes níveis nas cidades e no campo, levantar as reivindicações mais sentidas do povo, tanto econômicas como políticas, atividade que ajuda a desencadear a guerra popular.

No que diz respeito às manifestações de «esquerda», elas se revelam, sobretudo, na fraseologia ultra-esquerdista. Tais manifestações são prejudiciais porque impedem qualquer esfôrço para se ligar às massas e tendem a imitar os atos de caráter «foquista».

Constituem igualmente obstáculo à aplicação da linha do Partido, a concepção conservadora e a conduta rotineira, alheias a um partido marxista-leninista da classe operária. Esta concepção e esta conduta não têm em conta a verdadeira situação do país, de contradições sociais e políticas cada vez mais acentuadas. O militante que não encara seriamente tal situação não pode colocar-se no papel de autêntico revolucionário.

Embora partidários da revolução e defensores do caminho indicado pelo Partido, há militantes que não organizam sua vida de acôrdo com as necessidades da luta. Mantêm-se presos a uma série de compromissos de ordem pessoal, não adaptam sua vida às exigências da clandestinidade e temem romper com certas condições que freiam a sua militância partidária. Continuam no mesmo ramerrão, como se não existissem o golpe de 1964, o Ato Institucional nº 5, a onda de repressão e a necessidade imperiosa de fazer avançar o movimento revolucionário. No entanto, a situação exige um partido de combate cujos militantes estejam dedicados, de corpo e alma, à revolução. Se isto não ocorre, é impossível levar a cabo uma linha política revolucionária.

A concepção conservadora tem sua fonte principal nas ilusões democráticas e na falta de confiança nas fôrças da revolução. É atitude própria de um partido oportunista que não encara seriamente a necessidade de fazer a revolução e acredita numa saída «pacífica». Representa resquício das idéias social-democratas muito em voga no Partido no período anterior ao rompimento com o revisionismo em 1962.

Impõe-se a revolucionarização cada vez maior do Partido. Seus dirigentes e militantes precisam dedicar-se integralmente à tarefa de aplicar a orientação partidária. Cada comunista tem que organizar sua vida de maneira a consagrar o máximo de seu tempo ao Partido, transformar-se num autêntico soldado da causa do povo, pronto a executar qualquer atividade e onde quer que seja. Tem que evitar tudo que possa prejudicar sua militância revolucionária. Deve estar preparado, moral e ideologicamente, para arrostar tôdas as dificuldades e enfrentar todos os sacrifícios. Para ser um autêntico servidor do povo tem de subordinar sua vida e atividade às necessidades do Partido e da revolução, estar sempre pronto a realizar o trabalho mais difícil que a luta revolucionária exige.

Isto é indispensável para imprimir maior combatividade ao Partido e para pôr em prática sua linha revolucionária. É uma exigência de sua tarefa principal — preparar e desencadear a guerra popular. Todos os militantes do Partido têm que se empenhar nesta tarefa. Antes de tudo, devem estar em condições de ir para o interior, onde se desenvolverá a guerra popular. Para o campo precisa afluir o maior número de militantes a fim de ligar-se aos camponeses, organizar o Partido à base do recrutamento local, ajudar a desencadear lutas. O verdadeiro combatente de vanguarda reivindica sempre ocupar os postos mais duros na frente decisiva de combate. Esta frente, hoje, encontra-se no interior. Para lá devem ir os elementos mais decididos e abnegados, os mais capazes e revolucionários, dispostos a se integrar com a população interiorana e a despertar sua consciência política.

O proletariado e o povo brasileiro precisam de um partido de ação política, um partido para uma época de choques abertos com a reação, de luta pela derrubada da ditadura e da dominação imperialista. Êste partido é o Partido Comunista do Brasil, organização que precisa, todos os dias e tôdas as horas, preocupar-se com a revolução e seja capaz de colocar-se à frente do povo para livrar o país da peste militarista, da ditadura sanguinária e da vergonhosa opressão ianque.

Dezembro de 1969

O Comitê Central do
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

MANTER O RUMO

«A Classe Operária»
Fevereiro de 1970

No duro e heróico combate que trava o movimento popular brasileiro contra a intensa repressão da ditadura militar, podemos assinalar significativos êxitos e vitórias, assim como a aquisição de riquíssimas experiências.

Entre os êxitos, há que destacar neste momento um, aparentemente pequeno, mas de enorme importância no processo de amadurecimento da revolução. Trata-se da perda de influência dos oportunistas e revisionistas, dos conciliadores e capituladores no seio das forças de oposição popular. Com efeito, se observarmos atentamente o quadro da disposição de forças no campo da oposição popular, verificaremos que diminuiu bastante a área sobre a qual podem influir os reformistas e revisionistas. Isto representa um avanço do processo revolucionário. Uma vitória cujo alcance não podemos subestimar.

Ligado a isso, ressaltamos outro, também de enorme realce. Foi o da formulação de uma tática justa, flexível e ampla, que, sendo revolucionária, permitisse ao

mesmo tempo à classe operária unir o máximo de forças possíveis de serem unidas e isolar os elementos oportunistas. Esta tática foi uma contribuição do Partido Comunista do Brasil que, em sua VI Conferência Nacional a aprovou, e desde então tem vindo a aplicar beneficamente para o movimento de oposição popular. Os revisionistas, como se sabe, sob pretexto de amplitude, cairam no terreno da capitulação.

Sobre as experiências, há que ressaltar uma que adquiriu o movimento revolucionário brasileiro. A de julgar, com acerto, os momentos de ascenso e descenso da luta de massas, ou da compreensão mais ou menos exata dos períodos de avanço e recuos, dos períodos de calma e recuperação de forças e de tempestades. Esta experiência, com o decorrer da luta, tende a aumentar e a generalizar-se.

Não obstante, há forças e elementos, inclusive em nosso Partido, que se inquietam e manifestam certo pessimismo e desânimo porque as ações de massas não estão em contínuo ascenso. Em virtude dessa apreciação incorreta, caem ora na passividade ora na tendência de exaltar as ações individuais ou de grupos, isoladas das massas. Tais posições são erradas e não correspondem às lições de nossa luta e da luta de outros povos. Teoricamente é falsa e politicamente nociva.

Sem dúvida, é evidente que a ditadura militar aplica uma política antinacional e antipopular, se mostra incapaz de resolver quaisquer dos graves problemas do país e se isola cada dia mais do ponto de vista político. Como resultado disto, se torna claro que além de existir e aumentar, aprofunda-se o descontentamento popular.

Assim, no momento em que há inelutavelmente uma pausa no ascenso do movimento de massas iniciado em 1968, como resultado da feroz perseguição por parte das forças da ditadura, o dever das forças populares, principalmente dos comunistas, é não perder o rumo. Devemos sustentar firmemente a bandeira da luta por derrubar a ditadura militar, ao serviço dos imperialistas norte-americanos, através da guerra popular. E, simultaneamente, devemos saber ampliar e radicalizar as lutas de massas, preparar e desencadear a guerra popular.

Para levar à prática essas tarefas, impõe-se a adoção de um estilo novo de trabalho, revolucionário, assim como medidas de vigilância que impeçam as nossas forças de sofrerem, sem necessidade, golpes do inimigo.

MAIS AUDÁCIA NA LUTA CONTRA A DITADURA

Resolução do CC
Julho de 1970

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, depois de examinar a situação política, discutir a aplicação da linha partidária e controlar as tarefas relacionadas com a revolucionarização do Partido, chegou às seguintes conclusões:

1. A revolução vem avançando em todo o mundo. Esta a principal característica da situação internacional. Eleva-se, de modo extraordinário, a resistência dos povos à política agressiva e de rapina do imperialismo norte-americano, à política social-imperialista dos revisionistas soviéticos e à política repressiva das fôrças reacionárias de cada país.

O govêrno de Nixon, apesar de suas palavras demagógicas sôbre a paz e a retirada das tropas do Vietname, põe em prática uma orientação mais belicosa, aventureira e fascista do que seus antecessores da Casa Branca. A invasão do Camboja é um nôvo elo da escalada guerreira dos imperialistas ianques com o objetivo de dominar o Sudeste Asiático, cercar e agredir a China Popular. O tratado agressivo, recentemente concertado entre os Estados Unidos e o Japão — onde já domina o militarismo — constitui grave ameaça aos

povos asiáticos. O crescente apoio dos monopolistas estadunidenses à agressão de Israel aos povos árabes agrava, sobremodo, a situação no Oriente Médio. Aumenta, assim, o perigo de uma guerra mundial.

Os governantes de Washington, no entanto, deparam-se cada dia com a mais decidida oposição dos povos agredidos, que se unem para defender a sua liberdade e independência. Os países asiáticos, vítimas da opressão imperialista e das fôrças reacionárias internas, estremecem sob a tempestade da luta de libertação nacional. O povo cambojano formou a Frente Única Nacional, fortalece no combate seu exército libertador e desenvolve heróicos esforços para expulsar de sua Pátria os invasores ianques e seus lacaios. Unificou-se a ação dos povos da Indochina contra o inimigo comum. Incrementou-se o movimento popular e democrático na Ásia contra o ressurgimento do militarismo japonês, aliado e instrumento dos belicistas da América do Norte. Intensificou-se a luta do povo palestino e dos povos árabes contra a agressão ianque-israelense. As massas populares da Europa e de outras partes do mundo travam combates por seus direitos e pelas liberdades democráticas.

Os monopolistas dos Estados Unidos encontram-se encurralados pelo clamor geral dos povos e são batidos em tôda a parte pela ação revolucionária das fôrças democráticas e patrióticas. Em seu próprio país, enfrentam sérias dificuldades. Além de se verem envolvidos em uma crise econômico-financeira de grandes proporções, vêm-se a braços com amplos movimentos populares contra a guerra e pelos direitos democráticos, movimentos sem precedentes na história americana. As massas populares dos Estados Unidos não se intimidam com os métodos fascistas do govêrno de Nixon. Ao contrário do que objetivam os governantes, a repressão policial provoca novos protestos e estende a ação do movimento contra a guerra no Sudeste Asiático. A insatisfação atinge, inclusive, muitos elementos das fôrças armadas do imperialismo.

No entanto, os imperialistas norte-americanos prosseguem em sua política fascista no interior do país e de agressão a outros povos. Derrotados, manobram, utilizam outros meios, procuram mesmo realizar a guerra com as mãos alheias. A falsa retirada das tropas ianques do Camboja é uma tentativa de Nixon para embair a opinião pública, aplacar os protestos que se

espraiam a todo o mundo e continuar a agressão aos povos da Indochina.

Os fatos vêm revelando que o imperialismo ianque somente é forte na aparência, mas, na realidade, é bastante débil. Minado por contradições de tôda natureza e golpeado pelos povos, revela-se um colosso de pés-de-barro.

O imperialismo ianque, ao realizar sua política de guerra e de espoliação, tem no revisionismo soviético um importante aliado. Embora entre êles existam contradições, acentuou-se o entendimento soviético-norte-americano a fim de impor a hegemonia mundial dos Estados Unidos e da União Soviética. Além de estabelecerem acôrdos tendo em vista assegurar o monopólio das armas termo-nucleares, prosseguem colaborando em todos os terrenos. A proposta soviética para a realização de uma Conferência Pan-Européia de Segurança não objetiva, de modo algum, a segurança dos países da Europa. É uma conspiração revisionista-imperialista visando a submeter os povos europeus às duas potências, a deixar os belicistas ianques de mãos livres para atuar mais desenvoltamente na Ásia e em outros pontos em que a luta de libertação nacional se desenvolve mais amplamente. Choca-se com os interêsses dos povos e da revolução mundial. Os social-imperialistas soviéticos, ao endurecerem seu domínio sôbre os povos da Europa oriental e ao tentarem fixar seus tentáculos em todo o mundo, encontram resistência das massas populares, inclusive de seu próprio país, e desmascaram-se cada vez mais. A ajuda que prestam às fôrças reacionárias de diferentes países, como acontece na América Latina, demonstra o seu caráter contra-revolucionário.

Nas condições atuais de avanço da revolução e de aguçamento das contradições de classe na arena internacional, adquirem particular significação os notáveis êxitos do socialismo na China Popular e na República Popular da Albânia e a posição decidida dêsses países em apoio à luta libertadora dos povos. Constituem vitórias das fôrças revolucionárias as conquistas obtidas pelo povo chinês no domínio da ciência e da técnica, em especial o lançamento de seu primeiro satélite artificial. A República Popular da China vem desempenhando cada vez mais destacado papel na luta contra os agressores norte-americanos e vem servindo de principal base de apoio do movimento revolucionário mundial. O histórico chamamento do

camarada Mao Tsetung, apoiando a luta das fôrças patrióticas da Indochina e concitando à união dos povos para enfrentar corajosamente, de armas na mão, o imperialismo e seus lacaios, repercute intensamente e representa poderoso estímulo aos que anseiam à liberdade, à independência e ao progresso.

2. Intensificam-se na América Latina as lutas dos povos contra o imperialismo ianque e as fôrças reacionárias internas. Multiplicam-se as ações revolucionárias, fazendo tremer os alicerces dos velhos regimes reacionários. O proletariado e as massas populares da Argentina, através de greves, demonstrações e ações armadas, dão expressivo exemplo de combatividade na luta contra a ditadura. Na Colômbia, avança a luta guerrilheira e aumentam as ações de massa. Dirigido pelo P.C. (marxista-leninista) da Colômbia, o Exército Popular de Libertação vem alcançando importantes sucessos contra as fôrças armadas da reação e consolida as suas posições. No Uruguai, Chile, Venezuela, Bolívia e outros países do Continente amplia-se o movimento popular e sucedem-se com freqüência atos de oposição armada aos govêrnos reacionários. As classes dominantes e o imperialismo norte-americano, com intuito de barrar o ascenso revolucionário das massas, recorrem cada vez mais às fôrças armadas, controladas pelo Pentágono, para implantar ditaduras fascistas. No Equador, o próprio Presidente, apoiado nos militares, instaurou a ditadura. No Chile, Uruguai e outros países, crescem as ameaças de golpes militares. Não existem, portanto, possibilidades das chamadas «aberturas democráticas» nos países de regime ditatorial. A deposição de Ongania na Argentina, levada a cabo pelos seus parceiros, apresentada no início como sendo medida destinada à democratização do país, não foi mais do que um passo à frente para consolidar o domínio dos militares, que se encontram a serviço dos imperialistas norte-americanos e da oligarquia. Assustados com o crescimento da onda revolucionária que varre os países latino-americanos, os govêrnos reacionários, sob a égide dos Estados Unidos, buscam novas formas de coordenação de suas fôrças para a ação comum no Continente, com o propósito de esmagar a revolução em marcha. Tal o objetivo da última reunião da Organização dos Estados Americanos, onde delegados de ditaduras militares,

liderados pelos representantes brasileiros e argentinos, tudo fazem para aprovar decisão que liquide direitos fundamentais da pessoa humana. Apesar de a OEA ser uma organização subordinada a Washington, as propostas dos govêrnos militares são tão chocantes que alguns delegados recusam-se a aceitá-las.

Por mais que se esforcem para reprimir o movimento revolucionário, as ditaduras militares e os imperialistas ianques não poderão impedir que as massas populares elevem sua combatividade e forjem os instrumentos capazes de levá-las à vitória.

3. No Brasil, a ditadura militar instaurada em 1964, hoje, tornou-se mais terrorista e demagógica, mais antinacional e antipopular. As promessas de Garrastazu, logo após a sua posse, de «restaurar a democracia», «fazer o jôgo da verdade» e «promover o desenvolvimento», como já denunciara o Partido, não passavam de palavras vãs. Em pouco tempo, o general Garrastazu mostrou o que é verdadeiramente o seu govêrno. Vangloriou-se de ser um dos patrocinadores do AI-5, e o aplica despudoradamente sem contemplações; ditou leis fascistas como a da censura prévia, que atinge tôdas as obras de criação artística e literária, sob o pretêxto de «combate à pornografia»; prosseguiu cassando mandatos e suspendendo direitos políticos; intensificou em grande escala a repressão; continuou na perseguição a estudantes, professôres e cientistas; e mandou torturar e assassinar presos políticos numa proporção desconhecida no país. Vigora um Estado puramente militar e policial. Os militares detêm quase todos os postos da administração pública, onde realizam negociatas e roubam os dinheiros da nação. Os próprios políticos das classes dominantes ascendem a posições de mando quando obtêm o beneplácito dos serviços secretos ou dos altos escalões das Fôrças Armadas. Os futuros governadores dos Estados foram escolhidos a dêdo por Garrastazu. Serão simples delegados da ditadura. Às Assembléias Legislativas cabe apenas ratificar formalmente as decisões do govêrno central. As «eleições» convocadas para novembro constituirão vergonhosa pantomima, com o fito de dar aparência de democracia a uma ditadura que tiraniza os brasileiros. Os militares repudiados pelo povo e pelas fôrças democráticas, apegam-se ao que há de mais reacionário, traidor e

corrompido na sociedade brasileira. A corja integralista, constituída de antigos agentes de Hitler e Mussolini, ocupa postos importantes no aparelho de Estado e ajuda a elaborar a orientação fascista do govêrno.

A situação econômica do país sob a ditadura chefiada por Garrastazu é das mais difíceis. O govêrno realiza espalhafatosa e caríssima campanha publicitária em tôrno do chamado desenvolvimento econômico. A realidade, porém, é bem outra. O tão propalado crescimento do Produto Interno Bruto resulta de grosseira manipulação de dados. A mentira estatística não pode ser desmascarada na imprensa devido à férrea censura que pesa sôbre ela. Além disso, os ramos da indústria que se desenvolvem são os que beneficiam diretamente os monopólios norte-americanos, notadamente o da extração de minérios. Tal desenvolvimento representa um verdadeiro saque das riquezas nacionais, prejudica a economia brasileira e compromete seriamente o futuro do país. Ao mesmo tempo, ramos essenciais da economia, não subordinados a trustes estrangeiros atravessam uma situação de crise. O alardeado desenvolvimento econômico de Garrastazu significa, de fato, o mais desbragado entreguismo. Enquanto as emprêsas imperialistas, os grandes capitalistas brasileiros ligados ao imperialismo, os latifundiários obtêm absurdas concessões da ditadura e arrancam lucros fabulosos, o povo brasileiro nunca viveu em condições tão penosas. O custo de vida eleva-se sem cessar e em ritmo acelerado. Não obstante, o govêrno dos militares, depois de decretar um mísero aumento de 20% no salário mínimo, congelou-o por três anos. Mais do que nunca, as massas populares vêem-se diante do espectro da fome, do desemprêgo e da miséria.

A repetição do flagelo da sêca revelou em tôda plenitude a falsidade da propaganda da ditadura sôbre o Nordeste. Os militares no Poder apregoavam realizações mirabolantes naquela região, capazes, segundo êles de anular os efeitos catastróficos da falta de chuvas e de dar vigoroso impulso ao seu desenvolvimento econômico, transformando-o em um Nôvo Nordeste. Hoje, nos Estados assolados pela sêca, mais de um milhão de famílias camponesas foram diretamente atingidas, vivendo em condições sub-humanas e vagando em busca de comida e trabalho. A administração pública e a economia dêsses Estados marcham para a bancarrota. Desmascarada a mentira

governamental sôbre o Nordeste, a ditadura recorre a novas manobras e à demagogia, prometendo cinicamente acabar com a tragédia nordestina e integrar a Amazônia. Mas, as medidas que adota servem apenas aos grandes fazendeiros e aos imperialistas norte-americanos, ao passo que os camponeses ver-se-ão em situação ainda mais aflitiva. Somente uma pequena parte dos flagelados consegue trabalho. E assim mêsmo percebendo a irrisória remuneração de 2 cruzeiros por dia. O plano da ditadura para o Nordeste consiste em enviar milhares e milhares de famílias camponesas para regiões inóspitas da Amazônia e em utilizar mão-de-obra barata para construir uma estrada monumental que beneficiará essencialmente o truste norte-americano do aço, United States Steel. Êste plano visa a reduzir, por uma transferência forçada de grandes contingentes de massas, a tensão social no Nordeste e ampliar as medidas de caráter militar contra o povo.

Imenso é o descontentamento popular diante da inépcia e dos desmandos dos militares. As massas vão, paulatinamente, retomando a iniciativa no combate à ditadura e ao imperialismo norte-americano. Apesar do terror governamental, as fôrças revolucionárias lutam das mais diferentes formas. Multiplicam as suas ações, não dão tréguas à reação. A classe operária, através de paralizações parciais e de pequenas greves, demonstra que não está de braços cruzados diante da exploração a que está submetida em face de uma carestia sem precedentes e da perda de conquistas obtidas em duras e difíceis lutas. Particular importância assume a luta dos camponeses do Nordeste, vítimas da exploração do latifúndio, exploração agravada pela sëca, que tornou mais terrível ainda a fome e mais angustiosa a falta de trabalho. Os flagelados agem de modo mais ativo, sendo que o nível de suas ações ultrapassa o de épocas anteriores. Invadem cidades e vilas à procura de trabalho e comida. Assaltam trens e saqueiam depósitos de comestíveis. Pressionam as autoridades para que atendam às suas exigências. Por vêzes, enfrentam valentemente a repressão policial. Em outras regiões do país, surgem também lutas de camponeses contra grileiros e as injustiças sociais. Assalariados agrícolas exigem aumento de salários, trabalho permanente e outros direitos que lhes são negados. O movimento estudantil, combinando formas legais e ilegais de lutas e de organização, tem combatido os governantes e lhes infligido derrotas, a exemplo da liquidação do projeto

sôbre a assessoria estudantil do Ministério da Educação. A intelectualidade, no que tem de mais expressivo, e amplos setores liberais, pronunciaram-se abertamente contra a censura prévia e outras medidas de arrôcho. A campanha contra as torturas aos presos políticos estendeu-se grandemente e alcança imensa repercussão tanto no país como no exterior. Nessa campanha destacam-se os estudantes, intelectuais e grande parte do clero. Ela vem conseguindo êxitos significativos, desmascara a ditadura e desperta novos setores da população para a dramática realidade em que vive a Nação. A manifestação popular realizada nas ruas da Guanabara em solidariedade ao povo cambojano e as ações contra o aumento de passagens de ônibus em Fortaleza evidenciam a elevação do nível de consciência do povo brasileiro. Prosseguem os atos de grupos revolucionários da pequena burguesia. Os seqüestros do cônsul japonês e do embaixador alemão tiveram grande ressonância. Serviram para libertar dezenas de presos políticos, cuja existência era negada pela ditadura. O fracasso das operações militares realizadas por mais de 8.000 soldados do govêrno para cercar pequeno grupo de revolucionários no Vale da Ribeira mostrou a incapacidade dos militares de esmagar movimentos armados no campo. Aquêle grupo, devido à sua concepção política e militar, não dispunha, nem podia dispor, do necessário apoio das massas camponesas. Mesmo assim, em virtude do baixo moral das tropas ditatoriais e das condições topográficas favoráveis, conseguiu livrar-se do cêrco e infligir perdas ao inimigo.

Dêste modo, as fôrças populares resistem à ditadura militar, denunciam suas patranhas e sua cínica demagogia. A experiência indicou o quanto é justa a tática preconizada pelo Partido de repudiar o «diálogo» com a ditadura e de utilizar tôdas as possibilidades, por menores que sejam, para golpeá-la. Mostrou, ainda, que a ação conjunta das fôrças populares por objetivos comuns, mesmo quando em tôrno de reivindicações mais limitadas, pode desferir golpes contundentes no regime dos generais fascistas, a exemplo do que se verifica na campanha contra as torturas. O caminho da oposição popular só pode ser o da mobilização das massas através de bandeiras amplas, da radicalização e da ampliação das lutas, da preparação e do desencadeamento da guerra popular. Como afirma o documento de dezembro último do Comitê Central, atualmente, são anseios comuns dos brasileiros, entre

outros, a revogação do Ato Institucional nº 5, a abolição da Carta fascista e a elaboração pelo povo de uma Constituição democrática; a anulação de todos os atos de perseguição política, a libertação de todos os presos políticos e a plena vigência das franquias democráticas; uma política externa independente e combate à espoliação do país pelos trustes norte-americanos; a reforma agrária e proteção aos trabalhadores do campo; a restauração das conquistas da classe operária, direito de greve e liquidação do arrôcho salarial; a gratuidade do ensino e autonomia universitária.

A ditadura militar é incapaz de satisfazer a qualquer das aspirações populares. Prossegue em sua política contra os interêsses nacionais, amplia as medidas repressivas e tenta esmagar por todos os modos a oposição do povo. Os militares procuram aparentar fôrça, apresentar seu Poder como algo inabalável. Mas, na realidade, êsse Poder é um poder precário, fraco e instável. Está corroído por profundas contradições que atingem as próprias Fôrças Armadas, seu principal sustentáculo. O AI-5 e outros dispositivos de repressão são aplicados de modo crescente contra militares. Ao invés de fortalecer-se, a ditadura isola-se cada vez mais. O descontentamento popular crescerá inevitavelmente e o movimento revolucionário cobrará novas energias. Entre as próprias fôrças que sustentam o regime militar se aguçarão as divergências. Fatalmente surgirão novas crises políticas. No entanto, a ditadura não cairá por si mesma. Terá que ser derrubada pela violência revolucionária das massas.

Para o povo brasileiro, continua na ordem-do-dia, com a maior premência, a questão de levar a cabo as ações revolucionárias, de preparar e desencadear a guerra popular. A situação no Brasil e no mundo se apresenta favorável às fôrças da revolução e não às da contra-revolução. Os revolucionários que se atrevem a lutar, e persistem na luta, alcançarão a vitória.

4. Em seu documento de dezembro do ano passado, RESPONDER AO BANDITISMO DA DITADURA COM A INTENSIFICAÇÃO DAS LUTAS DO POVO, o Comitê Central do Partido Comunista do Brasil mostrou o papel e a responsabilidade dos comunistas na preparação e desencadeamento da guerra popular. Salientou que a revolucionarização do Partido se tornara um imperativo para elevar a combatividade dos

comunistas e capacitá-los a aplicar a linha política de forma conseqüente, sem vacilações e sem medir sacrifícios.

As organizações partidárias e os militantes receberam com entusiasmo êste documento do Comitê Central. O problema camponês é objeto de mais atenção. Medidas práticas foram tomadas para fortalecer o trabalho no interior. No conjunto de sua atividade, o Partido avançou e vem transferindo o centro de gravidade de sua atuação para o campo. Desenvolveu-se tanto no aspecto orgânico como no da agitação e propaganda, no sentido político e ideológico, procurando colocar-se à altura das necessidades atuais da luta revolucionária. Alguns Comitês Regionais melhoraram seus métodos de trabalho e de direção, de contrôle das tarefas e da crítica e da autocrítica.

Na luta pela revolucionarização do Partido, confirmaram-se as opiniões do Comitê Central de que os dirigentes de todos os níveis desempenham importantíssimo papel na preparação e na realização das ações políticas, na adoção de um estilo revolucionário de trabalho e na sistematização das experiências das lutas. Nas organizações em que os dirigentes revelam iniciativa e espírito de desprendimento, compreendendo o verdadeiro sentido da revolucionarização do Partido, rompendo com a passividade, a rotina e o burocratismo, os resultados são positivos. As dificuldades começam a ser superadas e as debilidades vêm sendo, de certo modo, enfrentadas. Cria-se um ambiente de otimismo revolucionário e de luta intransigente contra os obstáculos à aplicação da linha partidária.

Permanecem, porém, tendências oportunistas assinaladas no documento de dezembro último. Estas não foram ainda de todo extirpadas e devem ser rapidamente superadas, assim como outras tendências que surgem, com o mesmo conteúdo, embora revestidas de outras formas. É necessário combater sem descanso a passividade, o conservadorismo e tudo que entrava a ação política do Partido. É indispensável promover com audácia os novos quadros que evidenciam espírito de luta. É preciso ter o máximo de espírito prático, não perder-se em discussões intermináveis. É dever de todo militante, em especial dos membros do Comitê Central, empenhar-se no combate às idéias errôneas, a fim de que o Partido possa com mais rapidez transformar em atos concretos tôdas as suas diretrizes.

Neste sentido, o Comitê Central reitera a orientação de que cabe aos comunistas organizar e levar a cabo ações revolucionárias. Chama, mais uma vez, a atenção de todos os militantes para o fato de que êles pertencem a um partido que é instrumento da revolução, que existe basicamente para levar as massas às posições revolucionárias. Em tôdas as oportunidades, o comunista deve dar o exemplo, pensar e agir como revolucionário. Se tem uma atitude imobilista, se utiliza métodos ronceiros, se fica à espera de melhores condições para lutar, cai no oportunismo, perde a sua condição de membro do Partido. A passividade, o conformismo, as posições contemplativas, o espírito burocrático e os debates estéreis são atitudes inteiramente alheias ao revolucionário proletário. O importante é preocupar-se permanentemente com a revolução, atrever-se a lutar, ter sempre presente as imensas perspectivas de luta e de vitória que se abrem para o povo brasileiro. O comunista tem que compreender que, «se êle ajuda as massas a desfechar dezenas, centenas de golpes, ainda que pequenos, nas fôrças da reação, contribuirá para abalar o poder da ditadura e para transformar a resistência aos militares no oceano da guerra popular que afogará os reacionários internos e o imperialismo norte-americano.»

O Comitê Central está convencido de que o Partido tem tôdas as possibilidades para se converter praticamente na fôrça dirigente da revolução brasileira. Pela sua orientação e pela sua prática revolucionária, para o Partido não poderão deixar de afluir os marxistas-leninistas e os combatentes de vanguarda. O Partido Comunista do Brasil é o único e verdadeiro partido da classe operária.

O Comitê Central tem plena confiança de que as organizações e os militantes prosseguirão com redobrada energia na tarefa da revolucionarização das fileiras partidárias e que envidarão os maiores esforços na preparação e no desencadeamento da guerra popular.

Rio de Janeiro, julho de 1970

O Comitê Central do
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

ELEVAR O ESPÍRITO DE PARTIDO

«A Classe Operária»
Março de 1971

Há quarenta e nove anos, no dia 25 de março, era fundado o Partido Comunista do Brasil, organização política do proletariado que, nas últimas quatro décadas dêste século, tem estado nas primeiras filas de todos os movimentos de caráter progressista e avançado surgidos no país.

Esta data é tanto mais importante porque o povo brasileiro jamais conseguirá a sua libertação definitiva se não contar com um partido verdadeiramente proletário e revolucionário que esteja em condições de cumprir sua missão de vanguarda da classe operária, de estado-maior da revolução. O Partido Comunista do Brasil é êste partido. Desfraldando a bandeira do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, êle está chamado a desempenhar um papel dirigente, de fôrça capaz de orientar e conduzir grandes massas na luta pela democracia e a emancipação nacional, pela conquista do socialismo e do comunismo.

Tanto o passado como o presente do Partido Comunista constituem uma garantia de que êle saberá

exercer esta função dirigente. Em que pese os erros que os comunistas possam ter cometido, enfrentando duras lutas e perseguições constantes, na sua atividade sobressaem os aspectos positivos, que evidenciam o valor e a necessidade de uma organização marxista-leninista combativa para liquidar para sempre com a exploração e a opressão. Basta recordar que, em 1935, o Partido dirigiu a insurreição armada nacional-libertadora em Natal, Recife e Rio de Janeiro. No período da Segunda Guerra Mundial, estêve à frente das ações populares que levaram o Brasil a enviar um corpo expedicionário à Europa para combater o nazi-fascismo. Nos anos mais recentes, desmascarou com firmeza o revisionismo, rompeu radicalmente com êle e até hoje não lhe tem dado trégua. Atualmente, preconiza a luta armada, a guerra popular, para livrar o país da ditadura militar-fascista e da espoliação norte-americana.

Quando se comemora o 49º aniversário da fundação do Partido Comunista do Brasil, é imprescindível elevar bem alto o nome do Partido, dar a maior ênfase ao lugar que lhe compete na revolução brasileira, pôr em relêvo a exigência de forjar um partido de nôvo tipo que seja revolucionário não só por seu programa e por sua linha política como também por sua atividade prática. Isto é tanto mais necessário no momento em que se manifestam idéias contrárias à concepção leninista de partido, isto é, a uma organização centralizada e combativa, que seja um instrumento da revolução. Os revisionistas abastardam o Partido, transformando-o em entidade social-democrata, em simples apêndice da burguesia. Os revolucionários pequeno-burgueses, partidários do «foquismo», negam a necessidade do Partido, consideram-no uma organização caduca e substituem-no por reduzido grupo de combatentes corajosos desligados das massas. Outros elementos da pequena burguesia, agrupados numa organização que se proclama marxista-leninista, defendem a tese trotsquisante de que o verdadeiro partido proletário não existe no momento e que se constituirá no futuro, da união dos revolucionários oriundos de tôdas as facções de esquerda. Estas posições têm sido refutadas pela prática da vida.

O Partido Comunista do Brasil, por sua ideologia, capacidade política, experiência de luta e têmpera revolucionária, vem sendo a autêntica vanguarda da classe operária. Aumenta sua influência entre as massas.

Continuador das tradições revolucionárias do velho partido fundado em 1922, o Partido Comunista do Brasil é, hoje, ao mesmo tempo, um partido nôvo. Nêle atuam revolucionários conscientes de seus deveres, dispostos a todos os sacrifícios em pról da causa que abraçaram. Para as suas fileiras afluem jovens lutadores que almejam ardorosamente a vitória do socialismo. A condição de membro do Partido foi dignificada, pois no PC do Brasil não há lugar para oportunistas, arrivistas ou aventureiros. Com a campanha de revolucionarização do Partido, lançada em dezembro de 1969, melhorou de modo sensível a atividade de seus militantes.

Mas êstes avanços não são suficientes. A preparação e o desencadeamento da guerra popular exigem que o Partido cresça mais ainda, tanto numérica como qualitativamente. Neste sentido, cada comunista deve elevar seu espírito de partido, zelar por sua educação política e ideológica e por sua formação como revolucionário atuante.

Construir um poderoso partido para a guerra popular — eis a tarefa histórica que os comunistas estão convocados a cumprir.

MENTIRAS E VIOLÊNCIAS DA DITADURA

«A Classe Operária»
Abril de 1971

O sétimo aniversário do golpe de 1964 foi comemorado pela ditadura com a mais desbragada demagogia e com a difusão de toda espécie de mentiras. Controlando os meios de comunicação, os militares no Poder tentam dar uma impressão falsa da realidade. Sem qualquer cerimônia, apresentam um quadro mirabolante da situação em todos os seus aspectos. Jornais, estações de rádio e canais de televisão, azeitados com dinheiro do Tesouro, proclamam que tudo corre às mil maravilhas: vive o Brasil período de «prosperidade» jamais visto e, com a «integração social», os trabalhadores estão felizes e tranquilos. Lançadas com grande estardalhaço, as famosas e ridículas *medidas de impacto* se sucedem em enxurrada, como se fossem verdadeiras reformas de base. E Médici, com o descaramento que lhe é peculiar, afirma que as «metas prioritárias» do governo são o desenvolvimento, a democracia e a soberania.

Não pode haver maior cinismo. O atual «desenvolvimento» é contrário aos interesses nacionais,

a democracia foi inteiramente varrida e a soberania é com frequência atingida pelo entreguismo dos governantes.

De fato, o «desenvolvimento econômico» e o «Brasil, grande potência» — centros da propaganda oficial — não passam de chantagens que afrontam um povo cruelmente oprimido e espoliado e expõem o país ao escárnio da opinião pública internacional.

A ditadura altera dados e distorce a verdade. Nas últimas décadas, com o avanço do capitalismo, verificou-se no país certo desenvolvimento econômico. Mas é um desenvolvimento deformado que acentua a dominação imperialista, aumenta o predomínio do latifúndio e torna ainda mais dura a vida já difícil das massas trabalhadoras das cidades e do campo. Outro não é o desenvolvimento sobre o qual os generais e seus espoletas fazem tanto alarde. Depois do golpe, especialmente no período de Garrastazu Médici, tal deformação tornou-se ainda mais evidente.

ACENTUA-SE O DOMÍNIO IMPERIALISTA

Manipulando estatísticas bastante duvidosas, o governo apresenta, espalhafatosamente, o crescimento do Produto Interno Bruto como o seu grande êxito. Mas que significado tem isso para as amplas massas e para o país como nação soberana, quando se sabe que tal crescimento é conseguido pela exportação de produtos primários, como os minérios, e com o aumento da produção de empresas estrangeiras? Enquanto grandes magnatas brasileiros e do exterior aumentam suas fabulosas riquezas à custa da exploração das massas populares, crescem, em rítmo acelerado, a miséria e a fome entre os trabalhadores e os monopólios internacionais, particularmente os dos Estados Unidos, penetram a fundo no país e controlam novos ramos da economia nacional.

Sob a máscara de desenvolvimento econômico, a ditadura militar abriu, de par em par, as portas do Brasil ao capital monopolista, em especial o norte-americano. Os fatos aí estão para mostrar que o tão decantado «desenvolvimento econômico» da ditadura não passa de descarado entreguismo. É o que se pode comprovar pelas informações da revista da alta finança estadunidense, «Business Week», de 13 de março último. Em sua matéria de capa, «The Boom in

Brazil», este órgão de Wall Street faz apologia da política econômico-financeira do governo Médici e, como defende a penetração imperialista ianque no país, fornece uma série de dados que revelam o caráter pró-americano do regime vigente. Abordando o tema do «desenvolvimento econômico», aquele semanário afirma: «Os investimentos são os motores desse impulso recebido pelo Brasil. E foram atraídos pelo encorajamento que o regime militar do Brasil tem dado às empresas privadas». A mesma revista revela o crescimento, durante o atual governo, da intensificação da entrada do capital monopolista ao declarar que «ao contrário do 'boom' dos investimentos do fim da década de 1950, responsavel principalmente pelo estabelecimento da indústria automobilística, os atuais investimentos estão diversificando o seu alcance industrial». Mais adiante diz: «Companhias como a Dow, Union Carbide, National Distillers, Koopers e Phillips Petroleum são algumas que estão construindo fábricas para expandir a indústria petroquímica em cerca de 500°/o nos próximos 5 anos».

Mas essa penetração norte-americana não ocorre somente no ramo da petroquímica. Exultante com a orientação entreguista da ditadura, «Business Week» informa que a IBM está construindo fábrica de equipamentos para processar dados para o mercado brasileiro, ao mesmo tempo que a Dow Cornning constrói outra fábrica para produzir fibra de vidro, no valor de 75 milhões de dólares. Também na indústria automobilística avançam os monopolistas ianques, ameaçando o grupo alemão Volkswagen. A General Motors do Brasil aumentou, no ano passado, em 35°/o suas vendas. Nos próximos 3 anos investirá no Brasil mais de 140 milhões de dólares. Por seu turno, a Ford planeja um aumento de 30°/o em sua produção. «Enquanto isso — escreve o semanário norte-americano — a Hanna Minning Co. e outras planejam o desenvolvimento da exploração das vastas reservas de minérios do Brasil». E acrescenta que europeus e japoneses estão fazendo investimentos no mesmo campo. O tão alardeado plano siderúrgico de Médici, financiado por entidades de crédito controladas pelos norte-americanos, consiste, fundamentalmente, em aumentar a produção através da entrega das empresas, como a Cosipa, a Cosigua e outras, ao domínio total do capital monopolista estrangeiro. Assim, o Brasil, por culpa direta da ditadura, é vítima

de uma exploração sem precedentes por parte dos imperialistas. Não somente vê suas reservas de ferro e outros minérios serem cada vez mais saqueadas, como também assiste à desnacionalização da indústria e à drenagem de imensos lucros para o exterior, em detrimento do progresso nacional e do bem-estar das massas. O desenvolvimento econômico patrocinado pelos generais só beneficia os monopólios e um pequeno grupo de milhardários brasileiros ligados ao imperialismo.

DESCALABRO FINANCEIRO

A situação financeira também não é tão radiosa como a apresentam os corifeus do regime militar. Toda a avalanche propagandística de sete anos de ditadura sobre «controle da inflação» e «equilíbrio orçamentário» não pode esconder, no entanto, o descalabro financeiro. Apesar do clima de férrea censura que vigora em toda parte, surgem, em virtude de luta entre camarilhas, dados, esparsos é verdade, que dão imagem aproximada das finanças públicas. Em quase todos os Estados, as finanças atravessam situação grave, mesmo calamitosa. Os dados são insuspeitos, uma vez que são fornecidos por administrações estaduais indicadas por Médici.

No Rio Grande do Sul, a dívida flutuante é de 721 milhões de cruzeiros — 56% da receita prevista para 1971 — à qual são acrescidos o déficit orçamentário de 255 milhões de cruzeiros e uma dívida de 110 milhões ao funcionalismo. Em meados de março, o montante de letras emitidas pelo governo gaúcho atingia 167,5 milhões de cruzeiros.

Um déficit que ultrapassa 800 milhões de cruzeiros é previsto na execução orçamentária de 1971 do Estado de Minas Gerais. Além disso, as dívidas desse Estado montam em 1 bilhão e 350 milhões de cruzeiros. Há ainda compromissos de autarquias e empresas mistas que serão absorvidos pelo governo, o que torna ainda mais sombrias as condições das finanças do Estado. Segundo o secretário da Fazenda, a situação de Minas «é praticamente a mesma dos demais Estados».

Pouco diverge, no que se refere às finanças do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, o Estado do Paraná. Seu governador nomeado declarou que o déficit no

orçamento estadual para o presente ano alcança 300 milhões de cruzeiros.

No Estado da Guanabara a situação não é nada boa. O próprio governo estadual reconhece que para o exercício de 1971 o déficit será de 635 milhões de cruzeiros. Por sua vez, o presidente da Associação Brasileira de Empreiteiros de Obras Públicas denunciou que o Estado tem uma dívida vencida de 200 milhões de cruzeiros com 220 firmas e que necessitará pelo menos de 500 milhões para saldar compromissos com obras em andamento. Em sua opinião, a suspensão de tais obras, por falta de recursos, poderá levar a Guanabara «a um caos social e econômico». A dívida global da Guanabara é calculada em 1 bilhão e 200 milhões de cruzeiros.

A crise financeira fustiga igualmente o Maranhão. Seu governador, de chapéu na mão, procurou o governo federal para «pedir ajuda financeira urgente». De acordo com a informação do correspondente de «O Estado de S. Paulo», o empresariado daquele Estado «enfrenta a mais grave crise de sua história». No pequeno Rio Grande do Norte, a nova administração estima que o Estado deve 36 milhões e 480 mil cruzeiros, fora os vencimentos atrasados do funcionalismo público. Já na Bahia, reconhece-se oficialmente que a dívida estadual orça em 1 bilhão de cruzeiros. O Amazonas, por seu lado, um dos Estados de menor renda da Federação, tem um déficit de 22,5 milhões de cruzeiros em seu orçamento.

Proclamando que «não se trata de uma dramatização, mas apenas uma fotografia», o prefeito de São Paulo afirmou que no orçamento municipal existe um déficit, já apurado, de 370 milhões de cruzeiros. Esclareceu que esse montante poderá avolumar-se. Tudo isso revela a desorganização financeira da mais importante cidade do país.

Diante das denúncias de existência de crise financeira em diferentes Estados, Médici resolveu intervir, não para dar solução a tal crise — o que a ditadura jamais poderia fazer — mas para evitar novas informações, que, mais uma vez, desmascarariam a febril publicidade cor-de-rosa da ditadura. Proibiu o debate sobre o assunto e impôs severa censura a respeito da situação financeira dos Estados.

Também as finanças da União não correspondem ao quadro otimista apresentado pelo melífluo ministro da Fazenda. O chamado equilíbrio orçamentário é fruto

de verdadeira alquimia. É obtido através da retirada de recursos que iam para os Estados e foram canalizados para os cofres do Tesouro, da emissão sem freios de letras e outros papéis e do reescalonamento das dívidas públicas. No ano passado, foi acrescida em mais de 300 milhões de dólares a dívida externa do Brasil, que já ultrapassa a fabulosa soma de 5 bilhões de dólares.

AUMENTAM A FOME E A MISÉRIA

Todo o peso da política econômico-financeira da ditadura recai sobre as grandes massas, que, hoje, enfrentam imensas dificuldades. Sob a ditadura, a vida dos trabalhadores das cidades e do campo tem sido insuportável. Os tão apregoados «êxitos» do governo na luta contra a inflação foram alcançados a custa do maior esfomeamento do povo. Com a drástica contenção dos salários, decresce o poder aquisitivo do proletariado, do campesinato e da pequena burguesia. Até mesmo a revista «Business Week», em sua matéria laudatória da política econômica dos militares, é obrigada a reconhecer que «o controle dos salários está levando os trabalhadores a apertar o cinto». Informa que «só nos últimos dois meses, os preços dos alimentos como o feijão, a batata e as cebolas subiram em 40% e o da carne em 30%, enquanto os aluguéis e os transportes urbanos em 25%».

Diante de um quadro como este, em que a carestia avança assustadoramente, como um operário que percebe o salário-mínimo pode viver? No curso de sete anos de regime ditatorial, os reajustamentos salariais, que se verificam em períodos bastante espaçados, têm sido muitíssimo aquém da elevação do custo de vida. Mesmo um órgão oficioso como o Departamento Intersindical de Estudos Sociais e Econômicos (DIEESE) é obrigado a reconhecer que de 1964 a 1969 o salário real dos trabalhadores paulistas caiu de 64,5%. Além dos milhões de desempregados crônicos existentes no país, cresce em rítmo acelerado o desemprego tanto nas cidades como no campo. A desocupação atinge não somente as regiões flageladas do Nordeste, mas, também, importantes centros industriais como Rio, São Paulo, Porto Alegre e outros.

A ditadura militar agravou tremendamente as condições de vida das amplas massas camponesas. Devido ao domínio do latifúndio, fortalecido sob o

regime dos militares, a fome e a miséria atingiram níveis jamais conhecidos. Pagando preços bem mais elevados do que nas cidades pelos gêneros de primeira necessidade, os homens do campo percebem cada vez menos pelo seu trabalho. Cresce o monopólio da terra, concentrada em mãos de grandes fazendeiros e de poderosas empresas capitalistas, que conservam as sobrevivências feudais. A penetração capitalista no campo, estimulada pela ditadura, tornou mais forte ainda o sistema do latifúndio. As massas camponesas, que dispunham de pouca terra, são despojadas e lançadas à mais extrema miséria. Aumenta o contingente dos «boias-fria» em São Paulo e Paraná, dos flagelados no Nordeste, dos desempregados no «paradeiro» na Bahia e da grande massa de trabalhadores do campo inteiramente abandonada. Os «projetos de impacto» da ditadura sobre previdência social no campo, sindicalização rural e outros, são apenas medidas de fachada que os camponeses sequer tomam conhecimento. Se a previdência e a sindicalização funcionam precariamente ou estão em bancarrota nas cidades, no campo serão uma burla ainda maior. A «reforma agrária» decretada com toda pompa por Médici, é um acinte. Seu plano de transferir para as margens da futura Transamazônica 100.000 famílias visa a diminuir a tensão social no Nordeste. Mesmo que conseguisse realizar essa transferência forçada, não resolveria o problema da terra no Brasil. Milhões e milhões de camponeses continuarão sem terra. E os que se transferirem para a Amazônia enfrentarão dificuldades enormes relacionadas com a falta de assistência médica, créditos, meios de transporte, preços compensadores para a sua produção e pagarão quantias absurdas pelos artigos de consumo. Qualquer reforma que não atinja de morte o sistema do latifúndio não terá, no fundamental, nenhuma importância para os camponeses.

Difícil é, também, a situação das camadas médias. O funcionalismo público atravessa fase dramática. Sob o governo dos militares, sua capacidade aquisitiva caiu vertiginosamente. Ainda há pouco, o presidente da entidade que congrega os servidores da União declarou que para fazer face ao aumento do custo de vida deveria haver um aumento de vencimentos da ordem de, pelo menos, 192,5°/o. Enorme é a disparidade dos vencimentos do funcionalismo público civil e militar. Nas vésperas do golpe, um professor catedrático do

Colégio Pedro II, no Estado da Guanabara, percebia vencimentos superiores aos de um coronel. Hoje, os vencimentos deste catedrático, segundo nota oficial do diretor daquele educandário, são pouco maiores do que os de um terceiro sargento do Exército. Além disso, é frequente o atraso do pagamento do funcionalismo estadual e municipal, a exemplo do que se verifica em Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. Com a ditadura piorou grandemente a situação dos estudantes. Além das brutais perseguições e da falta completa de liberdade, enfrentam um ensino cujo preço se eleva continuamente. A educação universitária vai se tornando um privilégio dos ricos, enquanto centenas de milhares de jovens que concluíram o curso secundário não podem ingressar nas escolas superiores por falta de vagas e de recursos.

Os pequenos e médios comerciantes e industriais sofrem com a política econômico-financeira da ditadura. Aumenta sem cessar o número de falências e concordatas. Estas atingem cifras jamais alcançadas. Na Guanabara, no setor comercial, em janeiro do corrente ano, o número de falências aumentou em 10,1% em relação ao mesmo mês do ano anterior. A crise que ameaça os pequenos e médios comerciantes e industriais levou a Associação comercial e industrial de S. José do Rio Preto a dirigir ao ministro da Fazenda memorial em que denuncia estar sendo criado um novo Nordeste no interior de São Paulo. Assinala o memorial: «O que se afirma não é força de expressão, sr. ministro, é a pura realidade, embora esta nem sempre apareça com nitidez, encoberta que está por um manto ilusório de progresso e desenvolvimento».

Acumulam-se, deste modo, fatores de grave crise econômico-financeira que, inevitavelmente, agravarão em escala ascendente as condições de vida das massas e aguçarão todas as contradições da sociedade brasileira.

REGIME DE CORRUPÇÃO E DE TERROR

Os sete anos de ditadura têm sido anos de roubalheira e de dilapidações. A trombeteada política «desenvolvimentista» dos generais é acompanhada da mais vergonhosa corrupção administrativa. Os militares no Poder, que se apresentam hipocritamente como modelos de honestidade, assaltam vorazmente os dinheiros do povo. É conhecida a degradante negociata

da Fazenda Santa Rita, no Rio Grande do Sul, em que está envolvido diretamente o filho de Garrastazu Médici. Exemplo de esbanjamento talvez sem precedente na história da República, constitui o escândalo da Ponte Rio-Niterói. Milhões e milhões de cruzeiros foram jogados fora, enquanto outros milhões iam parar nos bolsos de governantes corruptos. Os negócios excusos se sucedem: a «recuperação» da *Dominium*, as patifarias na construção da Transamazônica, são algumas das ladroeiras que marcam a ditadura. As empresas estatais e de economia mista, quase sem exceção, são dirigidas por militares que recebem elevadíssimos vencimentos, rendosas vantagens e gordas comissões. O sistema das «caixinhas» fornecidas pelos empreiteiros de obras públicas, é praxe no atual regime dos generais. E os fautores do golpe de 1964 ainda hoje têm a sem-vergonhice de afirmar que ele foi desfechado para combater a corrupção!

Mas o que melhor caracteriza a ditadura, em seus sete anos de existência, é o terror desencadeado contra o povo. Esta é a «democracia» que os militares defendem com unhas e dentes. Nenhum regime político no Brasil foi tão arbitrário e tirânico. Atualmente, sob o império do AI-5, Médici tem poderes autocráticos, absolutos. O Legislativo e o Judiciário são apêndices podres de um Poder Executivo que manda e desmanda no país. Não existe a menor liberdade. Jornais livres são proibidos de circular e os demais estão sob despótica censura. Como em todo regime fascista, custeados pelo governo, os órgãos de propaganda fazem ridícula publicidade verde-amarela sobre as «realizações» de sete anos de ditadura. Ninguém que proteste, mesmo timidamente, contra o atual estado de coisas escapa à sanha policial, que atinge diferentes setores sociais, políticos das classes dominantes e até elementos que participaram do golpe. Operários, camponeses, estudantes, religiosos, intelectuais, sejam jovens ou velhos, homens ou mulheres, são presos e sistematicamente torturados. Seu número conta-se aos milhares. Tribunais militares funcionam a todo vapor e condenam, quase todos os dias, democratas e patriotas a longos anos de cárcere. A pena de morte, a prisão perpétua e o banimento que, há 80 anos, não constavam dos códigos penais, foram restabelecidos pelos generais fascistas. As polícias civís e os serviços secretos das Forças Armadas assassinam os adversários

do governo como parte de sua rotina. Assim, vigora no país um regime fascista com todo o seu cortejo de crimes e infâmias.

SÓ A GUERRA POPULAR LIBERTARÁ O BRASIL

Mas este Poder feroz e discricionário, que há sete anos infelicita o povo brasileiro, não possui a força que apregoa. As monstruosas violências que comete com tanta frequência revelam o pavor dos generais diante da indignação e da revolta das massas. O governo Médici – como já assinalara o Comitê Central do Partido Comunista do Brasil – é um governo fraco e instável, que se impopulariza e se isola cada vez mais. Em oposição ao governo se encontram amplas massas de operários e camponeses, vítimas de sua política de fome e espoliação. Em oposição ao governo estão os estudantes e intelectuais tão severa e injustamente perseguidos. Em oposição ao governo se situam extensos setores da pequena e média burguesia que são prejudicados com os impostos extorsivos e imposições de toda ordem. Em oposição ao governo colocam-se patriotas e democratas que não se conformam com a atual ausência de liberdades e com a descarada entrega das riquezas do Brasil aos monopolistas norte-americanos.

Desta forma, aumenta incessantemente a contradição entre a esmagadora maioria da nação e a ditadura militar. Esta se mantém no Poder pela força das armas e pelo sistema de repressão policial que instaurou em todos os recantos do país. Minada por contradições internas, devido ao choque entre as camarilhas participantes do golpe de 1964, a ditadura vê reduzir-se cada vez mais a sua base política e seu apoio social. Ela ruirá pela ação revolucionária das massas que não podem e não querem viver sob um regime antipopular, antidemocrático e de traição nacional.

Mentiras e distorções sobre a situação brasileira não mais iludem. As massas exploradas e oprimidas, sete anos após o golpe militar, compreendem melhor que a ditadura tem sido uma calamidade para o país, resistem de diferentes formas aos opressores e sentem que o regime dos militares só cairá pela força. Por isso, a idéia da guerra popular se apodera de amplas camadas da população, especialmente de operários, camponeses e

estudantes. O povo brasileiro não suportará por muito tempo um Poder que lhe tem imposto tantos sofrimentos. Aos revolucionários, em particular os comunistas, cabe ajudá-lo a se organizar e mobilizá-lo para a guerra popular a fim de derrubar a ditadura, para livrar o Brasil do jugo do imperialismo norte-americano e do sistema do latifúndio e com o objetivo de instaurar um governo popular-revolucionário.

PERSISTIR NA LINHA REVOLUCIONÁRIA

«A Classe Operária»
Junho de 1971

Este mês assinala o quinto aniversário da realização da VI Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil. Esta Conferência adquiriu um significado especial na história do Partido e nos destinos da luta revolucionária do povo brasileiro contra seus opressores e exploradores.

As decisões da Conferência de 1966 complementavam as da V Conferência Extraordinária que reorganizou o Partido e aprovou o Manifesto-Programa, cujo conteúdo fundamental é a conquista do poder político através da luta armada. A VI Conferência — que contou com dezenas de delegados eleitos em quase todos os Estados — teve como preocupação básica a elaboração de uma tática revolucionária precisamente para levar à prática as indicações programáticas, nas condições criadas pelo golpe de estado de 1964. Indicou os meios e as formas viáveis para alcançar os objetivos fixados no Manifesto-Programa. «Sem um programa — assinalou Lênin em 1911 — é impossível que o Partido seja um organismo político mais ou menos integrado, capaz de manter sempre uma linha ante todas as viragens dos acontecimentos. Sem uma linha política baseada na avaliação do momento político atual e que dê resposta aos 'malditos problemas' do presente, é possível ter um pequeno grupo de teóricos, mas não uma unidade política operativa». Para enfrentar os «malditos problemas» do dia-a-dia, sem perder de vista os

objetivos estratégicos, é que a reunião dos comunistas em junho de 1966 indicou o caminho da unidade dos patriotas e democratas para derrubar a ditadura militar e livrar o país do domínio dos Estados Unidos.

O documento «União dos Brasileiros Para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista» conserva, passados cinco anos, toda a sua atualidade. Mais ainda: a vida comprovou inteiramente a correção das teses e conclusões fundamentais desse documento. Aplicando a orientação revolucionária da VI Conferência e as resoluções do Comitê Central, os comunistas obtiveram consideráveis êxitos na consolidação política, orgânica e ideológica do partido marxista-leninista e elevaram sua autoridade entre as massas de nosso povo.

Uma tática ampla como a aprovada na VI Conferência, abriu enormes perspectivas para a vinculação dos comunistas às massas, sobretudo às camadas mais pobres da população brasileira. Serviu para definir de forma clara e insofismável, em relação às outras correntes de esquerda, a fisionomia não só revolucionária como proletária do Partido. Preconizando a união de todos que é possível unir, neutralização de todos que é possível neutralizar com vistas a isolar ao máximo os inimigos e contra eles concentrar o fogo da luta revolucionária, a tática dos comunistas contribuiu para fazer avançar e fortalecer a oposição popular. O programa de frente única então apresentado sintetiza as aspirações de diferentes forças e camadas sociais interessadas na luta contra os militares que assaltaram o Poder em 1964 com o apoio do imperialismo estadunidense.

É em torno da luta pela independência nacional, pelo progresso e pela liberdade — e não por objetivos supostamente radicais como propõem certos agrupamentos pequeno-burgueses — que se vem aglutinando a oposição popular, avançando a união dos patriotas pela derrubada do atual regime. A classe operária tem realizado numerosas ações, inclusive greves, contra o arrocho salarial e por seus direitos. Camponeses, em diferentes regiões do país, vêm recorrendo a várias formas de combate, até mesmo armadas, contra a exploração e a opressão dos latifundiários. Ampliando e radicalizando suas lutas, os estudantes derrotaram a política de «diálogo» dos governantes. A intelectualidade resiste ao terrorismo cultural da ditadura e exige liberdade para a criação

artística. Patriotas têm desmascarado com vigor a entrega do país ao controle total do imperialismo. Pequenos e médios comerciantes e industriais opõem-se à desnacionalização da economia nacional. Em memorável campanha que alcança repercussão internacional, amplos setores do povo brasileiro desmascaram os crimes dos militares no Poder, denunciam as torturas de que são vítimas os presos políticos, exigem a liberdade dos encarcerados e condenam com veemência a aplicação da pena de morte e de prisão perpétua.

Em defesa de seus direitos e reivindicações, as massas populares têm utilizado as mais amplas e variadas formas de luta, combinando as formas legais com as ilegais, as abertas com as clandestinas. Têm sido úteis para desmascarar e isolar o inimigo, tanto o emprego de ações amplas de massas – que tiveram seu auge em 1968 e abarcaram todas as grandes cidades do país – como as panfletagens e inscrições murais realizadas por pequenos grupos de revolucionários; tanto as ações, inclusive armadas, dos camponeses em defesa de suas terras, como as campanhas de rua para obter assinaturas dos populares, levadas a cabo pelos estudantes em defesa de seu justo direito a estudar; tanto as campanhas de âmbito nacional, de que é exemplo a que vem sendo realizada contra as torturas e a pena de morte, como as demonstrações locais e restritas a uma empresa ou mesmo a um setor de trabalho.

A prática indica – dando razão aos comunistas – que sempre que as palavras-de-ordem refletem as verdadeiras aspirações das massas e são empregadas corretas e adequadas formas de luta e de organização, mais ampla é a participação do povo nos combates e mais difícil o desencadeamento da repressão pelo inimigo. Elevando seu nível de consciência e de organização no curso da própria luta, as massas têm mais condições para responder à violência do inimigo com a violência revolucionária. Paulatinamente, à medida que vivem sua própria experiência, vão compreendendo que o único caminho para derrubar seus opressores é o indicado pelo PC do Brasil – o caminho da guerra popular. O resultado da farsa eleitoral do ano passado demonstra que parcela ponderável dos votantes repudiou as manobras dos militares e não caiu no «canto de sereia» dos revisionistas que aconselham a via eleitoral como saída

para os problemas brasileiros. Tampouco as ações dos grupos «foquistas», desligadas das massas, podem conduzir à vitória. Com vistas à preparação e o desencadeamento da guerra popular — essência da tática aprovada na VI Conferência — é que os revolucionários autênticos transferem o centro de gravidade de sua atuação para o campo. Nele se darão os combates principais da luta armada, se criarão as bases de apoio e os camponeses constituirão o contingente fundamental do futuro exército popular que derrotará as Forças Armadas da ditadura, apoiadas pelos imperialistas ianques. Começando por pequenas ações de tipo guerrilheiro, o exército do povo se tornará forte e imbatível, com o apoio e a participação ativa das massas de milhões e milhões de explorados e oprimidos. Ao mesmo tempo, os comunistas preocupam-se com a organização do povo nas cidades, sobretudo com a organização da classe operária — força dirigente da revolução — para que este participe por todos os meios possíveis da luta revolucionária. Para ser vitoriosa, a guerra popular precisa ser uma luta de massas, contar com amplo apoio popular.

A ditadura militar foi abalada por diversas crises entre as quais as que assinalaram o fim dos governos de Castelo Branco e Costa e Silva. A partir do AI-5, frente ao clima de verdadeira rebelião popular que se instalou em vários lugares, a ditadura abandonou qualquer veleidade de simular certo respeito pelas instituições e liberdades democráticas e passou à repressão sem freios. É num clima de fascismo aberto que Médici vem governando, com o país amordaçado e as prisões e câmaras de tortura funcionando a todo vapor. Isto é sinal de fraqueza e não de força da ditadura. A oposição de amplas camadas populares ao governo e os conflitos internos da camarilha militar continuam existindo como antes e agravadas pela conduta despótica e violenta do governo. Sua base política é mais estreita que a dos governos militares anteriores. Sua demagogia encontra audiência cada vez mais restrita. Mas a ditadura militar-fascista não cairá por si mesma. Terá que ser derrubada pela força do povo unido e organizado.

Os comunistas têm consciência da aspereza da luta e da ferocidade do inimigo que o nosso povo enfrenta. Por isso continuamente elevam a vigilância revolucionária em suas próprias fileiras e estendem suas ligações com as amplas massas. São otimistas, estão

confiantes na vitória da causa pela qual lutam. Consideram como êxitos do povo brasileiro as vitórias dos povos que se batem por seus direitos contra o imperialismo, em particular o norte-americano, e a reação mundial. São inspirados pelo formidável ascenso revolucionário em todo o mundo e pelo robustecimento do novo movimento comunista que tem no Partido Comunista da China e no Partido do Trabalho da Albânia seus expoentes. Sentem-se estimulados pelos triunfos do marxismo-leninismo contra o revisionismo contemporâneo, encabeçado pelos social-imperialistas soviéticos. Tendo adotado firme posição na luta ideológica, os comunistas brasileiros compreendem que, apesar da crise por que passa o revisionismo, não devem atenuar a luta contra ele, em escala mundial e no país. A luta contra o revisionismo deve continuar. Tem raízes sociais. Representa, por isto, um perigo permanente. Confirmou-se inteiramente que, na luta ideológica, não pode haver posição intermediária ou «centrista». Ou se é marxista-leninista ou se é revisionista. Não há terceira posição.

A prática de todos esses anos demonstrou a necessidade de um partido revolucionário do proletariado. Muitos revolucionários fracassaram precisamente por não compreenderem esta verdade. Atualmente, a tarefa de revolucionarizar o Partido, unir a teoria à prática, adquiriu importância transcendental. É necessário fazer crescer quantitativamente a organização, mas o essencial é aprimorá-la qualitativamente. Os militantes de um partido revolucionário devem ser acima de tudo revolucionários. Devem adotar um estilo revolucionário de vida simples e trabalho duro, estarem sempre preparados para assumir os postos de maior sacrifício, subordinar todos os interesses pessoais à causa da revolução, adquirir o máximo de espírito de iniciativa, saber agir sem esperar orientação «de cima». Para guiá-los, aí estão os documentos do Partido, inclusive as resoluções da VI Conferência. [1]

É com justificado orgulho do caminho percorrido e cônscios de suas responsabilidades, que os comunistas comemoram o quinto aniversário da VI Conferência. A linha política por ela aprovada foi submetida à severa apreciação da prática e mostrou-se correta e

revolucionária. Desfraldando a bandeira vitoriosa do marxismo-leninismo, voltando-se mais e mais para as massas e persistindo na prática de sua linha revolucionária, o Partido Comunista do Brasil tem diante de si um futuro luminoso. Sob sua direção, o povo brasileiro se livrará da ditadura militar-fascista e do imperialismo norte-americano, conquistará um novo regime, popular e revolucionário.

A PROPOSTA DA AÇÃO POPULAR

«A Classe Operária»
Novembro de 1971

A Ação Popular resolveu intitular-se Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil. Isto sucedeu em maio de 1971, numa reunião de sua Direção Central Ampliada. É o que informa o Comunicado distribuido a respeito. Nos Estatutos aprovados nessa reunião, a AP expõe seus objetivos e propõe ao Partido Comunista do Brasil e a outras organizações «verdadeiramente marxistas-leninistas» que encontrem, juntos, o caminho da construção de um «partido proletário inteiramente novo», apto a dirigir a revolução até à vitória. Para realçar suas intenções, a direção da AP afirma, no Comunicado, que «construir em nosso país um partido proletário à altura das exigências atuais da revolução sem levar em conta a contribuição que a nova Ação Popular Marxista-Leninista pode e deve dar, é (...) uma posição subjetiva e sectária, nociva aos interesses da classe operária e do povo brasileiro».

Propostas dessa natureza sempre mereceram atento exame e debate do PC do Brasil. Aliás, este é um dos problemas pelos quais mais se interessam os comunistas. Como se sabe, há quase meio século eles vêm lutando para edificar justamente um partido desse tipo, realmente leninista, capaz de conduzir a revolução brasileira à vitória. Apesar das dificuldades e vicissitudes, jamais desistiram nem desistirão da nobre e decisiva tarefa. Ao contrário, à medida que o tempo passa e se aprofundam as crises em que estão mergulhados o imperialismo e o revisionismo

contemporâneo, mais se lhes afigura importante e urgente colocar o Partido à altura de sua missão. Porque assim sempre o entenderam, é que os comunistas jamais aceitaram as teses liquidacionistas do revisionismo nem quiseram dissolver sua tradicional organização revolucionária para fundí-la com qualquer outra corrente que se denominasse marxista-leninista. O conceito leninista de partido de novo tipo e sua necessidade jamais significaram para os comunistas o abandono de seu velho e glorioso Partido e sua substituição por algo sem caráter proletário, sem consistência ideológica, sem programa revolucionário, sem centralismo democrático, como queriam Prestes e seus seguidores, os foquistas, os trotsquistas e outros grupos burgueses e pequeno-burgueses. Para os comunistas, a idéia leninista de Partido de novo tipo impõe a rutura com todo tipo de oportunismo, a adoção de métodos e de um estilo de trabalho revolucionários, o esforço para assimilar o marxismo-leninismo e aplicá-lo à realidade concreta do país, em levantar bem alto a bandeira do internacionalismo proletário, etc.

Precisamente por se oporem às idéias liquidacionistas dos mais variados matizes e às campanhas contra o Partido Comunista do Brasil, que eram propagadas e feitas pelos diferentes grupos chamados de esquerda que pululavam pelo país em consequência do surto revisionista de 1956, é que os marxistas-leninistas resolveram reorganizar o Partido Comunista do Brasil, em 1962. Quer dizer, no ano em que a AP aparecia como organização pequeno-burguesa reformista, o PC do Brasil rompia com os revisionistas de Prestes, combatia o revisionismo e o reformismo e, na verdade, enveredava no caminho para se transformar de fato num partido de novo tipo, leninista. Na Conferência de sua reorganização aprovou um Manifesto-Programa marxista-leninista e indicou a todos os comunistas a necessidade de um partido único da classe operária, esclarecendo, porém, que a base para se chegar à unidade dos comunistas seria a linha revolucionária do Partido e o seu fortalecimento.

A prática se encarregou de demonstrar o acerto dessa resolução dos comunistas, em 1962. O PC do Brasil é hoje uma organização consolidada e que se desenvolve incessantemente. Nele se reintegraram muitos camaradas que haviam permanecido enganados no agrupamento revisionista de Prestes e ingressaram

muitos camaradas que abraçaram o marxismo-leninismo vindos de outras organizações. De todas as forças revolucionárias que atuam no país, pode-se afirmar, sem falsa modéstia, mas também sem presunção, que o PC do Brasil é o que está mais forte, não obstante reconhecer o muito que lhe falta para cumprir com êxito seus objetivos. Ao passo que todos os que, no movimento popular, negavam suas possibilidades, o caluniavam ou fingiam ignorá-lo, foram-se desmoralizando ou perdendo terreno. Por exemplo, os revisionistas de Prestes estão cada vez mais desmascarados como agentes da burguesia no movimento operário. E os trotsquistas vão revelando sua verdadeira caratonha contra-revolucionária.

Os comunistas relacionaram-se com a AP após o golpe de 1964. Passaram a atuar juntos por alguns objetivos comuns. Procuraram conhecer melhor a trajetória da AP e o entendimento entre as duas organizações se estreitou. Quando, recentemente, souberam que militantes e dirigentes da AP evoluíam no sentido da aceitação das idéias marxistas-leninistas, saudaram jubilosos o fato. Viam nisso a confirmação do prestígio e da força crescente do marxismo-leninismo, do avanço da revolução e da crise sem remédio das idéias revisionistas e foquistas. Os comunistas esperavam sinceramente que essa evolução não os conduzisse à formação de um novo partido marxista-leninista nem, muito menos, à pretensão de fundir o Partido Comunista do Brasil com outras organizações supostamente marxistas-leninistas num «partido inteiramente novo». Os comunistas sempre pensaram que os marxistas-leninistas deviam unir-se no Partido Comunista do Brasil existente e que a AP poderia ter um importante papel a desempenhar na revolução brasileira se continuasse a ser uma organização democrática revolucionária.

Que motivos, porém, levaram os atuais dirigentes da AP a essa posição? Nos documentos citados não se encontra nenhum argumento válido que a justifique. O processo de conversão da AP não é esclarecido. Também não elucidam os fundamentos da autocrítica para a metamorfose. Tampouco apontam as razões porque o PC do Brasil não está em condições de preencher seu papel revolucionário nem lhe fazem qualquer crítica sobre seus erros e debilidades. Enfim, não explicam as concepções que têm de partido «inteiramente novo» que propõem construir.

Então, por que a aparente incoerência de reconhecer a existência do PC do Brasil e, simultaneamente, adotar essas decisões?

Ao estudar atentamente o Programa Básico da AP constata-se que suas decisões decorrem de sérias incompreensões sobre a época em que vivemos, sobre a teoria da revolução ininterrupta, as etapas da revolução, seu caráter atual no Brasil e sobre a concepção e o papel do partido proletário. O Programa Básico não contém uma exposição marxista-leninista dessas questões. Ao contrário, nele o marxismo-leninismo foi sacrificado em benefício das interpretações trotsquistas e pequeno-burguesas da realidade e da revolução. Tome-se, por exemplo, uma das partes essenciais da referida exposição, à página 9. Lá, dizem: «Na situação atual do mundo, a relação entre as condições objetivas e as condições subjetivas da revolução se coloca de uma forma nova. (...) Com a existência do sistema imperialista mundial, a análise das premissas materiais da revolução socialista não deve ser abordada mais apenas do ponto de vista da economia nacional, pois já não existem economias nacionais isoladas (...) Deste ponto de vista, pode-se afirmar que as condições objetivas fundamentais para a revolução proletária já estão dadas no sistema imperialista mundial considerado como um todo (...) o sistema já está maduro para a revolução. (...) Com a intervenção consciente do proletariado no processo histórico e com a possibilidade de generalizar as experiências mais avançadas acumuladas pelo proletariado internacional e contar com a sua ajuda, os fatores subjetivos adquiriram um papel ativo incomparavelmente maior e podem vencer dificuldades objetivas que seriam insuperáveis espontaneamente. Por esses motivos, as condições decisivas passaram a ser as condições subjetivas». Por ora, basta citar essas opiniões para demonstrar que, apoiando-se nessa linha de raciocínio, dificilmente poderiam os atuais dirigentes da AP chegar a uma tese marxista-leninista sobre o papel do partido proletário e a decisões justas.

Julgam por isso os comunistas, que tais opiniões são absurdas, idealistas e, elas sim, nocivas. Absurdas, porque a situação exige dos marxistas-leninistas, não a multiplicação voluntarista de partidos marxistas-leninistas e sim o fortalecimento do que já existe. Idealistas, porque não é apenas com bons desejos e mediante decretos que se construirá um

partido puro, sem erros, sem defeitos. Deve-se ter em conta a realidade objetiva e ver o partido como um dado objetivo, com passado, presente e futuro. O PC do Brasil surgiu do movimento operário brasileiro. Tem procurado guardar a continuidade de sua missão, de sua história. Deu passos indiscutíveis para ligar o movimento operário com o socialismo, para integrar a teoria marxista-leninista com a prática da revolução brasileira. Vem se esforçando para cumprir seu papel revolucionário. É preciso, portanto, considerá-lo objetivamente, sem preconceitos e personalismos. Finalmente, são nocivas as decisões, porque alimentam a confusão política e ideológica favorável aos inimigos da revolução e tentam impedir, na prática, que o proletariado eleve sua autoridade política e venha a alcançar a hegemonia da luta revolucionária. Sem um estado-maior único, forte e coeso no comando dessa luta, a hegemonia jamais será conquistada.

Os militantes e dirigentes da AP, já convencidos da justeza do marxismo-leninismo, devem convir que os interesses do proletariado e da revolução reclamam o fortalecimento do PC do Brasil para que ele se coloque à altura das exigências da revolução. De outro modo, só pode resultar sectarismo, enfraquecimento da causa. O processo de diferenciação e de reagrupamento das forças revolucionárias deve beneficiar e não prejudicar o verdadeiro partido marxista-leninista de nosso país, o Partido Comunista do Brasil.

ESTATUTOS DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Aprovado na
VI Conferência Nacional
Junho de 1966

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, fundado a 25 de março de 1922, e reorganizado a 18 de fevereiro de 1962, em virtude do rompimento com os revisionistas, é a vanguarda política do proletariado, a forma superior de sua organização de classe, em cujas fileiras se congregam, voluntariamente, os comunistas.

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL é uma organização centralizada e combativa, regida por uma disciplina consciente, livremente aceita e obrigatória para todos os seus membros. Orienta-se pelo marxismo-leninismo e pelos princípios do internacionalismo proletário.

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL tem como objetivo programático final o socialismo e o comunismo. Na presente etapa da revolução, nacional e democrática, agrária e antiimperialista, esforça-se para que a classe operária, em aliança com os camponeses, conduza as forças patrióticas na luta para liquidar a dominação imperialista norte-americana no país e abolir o sistema do latifúndio. Empenha-se em levar o povo brasileiro à conquista de um governo popular revolucionário que assegure a independência e o progresso do Brasil, garanta as liberdades e promova o bem-estar das grandes massas trabalhadoras.

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL é uma organização inteiramente dedicada à defesa do povo e a

serviço dos mais altos interêsses da Nação. É o continuador das melhores tradições de luta dos revolucionários brasileiros.

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL rege-se pelos seguintes Estatutos:

DO MEMBRO DO PARTIDO

Art. 1 — Membro do Partido é todo aquele que aceita o Programa e os Estatutos do Partido, cumpre suas decisões, paga as contribuições estabelecidas e milita em uma de suas organizações.

Art. 2 — A filiação ao Partido é individual e se faz através de uma de suas Organizações de Base. Fica a critério do Comitê Central a admissão de líderes de projeção nacional e de ex-dirigentes de outro Partido.

Art. 3 — Os principais deveres do membro do Partido são:

a) zelar pela unidade ideológica, política e orgânica do Partido em torno dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário;

b) manter estreita ligação com as massas e dedicar-se à defesa de suas reivindicações;

c) estudar o marxismo-leninismo e esforçar-se por aplicá-lo à realidade concreta;

d) participar da elaboração da linha do Partido e levá-la à prática;

e) observar a disciplina e as normas de segurança, resguardar os segredos partidários e aguçar a vigilância revolucionária;

f) desenvolver a crítica e a autocrítica, lutar contra os erros e as debilidades e tudo fazer para eliminá-los;

g) manifestar solidariedade às vítimas de perseguições políticas.

Art. 4 — Os principais direitos do membro do Partido são:

a) eleger e ser eleito para os órgãos dirigentes do Partido;

b) participar das discussões, em reunião ou na imprensa do Partido, de forma livre e responsável, dos problemas teóricos, políticos e práticos da vida partidária;

c) encaminhar sugestões, propostas ou apelações a qualquer das sucessivas instâncias

partidárias, inclusive ao Comitê Central e ao Congresso do Partido;

d) manter suas opiniões sobre as questões em debate quando a discussão for reaberta, defendê-las sem, entretanto, deixar de cumprir as decisões de que divirja;

e) exigir sua participação pessoal sempre que se trate de resolver sobre sua posição ou conduta.

Art. 5 – É considerado desligado das fileiras partidárias o militante que, sem causa justificada, deixar de participar da vida do Partido por um período superior a seis meses.

DO CENTRALISMO DEMOCRÁTICO

Art. 6 – O centralismo democrático é o princípio diretor da organização do Partido e assegura sua unidade política, ideológica e de ação. Significa centralização com base na democracia e democracia sob direção centralizada. A unidade e a disciplina do Partido, fundadas no centralismo democrático, são incompatíveis com qualquer forma de atividade desagregadora ou fracionista. Os aspectos principais do centralismo democrático são:

a) eleição, de baixo para cima, de todos os órgãos dirigentes do Partido;

b) prestação de contas da atividade dos órgãos dirigentes às organizações que os elegeram e aos órgãos superiores;

c) autonomia das organizações no âmbito de sua jurisdição;

d) estrito cumprimento das decisões partidárias, submissão da minoria à maioria, das organizações inferiores às superiores;

e) decisão e trabalho coletivo em todas as organizações e órgãos dirigentes, responsabilidade individual de cada um de seus membros na aplicação das resoluções adotadas.

DA ESTRUTURA E DAS ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS

Art. 7 – As organizações do Partido estruturam-se segundo os critérios de local de trabalho, de estudo, de moradia e de área territorial. De baixo para cima, as organizações partidárias são: de base, de distrito, de município, de região e de todo o país.

Art. 8 – Os órgãos dirigentes do Partido, nos diversos escalões, são:

a) no âmbito nacional: Congresso do Partido e, entre um e outro Congresso, o Comitê Central;

b) no âmbito regional: Conferência Regional e, entre uma e outra Conferência, o Comitê Regional;

c) no âmbito municipal: Conferência Municipal e, entre uma e outra Conferência, o Comitê Municipal;

d) no âmbito distrital: Conferência Distrital e, entre uma e outra Conferência, o Comitê Distrital;

e) no âmbito de local de trabalho, de estudo e de moradia: Assembléia de Base e, entre uma e outra Assembléia, o Secretariado.

§ **único** – Por decisão do Comitê Central ou de Comitê Regional, pode ser criado órgão dirigente especial para coordenar a atividade partidária em determinada área.

DOS ÓRGÃOS DIRIGENTES SUPERIORES

Art. 9 – O Congresso é o órgão supremo do Partido. É constituido pelos delegados eleitos nas Conferências das organizações diretamente subordinadas à direção central do Partido. As decisões do Congresso são obrigatórias para todo o Partido e não podem ser revogadas, no todo ou em parte, senão por outro Congresso. Seus poderes principais são:

a) discutir os informes apresentados pelo Comitê Central e sobre eles decidir;

b) elaborar ou modificar o Programa, os Estatutos e a linha política;

c) eleger os membros do Comitê Central entre os militantes que contam mais de três anos de atividade partidária ininterrupta.

Art. 10 – O Congresso do Partido é convocado pelo Comitê Central. Reúne-se ordinariamente de cinco em cinco anos e, extraordinariamente, em cumprimento a decisão de Congresso anterior, por iniciativa do Comitê Central ou por proposta de um Comitê Regional aprovada pela maioria dos Comitês Regionais. O número de delegados ao Congresso e as normas preparatórias são fixadas pelo Comitê Central.

Art. 11 – A Conferência Nacional, constituída pelos delegados eleitos nas organizações diretamente

subordinadas à direção central e pelos membros do Comitê Central, é convocada sempre que o Comitê Central julgar necessário ou por proposta de um Comitê Regional, aprovada pela maioria dos Comitês Regionais. As resoluções da Conferência devem ser ratificadas pelo Comitê Central. Independentemente da ratificação do Comitê Central, a Conferência pode substituir até um quinto dos efetivos deste órgão dirigente.

Art. 12 – Os principais poderes do Comitê Central são:

a) dirigir a atividade partidária em consonância com as resoluções do Congresso do Partido;

b) eleger os membros da Comissão Executiva entre os integrantes do Comitê Central;

c) examinar e controlar a atividade da Comissão Executiva;

d) eleger, quando julgar oportuno, o Secretariado do Comitê Central e o Secretário-Geral;

e) criar Comissões Auxiliares e nomear seus integrantes.

Art. 13 – O Comitê Central, convocado pela Comissão Executiva, reúne-se ordinariamente, no mínimo, de seis em seis meses e, extraordinariamente, em cumprimento a decisão de reunião anterior ou por proposta de um de seus membros, aprovada pela maioria.

Art. 14 – A Comissão Executiva é o órgão dirigente do Partido, entre uma e outra reunião do Comitê Central. Suas principais atribuições são:

a) dirigir a atividade partidária com vistas à execução das resoluções do Comitê Central e de suas decisões desde que não colidam com as do Comitê Central;

b) submeter ao Comitê Central as questões que são da competência exclusiva deste órgão;

c) coordenar a atuação dos membros do Comitê Central;

d) controlar o trabalho das Comissões Auxiliares do Comitê Central.

DOS ORGÃOS DIRIGENTES INTERMEDIÁRIOS

Art. 15 – A Conferência Regional, a Conferência Municipal e a Conferência Distrital são constituídas pelos delegados eleitos nas organizações a cada uma

delas subordinadas e, pelos membros dos respectivos Comitês. São convocadas pelo Comitê Regional, pelo Comitê Municipal e pelo Comitê Distrital, respectivamente, em data por eles mesmos fixada num período não superior a dois anos. Extraordinariamente, a Conferência será realizada por decisão da organização superior ou a pedido de uma das organizações subordinadas ao respectivo Comitê, desde que aprovado pela maioria das organizações da mesma instância.

Art. 16 – O Comitê Regional, o Comitê Municipal ou o Comitê Distrital, cujos integrantes são eleitos pelas respectivas Conferências, reúnem-se por convocação dos respectivos Secretariados em datas fixadas pelos Comitês. Extraordinariamente, por decisão de reunião anterior, por resolução de órgão dirigente superior ou a pedido de um dos membros do Comitê, aprovado pela maioria de seus membros.

DA ORGANIZAÇÃO DE BASE

Art. 17 – A Organização de Base é o alicerce de toda a organização partidária. É criada onde existam pelo menos três militantes e congrega os comunistas que trabalham em uma mesma emprêsa, estudam em uma mesma escola ou residam numa mesma área. Segundo as necessidades de seu funcionamento e tendo em conta a segurança, a Organização de Base pode criar Seção e Subseção. .

§ **único** – É permitida a estruturação de Organização de Base feminina ou juvenil e, em casos excepcionais, de setor profissional.

Art. 18 – As principais tarefas da Organização de Base são:

a) levar às massas a linha política do Partido e lutar pela sua aplicação;

b) fazer trabalho de agitação e propaganda entre as massas;

c) ajudar a organizar as massas, esforçar-se para dirigí-las e recolher a experiência de suas lutas;

d) recrutar novos membros para o Partido;

e) estipular e arrecadar as contribuições dos militantes e desenvolver o trabalho de finanças.

Art. 19 – A Assembléia de Base é constituída por todos os militantes da organização. É convocada pelo Secretariado e se reúne sempre que necessário ou a pedido de um de seus membros, aprovado pela maioria.

Elege o Secretariado ou o Secretário da Organização de Base.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20 – Os membros efetivos de um órgão dirigente do Partido ausentes a uma reunião são substituídos pelos suplentes. Os demais suplentes participam da reunião com direito somente a voz. As vagas abertas entre os membros efetivos dos Comitês são preenchidas pelos suplentes. Na falta destes, o Comitê, por maioria, pode completar-se mediante cooptação, submetendo esta decisão, na primeira oportunidade, a apreciação do órgão partidário imediatamente superior. Tratando-se do Comitê Central, a cooptação só poderá ser feita com a aprovação de dois terços dos membros efetivos.

Art. 21 – Qualquer membro do Partido que violar a disciplina e a moral partidária sofrerá, segundo a gravidade da falta, uma das seguintes sanções: advertência, censura, destituição dos cargos e expulsão. As medidas disciplinares serão adotadas por maioria de votos.

§ **único** – A expulsão do membro do Partido deverá ser ratificada pelo órgão dirigente imediatamente superior à organização que tomou a medida. No caso de membro do Comitê Central, a decisão só poderá ser tomada por dois terços dos votos deste órgão dirigente. Sem prejuízo da aplicação da decisão tomada, cabe recurso à instância superior, inclusive ao Congresso do Partido.

Art. 22 – A organização que violar a disciplina e os Estatutos sofrerá, segundo a gravidade da falta, uma das seguintes sanções: advertência, reorganização da direção ou dissolução da organização. Estas sanções serão tomadas por maioria de votos do órgão dirigente imediatamente superior.

§ **único** – No caso de dissolução, a medida exigirá dois terços dos votos e deve ser ratificada pelo órgão dirigente imediatamente superior ao que tomou a decisão. A organização atingida por sanção disciplinar pode recorrer às instâncias superiores.

Art. 23 – As questões omissas nestes Estatutos, serão resolvidas pelo Comitê Central.

ÍNDICE

1. Dever do Militante 13

2. A Política Estudantil do Partido Comunista do Brasil 15

3. Ampliação e Radicalização 49

4. Cerrar Fileiras em Tôrno do Partido Comunista do Brasil 51

5. Manifesto ao Povo 59

6. Responder ao Banditismo da Ditadura com a Intensificação das Lutas do Povo 67

7. Manter o Rumo 87

8. Mais Audácia na Luta contra a Ditadura 89

9. Elevar o Espírito de Partido 101

10. Mentiras e Violências da Ditadura 103

11. Persistir na Linha Revolucionária 115

12. A Proposta da Ação Popular 121

13. Estatutos do Partido Comunista do Brasil 127

impresso na
ELO-MAFRA
para
EDIÇÕES MARIA DA FONTE
em Janeiro de 1977